

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO  
CENTRO CIÊNCIAS TECNOLÓGICAS  
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

**ANA BEATRIZ PINHEIRO E PINHO**

**O FORTE SÃO LUÍS E SUAS TEMPORALIDADES**

São Luís  
2019

ANA BEATRIZ PINHEIRO E PINHO

## **O FORTE SÃO LUÍS E SUAS TEMPORALIDADES**

Monografia apresentada ao Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão, para obtenção do grau de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

São Luís  
2019

P654f

PINHO, Ana Beatriz Pinheiro e.

O Forte São Luís e suas temporalidades. / Ana Beatriz Pinheiro e Pinho. - São Luís, 2019.

126 f. : il.

Monografia (Graduação) – Universidade Estadual do Maranhão, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2019.

Orientador: Prof. Dr. Érico Peixoto Araújo.

1. Fortificação. 2. História da Cidade. 3. Memória. I. Título.

CDU: 725.182(812.1)

**ANA BEATRIZ PINHEIRO E PINHO**

**O FORTE SÃO LUÍS E SUAS TEMPORALIDADES**

Monografia apresentada ao Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão, para obtenção do grau de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Aprovada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr<sup>o</sup> Érico Peixoto Araújo (Orientador)  
Doutor em Urbanismo  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Margareth Gomes de Figueiredo (convidada interna)  
Doutora em Engenharia Civil  
Universidade de Aveiro

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Patrícia Vieira Trinta (convidada externa)

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, por ter me dado a vida e a conquista de escrever este trabalho e poder contribuir para a história da bela São Luís.

Aos meus pais, Ana Raquel e Osvaldino, e aos meus irmãos, Luma e Dino, pelo amor incondicional e apoio a todos os meus sonhos.

A Edson, pelo carinho e pelas palavras de incentivo.

Às minhas amigadas na vida acadêmica, em especial Lara e Ana Clara, pela cumplicidade e união em todos os momentos.

Ao meu orientador Érico Peixoto Araújo, a quem tenho admiração pelo seu comprometimento e dedicação à esta pesquisa, e por ter se mostrado sempre disposto e paciente a me auxiliar durante toda a caminhada.

À Universidade Estadual do Maranhão, por ter me preparado ao longo desses anos com excelentes profissionais, que me inspiraram como aluna, e agora, como Arquitetura e Urbanista.

Por fim, agradeço à professora Margareth Gomes de Figueiredo e à professora Patrícia Vieira Trinta, pela disponibilidade para compor a banca de minha defesa.

*“Um país é feito de historiadores, para preservarem o passado, de políticos, para fazerem presente, e de poetas e profetas, para sonharem o futuro”.*

(Odylo Costa Filho)

## RESUMO

O presente trabalho estuda as temporalidades do Forte São Luís, marco zero da capital. Construído pelos franceses e pelos índios tupinambás em 1612, ele simboliza a fundação da França Equinocial. Três anos depois, a colônia é tomada pelos portugueses, que mantêm a Fortaleza para defender o território, mas reedificam sua estrutura em pedra e cal. No século XVII, a fortificação foi responsável por orientar o crescimento da cidade. O território se expandiu sob o traçado do engenheiro português Frias de Mesquita, que desenhou uma malha quadriculada. Essa configuração permanece intacta no centro histórico da capital. Em contraponto, o Forte São Luís se apresenta desfigurado atualmente. De lugar marcante e imponente no período colonial, a estrutura foi transformada em um trecho da Avenida Beira Mar. Esta pesquisa pretende resgatar a história da Fortaleza, estudar as suas fases, e compreender o seu significado para a sociedade nos dias de hoje. O trabalho amparou-se pesquisas bibliográficas, documentos históricos, discursos de presidentes da província, relatos de historiadores e memorialistas, para investigar o passado do Forte e reviver a sua memória. O Forte São Luís se tornou um não lugar no cenário urbano atual, e seus elementos passam despercebidos no espaço.

Palavras-chave: Fortificação. História da Cidade. Memória.

## **ABSTRACT**

This paper studies the temporalities of Fort São Luís, ground zero of the capital. Built by the French and Tupinamba Indians in 1612, it symbolizes the founding of Equinoctial France. Three years later, the colony is taken by the Portuguese, who maintain the fortress to defend the territory, but rebuild its structure in stone and lime. In the seventeenth century, the fortification was responsible for guiding the growth of the city. The territory expanded under the layout of Portuguese engineer Frias de Mesquita, who drew a checkered mesh. This setting remains intact in the historic center of the capital. In contrast, Fort São Luís is currently disfigured. A striking and imposing place in the colonial period, the structure was transformed into a stretch of Beira Mar Avenue. This research aims to rescue the history of Fortaleza, study its phases, and understand its meaning for society today. The work was supported by bibliographical research, historical documents, speeches of provincial presidents, reports of historians and memorialists, to investigate the past of the Fort and revive its memory. Fort São Luís has become a non-place in the current urban scene, and its elements go unnoticed in space.

**Keywords:** Fortification. City history. Memory.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Stonehenge, monumento construído cerca de 5.000 anos atrás, no Reino Unido. ....	16
Figura 2 - Belleville, lugar de cenário multicultural em Paris. ....	17
Figura 3 - Praça da Alfândega sediando a Feira do Livro, em Porto Alegre. ....	23
Figura 4 - Mnemosine e as musas. ....	31
Figura 5 - Mnemosine segurando o bastão da sabedoria. ....	32
Figura 6 - Afresco da Biblioteca Vaticana mostrando o plano de Sisto V e Domenico Fontana para Roma, 1587-1589.....	47
Figura 7 - Times Square, em Nova Iorque. ....	49
Figura 8 - Protesto dos moradores com cartaz “Salvem Can Ricart”. ....	51
Figura 9 - O contraste do velho com o novo no Poblenu. ....	51
Figura 10 - Mapa da Província do Maranhão. ....	54
Figura 11 - Mapa da “cidade fortaleza” e seus elementos urbanos.....	56
Figura 12 - Traçado de Frias de Mesquita na cidade de São Luís. ....	57
Figura 13 - Mapa de São Luís em 1640.Fonte: Vingboons, 1640. ....	58
Figura 14 - Vista de São Luís em 1641. ....	59
Figura 15 - “Indigène de l'Île de Maragnan. nommé François Carypyra, de la tribu des Tabaiars. XVIIè siècle”. ....	62
Figura 16 - “Indigène de l'Île de Maragnan, nommé Jacques Patova. XVIIè siècle”. ....	63
Figura 17 - “Élévation d'une croix pour la bénédiction de l'Île de Maragnan. XVIIè siècle”.....	65
Figura 18 - Frontispício da obra A História da Missão dos Padres Capuchinhos (1614), de Claude d'Abbeville.....	66
Figura 19 – “Cittá di S. Luigi Capitale del Maragnone”.....	69
Figura 20 – “Pianta della Cittá di S. Luigi Metropoli del Maragnone”.....	70
Figura 21 – “Planta e Perfil da Tenalha denominada Baluarte de S. Luiz na confluência dos Rios Bacanga e Anil”.....	72
Figura 22 – Recorte do Mapa de São Luís em 1844.....	73
Figura 23 - Placa de mármore encravada na muralha do Forte São Luís.....	74
Figura 24 - Seção do mapa de São Luís em 1858.....	75
Figura 25 – “Planta do Forte de S. Luis e dos edifícios”.....	77
Figura 26 – “Planta das Fortalezas do Maranhão”. ....	80

Figura 27 – “Planta do Forte de S. Luiz construido no porto da Capital do Maranhão”.	82
Figura 28 - Muralha do Cais da Sagração em 1908.	83
Figura 29 - Anúncio da Pacotilha, de 1910.	84
Figura 30 - Notícia do periódico A Pacotilha, de 1910	84
Figura 31 - Movimento na Rampa do Palácio.	85
Figura 32 - Passageiros subindo para a Avenida Maranhense pela rampa do Palácio.	85
Figura 33 - Embarcações atracando no Porto de São Luís.	86
Figura 34 - Embarcações atracando na rampa do Palácio.	86
Figura 35 - Vapores atracando próximo ao baluarte de São Damião.	87
Figura 36 - Recorte da matéria que descreve as obras a serem realizadas no porto.	88
Figura 37 - Porto do Itaqui na década de 1970.	89
Figura 38 - Extensão do Anel Viário e localização do Forte São Luís.	91
Figura 39 - Viaduto recém inaugurado na década de 1960.	91
Figura 40 - Baluarte de São Damião em 1957.	92
Figura 41 - Pedra da Memória no baluarte de São Cosme em 1957.	92
Figura 42 - Canhão posicionado no baluarte de São Cosme na década de 60.	93
Figura 43 - Canhões no pátio interno do Palácio dos Leões.	93
Figura 44 - Canhões no pátio interno do Palácio dos Leões.	93
Figura 45 - Canhão encontrado no baluarte de São Damião.	94
Figura 46 - Canhão encontrado na base do muro do Palácio dos Leões.	95
Figura 47 - Setorização do Forte São Luís.	95
Figura 48 - Atualização da Figura 47, exibida no jornal O Estado do Maranhão.	96
Figura 49 - Ilustração de São Luís em 1612.	98
Figura 50 - Ilustração de São Luís em 1641.	99
Figura 51 - Ilustração de São Luís em 1780.	100
Figura 52 - Ilustração de São Luís em 1841.	100
Figura 53 - Ilustração de São Luís em 1900.	101
Figura 54 - Ilustração de São Luís em 1997.	102
Figura 55 - Mapa do Centro histórico e limites de tombamento.	102
Figura 56 - Muralha do antigo Forte São Luís.	105
Figura 57 - Secção na muralha para abertura do viaduto.	105

Figura 58 - Pedra da Memória no Baluarte de São Cosme.....	105
Figura 59 - Coreto no Baluarte de São Damião. ....	106
Figura 60 - Avenida Beira Mar e os baluartes. ....	106

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNDigital	Biblioteca Nacional Digital
DPHAP/MA	Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico do Maranhão
EMAP	Empresa Maranhense de Administração Portuária
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2 LUGAR.....</b>	<b>15</b>
<b>2.1 O Lugar no Espaço .....</b>	<b>15</b>
<b>2.2 Tipos de Lugares.....</b>	<b>18</b>
<b>2.3 O Lugar no Tempo .....</b>	<b>19</b>
<b>2.4 Lugar e identidade .....</b>	<b>23</b>
<b>2.5 Lugar x Não lugar.....</b>	<b>27</b>
<b>3 MEMÓRIA.....</b>	<b>31</b>
<b>3.1 Mnemosine, a memória personificada.....</b>	<b>31</b>
<b>3.2 Da memória Individual à memória coletiva .....</b>	<b>32</b>
<b>3.3 Memória Coletiva e Identidade.....</b>	<b>36</b>
<b>3.4 Memória coletiva X História.....</b>	<b>39</b>
<b>3.4.1 Do monumento ao advento da revolução documental .....</b>	<b>42</b>
<b>3.5 Memória e História da Cidade .....</b>	<b>44</b>
<b>3.6 Lugares de memória e lugares de esquecimento .....</b>	<b>46</b>
<b>4 A FUNDAÇÃO DE SÃO LUÍS E A FORMAÇÃO DO NÚCLEO URBANO DO SÉCULO XVII .....</b>	<b>53</b>
<b>4.1 O traçado: da cidade fortaleza à cidade geométrica regular.....</b>	<b>55</b>
<b>5 A HISTÓRIA DO FORTE SÃO LUÍS .....</b>	<b>61</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: O FORTE SÃO LUÍS NA ATUALIDADE.....</b>	<b>103</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>109</b>
<b>APÊNDICE A – Entrevistas a respeito do Forte São Luís.....</b>	<b>119</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Em 1612, a missão francesa comandada por La Ravardiere e Razilly aportou na grande ilha do Maranhão, habitada por índios tupinambás. Eles se instalaram em um ponto elevado e de fácil acesso, entre o rio Anil e o rio Bacanga. Com a ajuda dos indígenas, construíram uma fortificação e fundaram a França Equinocial, chamada São Luís. Em 1615, os franceses são expulsos pelos portugueses, que passam a ocupar o território.

Logo nos primeiros anos de colonização lusitana, a Fortaleza é reedificada em pedra e cal. Esse elemento direcionou o desenvolvimento do núcleo fundacional e a cidade cresceu em torno do Forte São Luís. No tecido urbano foi adotada uma malha quadriculada, desenhada pelo engenheiro Frias de Mesquita.

O traçado aplicado foi conservado e é visível na forma urbana atual. A fortificação, no entanto, perdeu sua configuração inicial ao longo dos séculos. A estrutura restante, composta pelas muralhas onde é assentado o Palácio dos Leões, e pelos dois semicírculos de frente, e encontra-se descaracterizada.

O presente trabalho pretende resgatar o passado do Forte São Luís, assim como compreender o seu significado para os habitantes no mundo contemporâneo. A relevância desta pesquisa contribui, diretamente, para perpetuar a memória do Forte, o marco zero da capital, e preservar a história da cidade.

Foi utilizado o método da revisão bibliográfica no trabalho, com a finalidade de levantar os conceitos dos principais estudiosos a respeito do lugar e da memória. A discussão contou com autores como Yi-Fu Tuan, Milton Santos, Zygmunt Bauman, Maurice Halbwachs, Joel Candau, entre outros pensadores que elaboraram estudos pertinentes ao assunto. Em seguida, foi realizada uma pesquisa documental sobre o Forte São Luís a partir de livros de historiadores e memorialistas, discursos presidenciais provinciais, mapas, periódicos e revistas. Por último, foi feito um estudo de campo, com a elaboração de um questionário aos habitantes da cidade. Os resultados foram analisados de forma qualitativa, a fim de se extrair ideias e conceitos.

Para atingir o seu objetivo, o estudo foi estruturado em cinco capítulos. O primeiro deles conceitua o lugar sob diferentes perspectivas. As definições do lugar referente ao espaço e tempo mostraram que o significado desses fatores muda de acordo com os ideais da sociedade. Do mesmo modo, a importância dada a um lugar

é influenciada pela cultura de onde se vive. Compreendeu-se que os lugares desenvolvem o sentimento de pertencimento e são essenciais na construção da identidade do indivíduo. Entretanto, a modernidade compromete esses valores ao produzir os não lugares, espaços que impedem o convívio social e proporcionam a solidão. Esses conceitos foram trazidos dos autores: Lineu Castello, Manuel Castells, Marc Augè, Michel de Certeau, Milton Santos, Yi-Fu Tuan e Zygmunt Bauman,

O segundo capítulo aborda o estudo da memória como ciência social. Mostrou-se que a memória coletiva é uma rede sustentada pela memória de indivíduos que viveram acontecimentos em comum. A conservação dos vestígios do passado é necessária para criar a identidade de uma nação, mas no mundo atual, há uma obsessão em tudo guardar. Esse movimento causou o excesso de informações no espaço, de maneira que a mente humana não consegue atribuir sentidos a todas elas. Compreendeu-se que moradores das grandes cidades são os mais afetados por esse fenômeno, pois têm uma visão fragmentada do território. A discussão partiu dos pensamentos de: Aldo Rosi, Ecléa Bosi, François Dosse, Jaques Le Goff, Joel Candau, Josep Maria Montaner e Zaida Muxí, Maurice Halbwachs e Sonia Schulz.

O terceiro capítulo expôs de maneira breve a história da fundação de São Luís e o seu desenvolvimento urbano no século XVII. Por meio de mapas, foi possível acompanhar as fases do crescimento do núcleo embrionário e como o Forte São Luís direcionou a expansão da colônia lusitana. Foi apresentado o traçado desenhado pelo engenheiro português Frias de Mesquita, que seguia as leis filipinas, e é conservado até os dias atuais. A bibliografia usada pertence a Frederico Burnnet, José Lopes, José Ribeiro Júnior, Luiz Phelipe Andrés e Thaís Zenkner.

O quarto capítulo resgata a história do Forte São Luís, construído pelos franceses com a ajuda dos indígenas. Quando os portugueses conquistam o território, reedificam a estrutura em pedra e cal. No século XVII, o Forte foi um elemento urbano importante pois direcionou o crescimento da cidade. Com a perda do carácter militar da colônia, a fortificação perdeu o seu uso e entrou em decadência.

O Forte São Luís, na metade do século XVIII, estava em ruínas e passava constantemente por reparos. Por ordem do Ministério da Guerra, em 1883 foi desarmado e três anos depois teve o seu portão derrubado para o trecho ser transformado em rua. Posteriormente, na década de 1940 foi realizada uma secção nas suas muralhas para a abertura de um viaduto. Dessa maneira, a Fortaleza se apresenta descaracterizada nos dias atuais e faz parte da Avenida Beira Mar. O

resgate histórico amparou-se nas publicações de Claude d'Abbeville, Bernardo Berredo, César Marques, em discursos dos presidentes da Província, em periódicos da época como O Publicador Maranhense e A Pacotilha, e em revistas.

No quinto e último capítulo há o entrelaçamento do apanhado histórico do terceiro e quarto capítulo com os referenciais teóricos dos dois primeiros para interpretar o significado do Forte nos dias de hoje, com o propósito de discutir e levar à tona o simbolismo e a relevância do reduto para a cidade e contribuir para futuras pesquisas na academia. Conforme as definições levantadas sobre lugar e memória, conclui-se que o ritmo frenético da modernidade afetou na forma como o homem compreende o cenário urbano, de forma descontínua. A entrevista com os cidadãos comprova que os mesmos não possuem conhecimento da Fortaleza. O elemento, imponente e marcante no período colonial, foi convertido em um trecho da Avenida Beira Mar e passa despercebido. Podemos afirmar que atualmente o Forte São Luís é atualmente um não lugar na capital e sua história está sendo esquecida. Dito isso, compreender o Forte e suas temporalidades é uma forma de deixar sua memória viva.

## 2 LUGAR

### 2.1 O Lugar no Espaço

Para Lineu Castello, lugar é uma área identificada no espaço. Quando um espaço desperta sensações em seus usuários, ele é percebido e adquire a aptidão de lugar. O estudo que aprofunda essas percepções é a Fenomenologia<sup>1</sup>, abordagem que explora a vivência dos seres humanos em um local.

O método fenomenológico entende que qualquer objeto ou experiência do indivíduo com o lugar é um fenômeno e merece investigação. “A abordagem fenomenológica vem sendo aplicada a temas da área de Arquitetura e Urbanismo, trazendo contribuições úteis à detecção dos fenômenos atuantes na percepção dessa qualidade tão ansiosa buscada pelos projetistas que se chama “lugar”” (CASTELLO, 2007). Dessa forma, Castello destaca que os profissionais desse ramo têm compreendido que a sua responsabilidade envolve não só criar um espaço, mas torná-lo um lugar. O projetista deve prestar atenção nas relações que estimula ali, pois tem o poder de expulsar um público, ou de convidá-lo.

Na mesma linha de pensamento, Yi-Fu Tuan, geógrafo chinês, defende que “O espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significado” (1983, p. 151), assim, lugar é um ponto no espaço que chama atenção. Porém, Tuan deixa claro que a cultura afeta a percepção individual, e os objetos valorizados em uma sociedade podem não ter prestígio em outras.

Para diferenciar o impacto desses elementos nas civilizações, Tuan separa os lugares de importância específica e os lugares de importância geral. Este se refere aos que impressionam a cultura de vários povos, enquanto o primeiro caso inclui elementos relevantes apenas para uma nação. O geógrafo utiliza o Stonehenge para exemplificar um lugar de importância tanto geral quanto específica. O monumento, de arquitetura ímpar, transcendeu a história britânica e nos dias de hoje é considerado Patrimônio da Humanidade (Figura 1).

---

<sup>1</sup> De acordo com Castello (2007), a fenomenologia é uma corrente filosófica criada no início do século XX, pelo alemão Edmund Husserl.

Figura 1 - Stonehenge, monumento construído cerca de 5.000 anos atrás, no Reino Unido.



Fonte: Anderson, 2019

Em oposição, os lugares de importância específica não conseguem sobreviver à decadência de sua cultura. Yi-Fu Tuan menciona que no Egito, durante o domínio da Grã-Bretanha, foram criadas diversas estátuas da rainha Vitória. No entanto, devido ao fim do imperialismo britânico, os monumentos se converteram em obstáculos para o trânsito. Visto que a maioria dos símbolos públicos são construídos por terem importância exclusivamente naquela época, com o passar do tempo, perdem seu status como lugar e simplesmente obstruem o espaço (TUAN, 1983).

A visão de Milton Santos interpreta o lugar sob o viés da geografia e da sociologia. Para o autor, o lugar é o espaço do conflito, da cooperação, e a base da vida em comum. Santos (1994) entende também que os lugares são o resultado das técnicas existentes naquele ponto do espaço, considerando-se as como uma dessas técnicas as próprias relações sociais. Assim, o conjunto de técnicas seria uma forma de explicar a sociedade e cada um de seus lugares.

Milton Santos relaciona a interdependência do espaço global com o local. Se no cenário econômico atual, estão praticamente extintos os lugares onde o consumo local é provido apenas por produção local, criou-se um espaço total pontual e descontínuo. Dessa forma, o autor defende que as infraestruturas presentes em cada lugar se encontram explicação e justificativa fora do lugar.

A partir dessa análise, nota-se que Santos (1994) enxerga o lugar como um espaço que não consegue ser esclarecido por fatores exclusivamente locais. O seu

estudo assemelha-se ao de Manuel Castells, que como sociólogo, considera o espaço indissociável da ação social. Para vincular todas as relações que atuam sobre o espaço, criou o termo espaço de fluxos, definido como a organização material da interação entre as redes de tecnologia, informação e capital:

Nessa rede, nenhum lugar existe por si mesmo, já que as posições são definidas pelos intercâmbios de fluxos da rede. Consequentemente, a rede de comunicação é a configuração espacial fundamental: os lugares não desaparecem, mas sua lógica e seu significado são absorvidos na rede. (CASTELLS, 2005, p. 502)

O espaço de fluxos é o oposto do espaço dos lugares. Neste existem qualidades físicas e simbólicas específicas e é um território onde uma comunidade pode criar raízes. Para explicar o seu entendimento de lugar, Castells fala de Belleville<sup>2</sup>, onde morou alguns anos em Paris. O bairro era alvo de renovações urbanas desde o século XIX por meio da tentativa de Haussman de construir uma Paris burguesa. As renovações urbanas foram intensificadas na década de 1970, e a paisagem verdadeira do local, característica de um subúrbio pobre, se misturou com um modernismo barato (CASTELLS, 2005).

Figura 2 - Belleville, lugar de cenário multicultural em Paris.



Fonte: Borges, 2017.

<sup>2</sup> Belleville tem rica história e inspira estudos sociólogos. O bairro, situado na região nordeste de Paris é marcado pela diversidade devido às inúmeras correntes migratórias que recebeu a partir dos anos 1950. Fonte: <https://oglobo.globo.com/boa-viagem/cores-do-mundo-nas-ruas-de-belleville-bairro-de-edith-piaf-4105791>. Acesso em 02 de junho de 2019.

Mesmo alvo de diversas transformações, Belleville se manteve identificável como um lugar, tanto em forma quanto em conteúdo. Ao voltar a frequentar as ruas do bairro que um dia fez parte, Castells reflete: “Mais de trinta anos após nosso primeiro encontro, Belleville e eu mudamos. Mas Belleville continua sendo um lugar, enquanto eu receio que eu pareço mais um fluxo” (2005, p. 513). Por fim, o sociólogo pontua que as pessoas ainda vivem em lugares, mas a organização atual da sociedade nos espaços de fluxos muda o significado e a dinâmica dos mesmos.

A partir dos conceitos apresentados, define-se lugar como uma área notada no espaço. As sensações que um lugar desperta o torna importante ou não, mas tais percepções geralmente são afetadas pela cultura da sociedade onde está inserido, como mencionam Castello (2007) e Tuan (1983). Sob outro ponto de vista, os autores Santos (1994) e Castells (2005) associam o espaço global a fragmentos espalhados e conectados por redes, e os espaço locais a pontos onde são materializadas as técnicas e as interações sociais.

## **2.2 Tipos de Lugares**

Entendido o lugar como um espaço com significado, Castello (2007, p. 14) descreve que “[...] lugar é um espaço qualificado, ou seja, um espaço que se torna percebido pela população por motivar experiências humanas a partir da apreensão de estímulos ambientais”. Os estímulos referidos são agradáveis e atraem a população àquele espaço.

Um lugar pode se tornar interessante por diversos motivos e Castello elenca algumas situações: a fama atribuída; a construção de uma fantasia em torno do local; a associação do mesmo a atos políticos ou históricos; etc. Esses símbolos mesmo quando inventados, só são possíveis de serem estabelecidos por causa da aura do lugar, uma forma de energia que o cerca. “Material ou abstrata, esta aura terá sido adquirida em função de qualificações naturais, fruitivas, sensoriais, paisagísticas, enfim, será uma aura estimulada por elementos do imaginário espacial local” (CASTELLO, 2007, p. 17).

Segundo Castello, as dimensões que interferem em um lugar são a aura, a memória e a pluralidade. Esses fenômenos evocam imagens na mente dos usuários, e a combinação destes com a experiência vivida naquele espaço o tornam real. Por

causa da existência desses elementos, o autor divide o Lugar da Aura, o Lugar da Memória e o Lugar da Pluralidade:

Ao tipo de lugar originário de estímulos que apresentam um viés direcionado para o lado espacial chamaremos de lugares da Aura. Ao tipo de lugar cujo viés tende a privilegiar a dimensão temporal, denominaremos lugares da Memória. E ao tipo de lugar cujo foco de dirige à interação que começa com as relações interpessoais no ambiente considerado, designaremos como lugares da Pluralidade (CASTELLO, 2007, p. 18).

O Lugar da Aura carrega o *genius loci*<sup>3</sup>, expressão traduzida como “gênio do lugar”. Ele é determinado pela sua aura específica, e seus usuários desenvolvem uma percepção natural a respeito daquele espaço. Mas, se o lugar sofre modificações intencionais pelo ser humano, é incorporada a aura cultural. Dessa forma, para Castello, o Lugar da Aura inicialmente é onde predomina o *genius loci* natural, podendo ser transformado e adquirir a aura cultural.

O segundo caso, o Lugar da Memória, traz as lembranças e tradições de um povo, ramificado em lugar da memória histórica, que apresenta um patrimônio material e arquitetônico, e o lugar da memória tradicional, que teve sua importância construída pelo acúmulo de memórias da comunidade onde está inserido. O primeiro se caracteriza por ser concreto e materializado no presente, o outro é abstrato e evoca o passado (CASTELLO, 2007).

Por último, de acordo com Castello, o Lugar da Pluralidade é o lugar do prazer, da mistura, do contrastante e das diferenças. O autor ainda difere a pluralidade heterotópica da pluralidade privatópica. O termo heterotopia refere-se uso de um lugar por diferentes grupos étnicos, como é visível nos shopping malls e nas estações de metrô. A privatopia, por outro lado, significa o uso do local por um grupo homogêneo. O maior exemplo são os condomínios residenciais, utilizados apenas por seus moradores, que se excluem da sociedade criando barreiras físicas em nome de sua defesa.

### 2.3 O Lugar no Tempo

Considerando-se que Milton Santos define lugar como o resultado das técnicas em um ponto do espaço, é necessário esclarecer que as técnicas estão sempre relacionadas ao modo de produção de uma época. Dessa forma, ao dizer que

---

<sup>3</sup> “Do Latim: *genius*, *espírito* + *loci*, genitivo singular de *locus*, *lugar*” (CASTELLO, 2007, p. 19)

a configuração territorial mostrada no presente “é a soma de pedaços de realizações atuais e de realizações do passado”, o objetivo de Santos (1994, p. 34) é descrever os lugares como a materialização do acúmulo de técnicas através do tempo.

A perspectiva de Santos observa a história como uma sucessão de eventos que para se manifestarem necessitaram dos vetores tempo e espaço, e depois, de um depositário final, o lugar. Para o autor, os eventos são individuais, mas nunca isolados: “Em conjunto, esses acontecimentos reproduzem a totalidade; por isso são complementares e se explicam entre si. Cada evento é um fruto do Mundo e do Lugar ao mesmo tempo”. (SANTOS, 2006, p. 108).

A abordagem de Santos (2006) sustenta que os eventos são manifestados em um lugar. No entanto, ao enfatizar que eles são interdependentes e complementares, pode-se concluir que todos os lugares estão conectados. Visto que os eventos são locais e tem consequências globais, um lugar não é apenas onde ocorrem os eventos, mas o resultado de todas as ações feitas na história.

Zygmunt Bauman, do mesmo modo, relaciona os conceitos de tempo e espaço. Ele defende que a percepção do tempo pela sociedade afeta a sua forma de dominar o espaço. Na metade do século XX vivia-se a Modernidade Sólida, identificada por Bauman (2001) como a era da conquista territorial. Os espaços eram sinônimo de poder e precisavam do máximo de tempo para serem administrados e controlados.

Em contraste, no período atual, chamado por Bauman de Modernidade Fluida, valoriza-se a rapidez e o acesso à instantaneidade. “Se a modernidade sólida punha a duração eterna como principal motivo e princípio da ação, a modernidade fluida dissolve – obscurece e desvaloriza – sua duração” (BAUMAN, 2001, P 145). O desejo de se fixar em um território perdeu o sentido, a máxima é ter a liberdade estar onde e quando quiser, e quem está preso ao tempo e ao lugar é prejudicado. Ideia similar à de Manuel Castells (2005, p. 559), quando argumenta que “Funções e indivíduos selecionados transcendem o tempo, ao passo que atividades depreciadas e pessoas subordinadas suportam a vida enquanto o tempo passa”.

O estudo de Castells entende que o modelo de progresso, em nossa cultura ocidental, fundamentou-se no domínio do tempo e na transformação do espaço. O autor, que inventou o conceito de espaço de fluxos e espaço de lugares, defende que o espaço modela o tempo em nossa sociedade. Entretanto, diferencia que o espaço

de fluxos dissolve o tempo e desordena a sequência de eventos, enquanto o espaço de lugares exhibe as temporalidades diversas pelas quais o ser humano já passou.

Quando Bauman (2001) sustenta que a percepção do tempo domina o espaço e Castells infere que o espaço é que modela o tempo, suas teorias se mostram antagônicas. Porém, no momento em que ambos enxergam o espaço e o tempo como fatores que mudam de significado constantemente para o homem, suas posturas se convergem.

Com as análises de Bauman (2001) e Castells (2005), é possível reconhecer que os valores da sociedade afetam na percepção do tempo e do espaço. Visto que, para um lugar existir sejam necessários os dois fatores, conclui-se que as impressões deixadas nos usuários de um lugar são produtos de um pequeno intervalo no tempo e no espaço.

Yi-Fu Tuan (1983) vê o lugar não só como um espaço com importância, mas como uma pausa no tempo. O geógrafo, assim como os outros autores, vincula tempo, espaço e lugar. Para ele, não seria possível assimilar o mundo se ele fosse visto em constante mudança, pois as informações somente são absorvidas pela mente quando percebidas de forma estática e organizada.

Tuan também acredita que o lugar pode ser um movimento em uma direção, ao dizer que a meta é um lugar no espaço. Por mais que um objetivo seja abstrato, o simples fato de almejá-lo significa percorrer um caminho, sair do ponto onde se está para onde se quer chegar: um lugar no futuro. O tempo e o espaço são controlados quando se está planejando ativamente. Os planos têm objetivos, e o objetivo é um lugar temporal e espacial (TUAN 1983). No percurso para se atingir uma meta, tanto o destino final quanto as pausas são identificadas como lugares, pois transmitem um ar de familiaridade.

Yi-Fu Tuan associa essa lógica para compreender a relação dos nômades com o lugar. Aponta que eles têm uma sensação em duas escalas: os acampamentos e o território muito maior no qual se movimentam. Embora não tenham experiências tão intensas nesses espaços, os nômades conseguem gerar uma ligação de pertencimento pois sua representação de lugar é a terra, provedora de tudo que necessitam para sobreviver.

A importância das experiências é explorada por Yi-Fu Tuan (1983, p. 151): “As experiências íntimas jazem enterradas no mais profundo de nosso ser, de modo que não apenas carecemos de palavras para dar-lhes forma mas frequentemente não

estamos sequer consciente delas”. Ele defende que experiências íntimas são vividas nos lugares íntimos e compara o lugar íntimo com o lar, local onde o ser humano recebe carinho e se sente protegido.

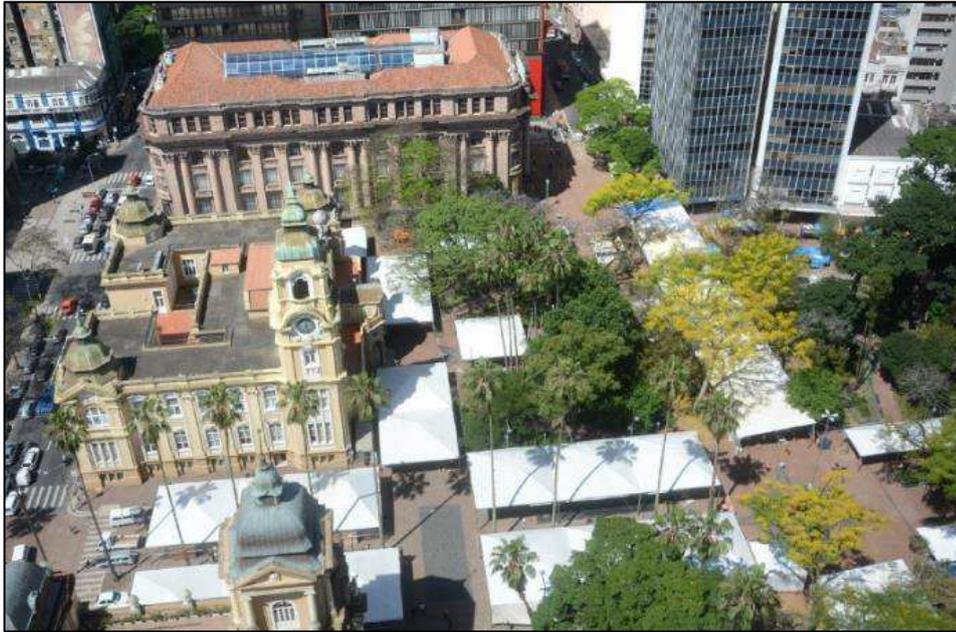
O autor acredita que a criança percebe o lugar de forma mais intensa: “A criança, mais que o adulto, conhece o mundo através dos sentidos. Esta é uma razão pela qual o adulto não pode novamente voltar para casa”. (TUAN, 1983, p. 204). Se a criança tem uma sensação do tempo diferente da de um adulto, mesmo quando ele entra em contato novamente com um lugar que já conhece, suas experiências jamais irão se repetir.

Do mesmo modo, em defesa à importância dos sentidos, Lineu Castello acredita na Fenomenologia como uma ferramenta útil para a compreensão do espaço. No entanto, ao reconhecer o tempo como um dos fatores que alteram as características do lugar, ele que alerta que esses métodos sejam sempre reavaliados:

Até o próprio método fenomenológico torna-se discutível, pois exige a admissão de redimensionamentos relativos à nova temporalidade do presente, de modo a incluir uma reavaliação das visões mais ortodoxas que se tem a respeito de lugar, seja em termos de sua percepção propriamente dita, seja em relação aos passos do processo que permite desvendá-la. (CASTELLO, 2007)

Dessa forma, abordagem fenomenológica entende que as percepções de um lugar variam de acordo com o tempo. O uso de um espaço pode mudar e por isso os resultados desse método nunca devem ser considerados definitivos. A própria energia de um lugar é dinâmica e instável, como é mostrado no caso da Praça da Alfândega, estudado por Castello (2007). A praça é alocada uma vez por ano para a realização da Feira do Livro, sofrendo alterações temporárias. Logo, sua aura natural é transformada em aura cultural durante o evento, pois o local é adaptado para servir às necessidades do homem (Figura 3).

Figura 3 - Praça da Alfândega sediando a Feira do Livro, em Porto Alegre.



Fonte: Lopes, 2016.

## 2.4 Lugar e identidade

Yi-Fu Tuan entrelaça o lugar com o sentimento de identidade ao estudar sobre as civilizações antigas, por terem uma ligação muito forte com a sua terra. Elas acreditavam em deuses e cultuavam suas imagens, como gratidão por protegerem a sua sociedade e manterem a natureza em ordem. A remoção de alguma dessas imagens ou destruição de um templo destituiria a legitimidade desse povo, que vivia sobre regras, ritos e instituições de permissão divina (TUAN, 1983)

“Na antiguidade, a terra e a religião estavam tão intimamente associadas que uma família não podia renunciar a uma sem perder a outra”, relata Tuan (1983, p. 171). Afastá-lo de sua terra era a pior forma de punir um homem, pois este estaria privado da proteção dos deuses locais. Tuan reflete a influência da religião no relacionamento com o lugar, comparando as crenças das civilizações antigas com as de hoje:

A religião tanto pode vincular uma pessoa ao lugar como libertá-la dele. O culto aos deuses locais vincula um povo ao lugar, enquanto as religiões universais dão liberdade. Em uma religião universal, visto que tudo é criado e tudo é conhecido por um deus onipotente e onisciente, nenhuma localidade é necessariamente mais sagrada do que outra. (TUAN, 1983, p. 168)

Para esses povos, a terra era vista como mãe e provedora dos meios de sobrevivência. O solo de sua pátria foi o que lhe deu vida, o mesmo que nutriu seus

pais, avós e todos seus ancestrais. O lugar onde viveram lhes deram mais do que fonte de água e de alimento, lhes deram uma identidade.

Transportando-se para a sociedade atual, onde as pessoas não vivem mais nos campos, são desenvolvidos outros tipos de laços com o seu lugar de nascença. Nas cidades há elementos que fazem referência à pátria, como os monumentos, templos e cemitérios. Esses sinais visíveis fortalecem o sentimento de identidade, porém a afeição muitas vezes surge de maneira subconsciente: “Pode se formar simplesmente com a familiaridade e tranquilidade, com a certeza de alimentação e segurança, com as recordações de sons e perfumes, de atividades comunais e prazeres simples acumulados através do tempo”. (TUAN, 1983, p. 176)

Tuan (1983) acredita que a afeição pela pátria é uma emoção humana comum, cuja intensidade varia entre diferentes culturas e períodos históricos. Ainda que a sociedade não viva mais diretamente na terra, os sentimentos de identidade, proteção e segurança são fornecidos através dela.

O sociólogo Manuel Castells, criador dos espaços de fluxos e espaço de lugares, vincula a globalização como uma possível ameaça às identidades nacionais. Para elaborar essa associação, Castells (2005) cita as intervenções em Tóquio na década de 80<sup>4</sup>, documentadas por Machimura. A cidade foi reestruturada e o governo, “sensível ao já arraigado medo japonês de perda de identidade, acrescentou à sua política de reestruturação voltada para os negócios de uma política para formação de imagem, exaltando as virtudes de Edo, nome antigo de Tóquio no período pré-Meiji” (CASTELLS, 2005, p. 517).

De acordo com Machimura (1995), procurou-se redefinir a imagem ocidentalizada da cidade em estilos mais nacionais, para que Tóquio, agora “cidade global”, mantivesse suas origens nipônicas (apud CASTELLS, 2005). No entanto, os cidadãos de Tóquio não reclamavam somente da perda da essência histórica, Castells afirma, mas da redução do espaço de sua vida cotidiana em função a lógica instrumental da cidade global.

Manuel Castells alerta que a estrutura atual da sociedade está organizada nos espaços de fluxos, e estes alteram o significado e a dinâmica dos lugares:

A tendência predominante é para um horizonte de espaços de fluxos aistórico em rede, visando impor sua lógica nos lugares sementados e

---

<sup>4</sup> Durante esses anos o Japão vivia o auge do seu crescimento econômico, e a capital tinha o terreno mais caro do mundo. Fonte: <https://www.portalmie.com/atualidade/2015/06/anos-80-e-90-epoca-da-bolha-o-auge-economico-no-japao-parte-1>. Acesso em 25 de abril de 2019.

espalhados, cada vez menos relacionados uns com os outros, cada vez menos capazes de compartilhar códigos culturais. A menos que, deliberadamente, se construam pontes culturais, políticas e físicas entre essas duas formas de espaço, poderemos estar rumando para a vida em universos paralelos, cujos tempos não conseguem encontrar-se porque estão trabalhados em diferentes dimensões de um hiperespaço social. (CASTELLS, 2005, p. 517-518).

O espaço de fluxos da “Era da Informação” domina o espaço de lugares. Nele o tempo é intemporal, visto que é anulado pela tecnologia, e o espaço é preenchido pelo capital, pelo poder e pela comunicação eletrônica. Essa conexão inexiste no espaço de lugares, que se apresenta cada vez mais fragmentado e isolado no território. No entanto, ainda é nele onde acontecem as experiências reais.

A tecnologia reduz o tempo a alguns instantes aleatórios e, com isso, desarticula a sequência da sociedade e o desenvolvimento da história (CASTELLS, 2005). A preocupação de Castells está relacionada às experiências, intrínsecas aos lugares. Estas estão comprometidas porque as pessoas vivem cada vez mais em espaços de rede sem significados e cada vez menos em lugares com identidades.

As percepções de Castels assemelham-se às de Milton Santos (2004), quando este observa que a globalização proporciona fenômenos que intensificam a falta de identificação com o território. “Quando o homem se defronta com um espaço que não ajudou a criar, cuja história desconhece, cuja memória lhe é estranha, esse lugar é a sede de uma vigorosa alienação” (SANTOS, 2004, p. 222). O autor refere-se aos imigrantes, que quando mudam de cidade, se deparam com um território ao qual não têm afeição alguma. Como a cidade nova é um espaço o qual o ele não ajudou a construir, não consegue desenvolver a identidade. Dessa forma, o lugar do imigrante sempre será em outro tempo e espaço: no seu passado.

Para Yi-Fu Tuan, a importância ao passado se dá pela necessidade do ser humano de ter um sentido do eu e da identidade. Mas, assim como algumas pessoas se empenham em lembrar o passado e outras se esforçam para esquecê-lo, cada sociedade vê o passado de uma forma diferente. Os aborígenes, por exemplo, não registram nada do seu passado. Em seu território, as únicas marcas estão na paisagem, de acontecimentos que condizem ao tempo presente (TUAN, 1983). De qualquer forma, a ausência de registros escritos não impede os aborígenes de construírem sua identidade, pois não dependem do passado para se auto afirmarem.

Nas sociedades orientais, há veneração e orgulho de seus ancestrais. Para os chineses, é possível elogiar o passado sem tom sentimental ou saudosa. A imagem

ideal de sua sociedade é em um mundo onde ela se adapta à natureza e às mudanças ao longo da história. Por isso, na China os prédios são reconstruídos rapidamente, sem preocupação com a eternidade das obras ou se a paisagem revelará o percurso da história. Na cultura chinesa, a forma pode mudar, mas a substância uma vez em seu lugar, permanece inalterada (TUAN, 1983).

Em oposição aos ideais orientais, a paisagem europeia configura o cenário urbano de maneira que a história seja evidente. O contraste entre os estilos arquitetônicos de várias eras deve prender o olhar de quem passa. Mas a valorização do antigo é recente na cultura ocidental, pois o próprio termo antiguidade é moderno. O interesse pelo passado iniciou-se pela elite, que queria sua coleção particular de raridades naturais e feitas pelo homem

Segundo Tuan, no século XVIII o público ganhou acesso aos museus, os prédios começaram a serem preservados, e o culto ao passado surgiu como um tipo de consciência na história da Europa. Ele entende que “O entusiasmo pela preservação nasce da necessidade de ter objetos tangíveis nos quais se possa apoiar o sentimento de identidade” (TUAN, 1983, p. 217). Contudo, critica que a função dos museus é produzir ilusões didáticas, pois os objetos lá colocados, no momento em que foram retirados de seu ambiente natural, perderam sua autenticidade.

Ao mesmo tempo que Tuan reconhece a importância de proteger o passado de uma nação, defende que quando um povo se sente dono do seu destino, não tem motivos para sentir saudade. Outro ponto levantado é que o culto ao passado preserva apenas o que é louvável, não o verdadeiro. Não serão mantidas as evidências de fracasso social, como prisões, hospícios e casas de correção. Estas são eliminadas sem remorso ou preocupação com a natureza sagrada da história (TUAN, 1983)

Tuan deixa claro que respeita o passado das civilizações, mas enfatiza a importância do momento presente: “O presente também tem seu valor; é nossa realidade experiencial, o ponto sensível da existência com sua mistura rudimentar de alegria e tristeza” (TUAN, 1983, p. 218). Em síntese, o presente é real e o único lugar onde é possível participar das experiências e se identificar com a realidade.

## 2.5 Lugar x Não lugar

De acordo com Marc Augè, antropólogo francês e criador do termo não lugar, “se um lugar se pode definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não se pode definir-se nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico, definirá um não-lugar” (1992, p. 73).

O trabalho de Michel de Certeau foi um antecedente essencial para os estudos de Augè. Segundo Certeau, os lugares são as configurações pré-estabelecidas de posições, como onde existirá uma rua ou onde será delimitado um bairro. Em complemento, quando esses lugares são ocupados e ganham significado, viram um espaço. Quando Certeau (1998, p. 202) afirma que: “Em suma, o espaço é um lugar praticado. Assim a rua geometricamente definida por um urbanismo é transformada em espaço pelos pedestres”, ele sustenta que o lugar indica estabilidade enquanto o espaço está sempre em transformação.

Para Certeau, essa relação com o espaço é enfraquecida com uso dos nomes próprios para identificar os lugares. “Esses nomes criam um não-lugar nos lugares: mudam-nos em passagens” (1998, p. 184). O autor acredita que quando as pessoas circulam pelas ruas, enxergam apenas convocações e classificações, pois os caminhos não têm identidade alguma. Os nomes próprios são uma maneira negativa de fazê-las andar (CERTEAU, 1998).

Augè analisa as proposições de Certeau e contribui para a compreensão do pensamento do autor: “Quando Michel de Certeau fala do “não-lugar”, é para aludir a uma espécie de qualidade negativa do lugar, de uma ausência do lugar a si próprio que o nome que lhe é dado lhe impõe” (AUGÈ, 1992, p. 73).

Retornando à perspectiva de Marc Augè, ele adverte que para se identificar um não lugar deve-se considerar duas realidades complementares, mas distintas: os espaços constituídos em relação com certos fins (transporte, trânsito, comércio, tempos livres), e a relação que os indivíduos mantêm com esses espaços. Os não lugares são espaços muitas vezes de transição ou de passagem e não favorecem à criação de vínculos.

Da mesma forma que os lugares estimulam o relacionamento e o convívio social, os não lugares propiciam uma experiência de solidão e de afastamento. Lugares com intensa circulação de pessoas e nenhuma interação entre as mesmas. Lugares de todo mundo, e ao mesmo tempo, de ninguém.

É devido a essas atribuições que Augé (1992) acusa a sobremodernidade como produtora de não lugares. Para o autor, a sobremodernidade é o cenário no qual a sociedade atual vive, um mundo prometido à individualidade solitária, à passagem, ao provisório e ao efêmero. O reflexo é visível na cidade, território onde os lugares de memória são a minoria e estão cercados pelos não lugares.

O conceito construído por Augé de lugar comunga com o da geografia humanista onde o lugar é antropológico e o espaço vivenciado no cotidiano contém afetividade e memória. Em contraponto a este entendimento, surgem os não lugares, desprovidos de identidade com os quais o sujeito não consegue estabelecer vínculos relacionados a sua ocupação.

Seguindo a esteira deste pensamento nota-se que as categorias de lugar e não lugar não são aplicadas de forma absolutos. Portanto, devem ser analisadas e julgadas como dois polos antagônicos entre os lugares e suas inter-relações. "...o primeiro nunca é totalmente apagado e o segundo nunca se realiza totalmente" (AUGÉ, 1992, p.74).

O surgimento dos não-lugares parte do advento da sobremodernidade com a implantação de estradas, aeroportos, shoppings, supermercados, etc. Augé cita um exemplo esclarecedor entre uma estrada e um caminho. A primeira seria um percurso rodoviário em que se evitaria parar em pontos "notáveis" se o indivíduo quiser chegar com rapidez a um destino. Contudo, estes pontos "notáveis" ao longo da estrada passam a ser sinalizados com abundância de informações históricas, propagandas e até mesmo implantação de serviços locais.

Com o passar do tempo, os transeuntes passam a se apoderar do trecho ou caminho e criam laços afetivos e familiares com o que outrora era um espaço abstrato. Em resumo, Augé (1992) trata a estrada como um não lugar porque é vista apenas pelo viés da funcionalidade de interligar dois pontos, economizar tempo e a racionalidade de utilizar o espaço. Por outro lado, o dito caminho ou trecho ao longo de uma estrada existem anúncios de locais que há descobertas, vivências e relações entre o sujeito e o espaço.

Ao analisar as estradas, Augé aponta um fenômeno presente nos não lugares: a invasão do espaço pelo texto. Nas ruas, os motoristas são guiados por placas com alertas e informações. Nos supermercados, os clientes consultam as etiquetas dos produtos e pesam os legumes em uma máquina, silenciosa assim como a atendente do caixa. Nos não lugares ocorrem o mínimo de diálogo, e o seu principal

usuário é o homem médio, quem utiliza o sistema viário, comercial e bancário (AUGÈ, 1992).

Quando Augè menciona a invasão do espaço pelo texto, ele se refere também às relações contratuais que o não lugar mantém com o indivíduo. Quando o passageiro realiza o check-in e apresenta seu documento de identificação, esta é uma forma de seguir as exigências da companhia aérea e respeitar o contrato. Augè defende que o utilizador do não lugar precisa provar sua inocência, pois somente quando fornecida a prova de sua identidade, ele volta para o anonimato.

Nos não lugares não se cria vínculos nem identidade singular, mas solidão e semelhança. São espaços a serem percorridos, por isso medidos em unidade de tempo, como Augè (1992, p 87) observa: “Os itinerários não se fazem sem horários, sem quadros de chegadas ou de partidas que reservam sempre um espaço para a menção dos eventuais atrasos”. Cada minuto que se passa nele é cronometrado, pois qualquer retardo compromete a organização do seu sistema.

O usuário do não lugar é constantemente bombardeado pela publicidade. Essas imagens criam um mundo de consumo que conseguem vender qualquer produto. O indivíduo é levado a achar que precisa imitar os outros, para parecer si próprio (AUGÉ, 1992).

Outra realidade contraditória da sobremodernidade é a situação do estrangeiro que vai passar uns dias em outro país, e se orienta por meio das marcas multinacionais, das grandes cadeias de hotéis e das autoestradas. O turista se localiza através do não lugar em um território desconhecido. Dessa maneira, no mundo de hoje os lugares e os não lugares se interpenetram, e a possibilidade do não lugar está em qualquer lugar (AUGE, 1992).

Augè defende que a sobremodernidade é expressa nos não lugares, visto que nesses espaços “só conhece indivíduos (clientes, passageiros, utentes, ouvintes), mas estes não são identificados, socializados e localizados (nome, profissão, local de nascimento, local de residência) exceto à entrada e à saída” (1992, p. 91). A visão de Marc Augè a respeito da sobremodernidade assemelha-se aos estudos de Zygmunt Bauman sobre a Modernidade Fluida. Para os autores, ambas sociedades valorizam a transitoriedade invés da durabilidade, e assim como Augè, Bauman associa essa ideologia como uma das responsáveis pela propagação dos não lugares.

Bauman (2001) descreve os não lugares como espaços percebidos apenas na sua forma física, onde o fluxo de pessoas é igualmente visto como matéria física,

e não social. Ele cita como exemplos os aeroportos, as autoestradas, quartos de hotel e o transporte público, e reflete: “Jamais na história do mundo os não-lugares ocuparam tanto espaço” (BAUMAN, 2001, p. 120).

O público que frequenta os não lugares tem suas próprias características e são muito diferentes, entretanto, segundo Bauman (2001, p. 119) “o truque é fazer com que isso seja irrelevante durante sua estadia”. Ou seja, no período em que as pessoas estão naquele espaço, suas particularidades não têm importância, todos devem ter o mesmo comportamento.

Se no não lugar as atitudes são padronizadas e observadas, no espaço vazio elas passam despercebidas. Conceito trazido por Bauman (2011), os espaços vazios são vazios de significado e não precisam ser delimitados fisicamente por cercas ou barreiras. A sua definição é fundamentada em outros autores, mencionados na citação:

Os espaços vazios que Kociatkiewicz e Kostera listam são lugares não-colonizados e lugares que nem os projetistas nem os gerentes superficiais reservam para colonização. Eles são, podemos dizer, lugares que “sobram” depois da reestruturação de espaços realmente importantes: devem sua presença fantasmagórica à falta de superposição entre a elegância da estrutura e a confusão do mundo (qualquer mundo, inclusive o desenhado propositalmente), notório por fugir a classificações cabais. (BAUMAN, 2001, p. 121)

Os espaços vazios são espaços ignorados e esquecidos. Não são lugares proibidos, porém se tornam inacessíveis porque são invisíveis para a sociedade (BAUMAN, 2001). São espaços sem identidade, contudo, não podem ser considerados um não lugar, visto que estes são notados.

Os não lugares são as superfícies onde regem a sobremodernidade e a Modernidade Fluida. Os seus usuários o veem apenas como um local de passagem, uma parada para se chegar no seu destino final, provavelmente um lugar. Os lugares são onde acontece interação entre as pessoas e onde são depositadas a história e a memória. O lugar é um ponto no espaço que adquiriu significado. Neles o ser humano desenvolve o sentimento de pertencimento, e aquele território começa a fazer parte de quem ele é. O lugar é capaz de despertar sensações únicas e guardar do passado coletivo às lembranças mais íntimas.

### 3 MEMÓRIA

#### 3.1 Mnemosine, a memória personificada

Segundo o *Dicionário de mitologia grega e romana* (2009) de Kury, Mnemosine é a memória personificada, uma das seis filhas de Urano (o Céu) e de Gaia (a Terra). Zeus a possuiu na Pieria, e dessa união nasceram as nove Musas, cantoras divinas que tinham por função primeira presidir as diversas formas do pensamento: sabedoria, eloquência, persuasão, história, matemática, astronomia. (ROSARIO, 2002)

Figura 4 - Mnemosine e as musas.



Fonte: Mnemosine..., 2010.

As musas tinham o dom de inspirar as artes e as ciências, e a poesia reproduzia os seus coros. Para Le Goff (2004), a memória é aquela que tudo sabe, por isso o poeta tem o seu lugar entre os mestres da verdade. Rosario (2002) infere que: “O canto das Musas é, assim, revelação e conhecimento”.

A Grécia arcaica fez da memória uma deusa e responsável por lembrar aos homens a recordação dos heróis e dos seus altos feitos (LE GOFF, 2004). De acordo com Dantas (2011), Mnemosine carrega o bastão da sabedoria talhado em loureiro (skeptron) e sua função é revelar o que foi e o que será (Figura 5).

Figura 5 - Mnemosine segurando o bastão da sabedoria.



Fonte: Mnemosine..., 2010.

A mitologia grega opõe a memória ao esquecimento, como Le Goff (2003, p. 438) explica: “No inferno órfico, o morto deve evitar a fonte do esquecimento, não deve beber no Letes, mas, pelo contrário, nutrir-se da fonte da Memória, que é uma fonte de imortalidade”. Quem guarda a memória no Hades supera sua condição mortal, não vê mais oposição entre a vida e a morte (BOSI, 1987). Visto que quem lembra tem seu lugar na imortalidade, quem carrega o esquecimento nunca poderá transcender a mortalidade.

### **3.2 Da memória Individual à memória coletiva**

Ecléa Bosi introduz a memória individual a partir das teses do filósofo Henri Bergson e do sociólogo Maurice Halbwachs. Ambos nascidos na França no século XIX, Halbwachs foi aluno de Bergson, que contribuiu fortemente em seus estudos sobre memória. Embora um tenha exercido influência no pensamento do outro, são encontradas divergências nos ensaios desses autores.

Bosi apresenta Bergson como obcecado pela fenomenologia da lembrança. Ele defende que as imagens do passado interferem no reconhecimento

do presente. Em suas palavras: “Na realidade, não há percepção que não esteja impregnada de lembranças” (BERGSON, 1959, p. 183 apud BOSI, 1987, p. 8).

Bergson (1959) atribui à memória as funções de conectar o corpo presente com o corpo passado, e de alterar as percepções da representação do atual. Visto que há evocação de lembranças em qualquer interação entre o indivíduo e o meio ambiente, a realidade que ele vê é uma combinação de elementos existentes em um espaço que ele já viveu e no que ele está vivendo (apud BOSI, 1987).

Para Bergson, a conservação da memória permite uma pessoa reproduzir comportamentos anteriores. Bosi (1987, p. 10) acrescenta: “A percepção concreta precisa valer-se do passado que se algum modo se conservou; a memória é essa reserva crescente a cada instante e que dispõe da totalidade da nossa experiência adquirida”. O filósofo aponta também que uma lembrança é despertada a partir de um chamado do presente. Ele considera a percepção atual rasa e superficial, e a memória profunda e vasta. Embora sejam opostas, as duas estão constantemente se encontrando e trocando substancias.

Segundo Bergson (1959), há duas memórias: a memória-hábito, adquirida pela repetição de gestos até a fixação, e a memória-lembrança, que se refere a um momento único e singular da vida. Sobre essa distinção, Bosi reflete que a memória-hábito é atingida pelo meio cultural, enquanto a memória-lembrança tem data e situação específica (apud BOSI, 1987).

Apoiada em sua análise dos tipos de memória, criadas por Bergson, Bosi traz à baila uma relação com a memória dos velhos. De acordo com a autora, eles conseguem evocar a memória-hábito e a memória-lembrança ao mesmo tempo, pois sua vida psicológica está presa aos hábitos adquiridos, e em momentos de inércia podem se perder nas imagens acumuladas no passado.

Nos estudos de Bergson, a memória possui um dinamismo interno, em que uma imagem qualquer se associa com outras imagens devido às suas similaridades e forma um sistema. Bosi (1987, p. 13) esclarece que “A recordação seria, portanto, uma organização extremamente móvel cujo elemento de base ora é um aspecto, ora outro do passado; daí a diversidade dos “sistemas” que a memória pode produzir em cada um dos espectadores do mesmo fato”.

As considerações de Ecléa Bosi sobre o pensamento de Henri Bergson expressaram a preocupação do filósofo em entender a influência do passado na interpretação do presente. Seu estudo focado na percepção das experiências enfatiza

que a realidade está constantemente sofrendo interferência de lembranças gravadas. O maior cuidado de Bergson é assimilar como a conservação do passado se articula com o presente, proporcionando encontros entre memória e percepção (BOSI, 1987).

Bosi compara as observações de Bergson com as de Maurice Halbwachs, fundador dos estudos da memória nas áreas das ciências sociais. Bosi repara que o trabalho de Bergson não associa os objetos lembrados com os sujeitos que lembram, em suas palavras “[...] falta, a rigor, um tratamento da memória como fenômeno social” (BOSI, 1987, p. 16). Para a autora, Halbwachs completa a tese de seu mestre, e vai além, refina-a.

A memória é explorada por Halbwachs a partir das instituições sociais. Ela depende das relações interpessoais, pois se um indivíduo lembra, é porque os outros, a situação presente, o ajuda a lembrar (BOSI, 1987). Bosi contrapõe os autores novamente quando nota que para Bergson a memória é conservada de forma intacta e inalterada, enquanto Halbwachs levanta: a lembrança de um fato nunca é fiel à imagem que foi experimentada durante o ocorrido, porque uma pessoa muda constantemente suas ideias e percepções da realidade.

As críticas de Bosi foram essenciais para conhecer as inspirações de Halbwachs em seus ensaios publicados em *Memória Coletiva* (1950). A obra revolucionou o campo da memória, tornando as contribuições do filósofo pertinente em discussões sobre esse tema até o dia de hoje.

De acordo com Halbwachs, uma pessoa pode ser individualmente testemunha de um ocorrido, mas suas lembranças serão sempre coletivas, pois “[...] elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos”. (1990, p. 26). O autor esclarece que evocar o passado a partir de impressões em grupo possibilita que seja revivido com mais confiança e exatidão. Contudo, essa memória só será perpetuada pelo tempo em que esses indivíduos continuarem a se identificar como um grupo.

Halbwachs acredita que quando o homem deixa de fazer parte de uma sociedade, embora possa se reencontrar eventualmente com os membros, não consegue mais se reconhecer como parte desta. A união e experiências em grupo permitia que fatos fossem guardados, e ao se afastar daquele convívio, as recordações não conseguem se sustentar. “Esquecer um período de sua vida é perder contato com aqueles que então nos rodeavam” (HALBWACHS, p 32, 1990).

Para que as lembranças individuais se auxiliem, é necessário que haja vários pontos de contato entre elas, assim a memória é reconstruída sobre um fundamento comum (HALBWACHS, 1990). Se um indivíduo se depara com uma comunidade da qual foi membro e não retornou mais, reflete Halbwachs, é como se ele abordasse um caminho já percorrido, mas o enxergasse de um posto de vista diferente. Isto é, o familiar se tornou estranho. Entre o passado compartilhado e o presente isolado foram construídas barreiras.

Todos os sentimentos e pensamentos mais pessoais buscam sua fonte nos meios e nas circunstâncias sociais definidas (HALBWACHS, 1990). Portanto, as impressões marcadas a partir de um episódio individual, são resultados da influência do mundo externo sobre o mundo interno.

Este domínio é explícito quando Halbwachs explora a memória individual. O autor primeiramente discorre sobre as lembranças da infância: “Se não nos recordamos de nossa primeira infância, é, com efeito, porque nossas impressões não se podem relacionar com esteio nenhum, enquanto não somos ainda um entre social”. (HALBWACHS, p. 38, 1990). Quanto às lembranças de adulto, o sociólogo relata de uma viagem que fez com amigos e familiares, afim de constatar que um grupo pode conhecer os mesmos cenários, mas cada indivíduo detém de um ponto de vista único e particular.

Halbwachs (1990) explica que no primeiro plano da memória de um grupo se destacam as lembranças dos acontecimentos que concernem ao maior número de seus membros, enquanto àquelas que marcaram apenas um pequeno número de pessoas, passam para último plano. O sociólogo exemplifica a dificuldade de manter uma lembrança quando esta não foi vivida por todos do grupo:

Dois seres podem se sentir estreitamente ligados um ao outro e ter em comum todos os seus pensamentos. Se, em certos momentos, sua vida transcorre em meios diferentes, ainda que eles possam através de cartas, descrições, através de suas narrações quando se aproximam, fazer conhecer em detalhes as circunstâncias em que se encontravam quando não estavam em contato; seria necessário que se identificassem um ao outro para que tudo o que, de suas experiências, era estranho a um ou outro, se achasse assimilado em seu pensamento comum (HALBWACHS, 1990, p. 45).

A característica principal de uma comunidade é a homogeneidade, como Halbwachs (1990, p. 47) afirma: “Estamos então tão bem afinados com aqueles que nos cercam, que vibramos em uníssono, e não sabemos mais onde está o ponto de partida das vibrações, em nós ou nos outros”. O autor sustenta que as preferências e

os sentimentos do homem, que acredita pensar e sentir livremente, são na verdade as expressões dos grupos que participa. Esse fenômeno passa despercebido, e assim o social penetra sem resistência interna.

Os acontecimentos que estão mais presentes na vida de uma pessoa são os que estão gravados na memória dos grupos mais próximos. É mais fácil se lembrar de fatos que são de domínio comum do que os que pertencem a um indivíduo de forma exclusiva. Parece contraditório, mas os pensamentos coletivos podem ser penetrados a qualquer momento, e as memórias pessoais, em oposição, têm difícil acesso, pois não são sustentadas pela lembrança dos outros (HALBWACHS, 1990).

“Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios” (HALBWACHS, 1990, p, 51). A partir desta sentença, Halbwachs deixa claro a dominância do meio coletivo na criação das lembranças pessoais, e paralelamente, a necessidade do conjunto de memórias individuais para a formação da memória coletiva de uma sociedade.

Halbwachs destaca por último que o indivíduo participa de duas memórias simultaneamente: a memória pessoal e a memória social. A primeira se apoia na segunda, e esta, bem mais ampla, apresenta a história em geral. Dessa forma, um homem para acessar suas lembranças internas, precisa se referir a pontos externos, visto que, a sua memória individual só funciona com o uso de instrumentos emprestados de seu meio (HALBWACHS, 1990).

### **3.3 Memória Coletiva e Identidade**

Os estudos de Maurice Halbwachs (1990) observam a memória coletiva como uma rede que sustenta as memórias individuais. Se uma lembrança existe, é porque os outros ecoam. Halbwachs enfatiza que enquanto o homem faz parte de um grupo, aquelas memórias vivem, entretanto, à medida que se afasta elas desaparecem, e ele tem a sensação de ter esquecido um período de sua vida. O indivíduo que perde contato com quem se identificava esquece igualmente de quem é. Dessa forma, é com base no pensamento de Halbwachs que Joel Candau analisa a estreita relação entre memória coletiva e identidade.

Assim como Halbwachs afirma que o conjunto de lembranças compartilhadas por uma família participa da identidade da mesma, Candau infere que memória genealógica é uma grande força na construção do jogo identitário. Ele também reconhece a importância da memória geracional, que é a consciência de se pertencer a uma cadeia de gerações sucessivas das quais o grupo ou o indivíduo se sente mais ou menos herdeiro (CANDAU, 2011).

Candau afirma que a memória no quadro familiar moderno não tem a intenção de ser transmitida, pois é guardada pelos próprios membros e está fadada a morrer junto com o último deles. Por outro lado, as gerações que nasceram de imigrantes se destacam pela ausência de memória como legado, podendo surgir crises identitárias.

Segundo Candau, a repetição de certos rituais, a conservação coletiva de recordações e a responsabilidade pela transmissão das heranças materiais e imateriais, são “[...] dimensões essenciais do sentimento de pertencimento e dos laços familiares, fazendo com que os membros da parentela queiram considerar-se como uma família” (CANDAU, 2011, p. 140). Atribui-se aos patrimônios da família a finalidade de perpetuar a sua memória e reafirmar a sua identidade à sociedade.

Compreendido o papel fundamental das lembranças compartilhadas na família, cabe destacar a importância de mesmo peso das memórias coletivas nacionais para a construção do eu. Conforme Halbwachs (1990) sustentou, os grandes acontecimentos marcaram o passado da sociedade. As palavras de Candau (2011, p. 101) reforçam: “Os acontecimentos são tempos fortes que fazem memórias fortes”. Portanto, esses eventos se encontram no pensamento coletivo, causando uma sensação de representação e unidade, e é a soma desses momentos que dará forma à identidade de um país.

O culto aos mortos é outro recurso essencial para unir uma sociedade. Ele remete à recordação e à manutenção da identidade de uma comunidade religiosa, nacional ou familiar (CANDAU, 2011). Nos Estados Unidos, Candau comenta, há uma lei em vigor desde 1990 que define regras de proteção e repatriamento de tumbas de membros de diferentes povos indígenas. Esse é um exemplo do valor que as civilizações atribuem perante os fundadores de suas terras.

Portanto, um grupo se sente no dever de honrar a memória de todos indivíduos que contribuíram para a perpetuação de membros sucessores. J. Chesneaux, citado por Candau, defende que o Estado está sempre em busca de

imagens em que a população possa se identificar. Um exemplo foi a construção de monumentos aos mortos em cada cidade da França após a Primeira Guerra Mundial, instrumentos aplicados para desenvolver o sentimento de pertencimento à nação.

Augusto Comte (nota 45 apud CANDAU, 2011, p. 147), acredita “que os aniversários e comemorações invadem os calendários para organizar as memórias com a esperança de unificá-las”. A valorização das glórias do passado são uma forma de legitimar os acontecimentos fundadores e produzir uma cultura comum. De acordo com Candau, entre 1986 e 1993 foram registradas 1.571 celebrações na França, fato que ele visualiza como respostas às interrogações identitárias atuais, onde o Estado se torna uma máquina de fabricar consensos.

Para Candau, quando as comemorações são feitas sem um sentido maior, pode ser um sinal de crise identitária. O autor explica:

Assim Philippe Raynaud reconhece na redução do 1º de Maio e do 14 de Julho a simples feriados dedicados ao lazer “a expressão de uma perda da identidade do grupo em relação à nação (14 de Julho) ou à classe (1º de Maio). Mas, nesse caso, porque podemos observar uma febre comemorativa em nossas sociedades? A “comemoratividade” talvez responda ao mesmo tempo a um temor do passado e uma negação do presente, uma vez que são percebidos como ameaças para a identidade dos grupos e indivíduo” (CANDAU, 2011, p. 149)

Outro aspecto levantado por Candau é o fenômeno da patrimonialização pela sociedade moderna de tudo o que diz respeito ao passado. A reivindicação do patrimônio, seja natural, imaterial, histórico, arqueológico, ou de outro tipo, demonstra uma incapacidade de viver no tempo presente (CANDAU, 2011). A memória de um povo passou a ser sustentada na conservação de objetos, por isso o autor chama os museus de “lugares de objetivação da identidade” (2011, p. 162).

Retomando o caso da França, Candau critica que o país todo tem se transformado num museu, pois dá importância a qualquer elemento, relíquia, arquivo ou vestígio deixado pelo passado. Para ele, o sequestro de objetos que evocam a vida exterior é, ao mesmo tempo, um sequestro da identidade. Portanto, isso prova que a sociedade francesa contemporânea nutre a memória coletiva de maneira não natural, no intuito de criar uma ilusão de unidade.

Visto que há uma forte ligação entre memória coletiva e o sentimento de identidade, os laços sociais atuam como protagonistas na formação do eu. Joel Candau defende que qualquer traço que evoca o passado pode ser utilizado pelos grupos como uma forma de reafirmar sua identidade, seja essa comunidade uma

família ou um país. No entanto, o autor adverte que venerações exageradas aos objetos antigos podem significar uma sociedade com crise identitária, que ao perder qualquer memória, tem medo de esquecer quem se é.

### **3.4 Memória coletiva X História**

Halbwachs acredita que um indivíduo sofre interferências dos acontecimentos históricos de sua época. Observando seus pais, percebe que grande parte de seus hábitos foram criados devido a períodos marcantes que sua sociedade viveu e com o tempo foram assimilados à sua personalidade. Para Halbwachs, a história é essa compilação de datas importantes em cenários passados, expressa em livros e narrativas, de forma que um período possa se distinguir de outro.

No intuito de comparar história e memória, Halbwachs (1990) afirma que a memória do homem se apoia na história vivida, e não na história aprendida. A história tem caráter impessoal porque ela tenta formar um quadro com fatos relevantes em uma era (HALBWACHS, 1990). Este panorama é considerado superficial e simplista pelo sociólogo.

Porém, a memória histórica tem um papel relevante, é nela onde a memória individual pode se apoiar (HALBWACHS, 1990). Através dela, é possível associar impressões obtidas no passado com o contexto e as preocupações nacionais vividas por outros. Mas, como esses acontecimentos não foram experienciados no momento, apenas serviram de pontos de referência externos, as noções históricas [...] “supõem a existência preliminar e autônoma da memória pessoal” (HALBWACHS, 1990, p. 62).

Segundo Halbwachs, a história retrata os fatos que ocuparam mais espaço na memória dos homens. O autor acredita que enquanto uma lembrança subsiste, não há interesse em fixá-la por escrito, é por isso que a história só se inicia quando se decompõe a memória social. Halbwachs (1990, p. 80) declara: “Assim, a necessidade de escrever a história de um período, de uma sociedade, e mesmo de uma pessoa desperta somente quando eles já estão muito distantes no passado”. Nessa lógica, os historiadores conseguem encontrar a tempo testemunhas que conservem lembranças do acontecimento e podem montar um panorama mais eficiente em torno do objeto.

Halbwachs diz que “lançar uma ponte entre passado e o presente, e restabelecer essa continuidade interrompida” (1990, p. 81) é um dos objetivos da história. A história tem o trabalho de resgatar fatos que se acreditava estarem perdidos

a partir da memória coletiva. E para que a história tenha o seu lugar no presente, ela deve conservar imagens do passado que a sociedade atual ainda possa se identificar (HALBWACHS, 1990).

Enquanto a história se dedica em dividir uma sequência de atos, a memória social tem um fluxo ininterrupto, como é descrito:

A memória coletiva se distingue da história pelo menos sob dois aspectos. É uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, já que retém do passado somente, aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém. Por definição não ultrapassa os limites deste grupo. Quando um período deixa de interessar ao período seguinte, não é um mesmo grupo que esquece uma parte de seu passado: há, na realidade, dois grupos que se sucedem (HALBWACHS, 1990, p. 81-82).

A explicação de Halbwachs esclarece que a história é fragmentada. Ela passa a impressão de que entre os acontecimentos tudo é renovado, e os homens que protagonizavam um momento, deixam de se reconhecer no seguinte, pois a narrativa deixou de incluir suas lembranças.

A memórias dos homens que fizeram parte de um mesmo grupo em épocas diferentes, estão em contato, mas nunca poderão se unificar (HALBWACHS, 1990). A história aproveita essa separação dos grupos sociais para dividir os fatos a fins didáticos. Ela foca nas contradições entre os mesmos para que as diferenças sejam visíveis à sociedade que não presenciou os eventos do passado. Criar a ilusão de que entre os conteúdos ensinados transformaram-se ideais, valores e tradições nacionais é uma das metas da história.

Quando a sociedade está vivendo momento importante, não há definição exata do início e do fim daquele período. “Os historiadores não podem levar a sério estas linhas de separação, e imaginar que foram remarcadas por aqueles que viveram durante os anos que elas atravessaram [...]”, reflete Halbwachs (1990, p. 83). As interrupções existem apenas a fins didáticos e esquemáticos.

Outra contraposição levantada por Halbwachs entre história e memória é que há diversas memórias coletivas, mas só uma história (HALBWACHS, 1990). O sociólogo quer dizer que o historiador reduz um acontecimento a uma imagem única e direta, e a memória social é múltipla e subjetiva. Cada indivíduo é nitidamente afetado de maneira diferente pelos acontecimentos, mas a história deve ser imparcial e dar a mesma importância a todos esses.

Halbwachs defende que a história não tem a função de reviver a realidade de momentos passados, “[...] porém de recolocá-los dentro dos quadros nos quais a história dispõe os acontecimentos, quadros que permanecem exteriores aos grupos, em si mesmos, e defini-los, confrontando-os uns aos outros” (1990, p. 86). Ela consegue formar uma imagem total e distante dos fatos e relacioná-los, por meio de comparações.

A memória coletiva é rica e múltipla. Uma pessoa carrega lembranças de cada comunidade da qual já fez parte e todo grupo valoriza o seu passado, pois é uma forma de reafirmar sua identidade. Ele preza que as mudanças ocorridas pelo tempo não consigam romper os ideais compartilhados entre seus membros. Em dissonância, a história ignora esses intervalos onde nada acontece, onde a vida aparenta repetir-se e não há alterações bruscas nem revoluções (HALBWACHS, 1990).

Para Halbwachs, a história registra apenas a somatória dos eventos de uma época, e coloca em primeiro plano as diferenças entre elas. Os historiadores estudam os grupos sociais vistos de fora, e abrangem uma duração bastante longa (HALBWACHS, 1990). A memória coletiva, contrapondo-se, é o grupo visto de dentro, e perpetuará apenas ao passo em que os membros que participaram desta comunidade estiverem vivos guardando suas lembranças.

Visto que a história só cumpre o seu papel sendo objetiva e seccionando os grandes marcos da humanidade, a memória coletiva, em divergência, é um desenvolvimento contínuo e sem limites definidos. A memória social persiste enquanto o grupo que a carrega está vivo (HALBWACHS, 1990). Por isso, quando ele desaparece, suas lembranças igualmente se esvaem, e é obrigação da história não deixar que caiam no esquecimento.

François Dosse, em sua obra *História e Ciências Sociais* (2004) opõe memória e história. Ele deixa claro que a grande contribuição de Halbwachs é separar as duas, e entende que esse corte é resultado de inúmeras transformações sociais ao longo do tempo.

Krzysztof Pomian afirma que a história era uma memória continuada, posta por escrito, até o século 15. A partir desse período, o historiador passa a criar a sua própria obra, contando um acontecimento na sua versão (1998, apud DOSSE, 2004).

A história “[...] é sempre abertamente egocêntrica, organizada em torno de um Eu, seja o Eu individual de um memorialista ou o Eu coletivo de uma cidade, de uma dinastia, de uma Igreja [...] de um reino ou de império do qual o historiador

recupera a perspectiva” (1998, p. 82, apud DOSSE, p. 172). Se a história é contada para servir alguém, ela tem carácter artificial, e por isso Dosse a acusa de ser uma “história-memória” a serviço de um Estado-Nação.

As inovações técnicas, do mesmo modo, acentuaram a cesura entre memória e história. A descoberta da imprensa e a difusão do livro proporcionaram a superioridade da memória escrita em relação à memória oral. Esta, antes era a fonte de maior credibilidade, por contar com o relato de um indivíduo que testemunhou um fato. Essa troca tornou os historiadores em especialistas na crítica da memória (DOSSE, 2004).

Para Dosse quando a memória e a história são indissociáveis é uma situação problemática. Essa fusão pode ser o sintoma de uma crise identitária nacional, como é o caso da França: “Desde os cronistas da Idade Média, passando pelos historiadores dos reis, a vontade do Estado-nação de tomar as redes da memória nacional foi constantemente afirmada” (DOSSE, 2004, p. 175).

Apenas no século XX essa imposição começou a ser contestada, e o passado passou a ser visto de forma mais imparcial. Dosse observa que o fim da dominação do Estado francês sobre a história e a memória foi um movimento que deu espaço ao compartilhamento e à valorização de memórias plurais que antes eram reprimidas. No momento em que esses grupos se tornaram responsáveis pela passagem de sua memória em história, eles receberam a oportunidade de redefinirem sua própria identidade.

#### 3.4.1 Do monumento ao advento da revolução documental

A memória coletiva e a história são materializadas nos documentos e nos monumentos. Le Goff dedica um capítulo de sua obra *História e Memória* (2003) para diferir e assimilar os dois objetos, contextualizando com os parâmetros sociais e culturais em cada discussão acerca de ambos conceitos.

De acordo com Le Goff (2003), o monumento significa uma herança do passado. Desde a Antiguidade Romana, eles podem ter duas aparições: em obras comemorativas de arquitetura ou de escultura e em monumentos funerários. O monumento consegue perpetuar as tradições das sociedades e é um legado à memória coletiva.

Para a escola positivista, entre o fim do século XIX e o início de XX, o documento é entendido como uma prova histórica, um testemunho escrito (LE GOFF, 2003). O documento pode ser considerado o instrumento de trabalho do historiador. Ele deve utilizá-lo como fonte de informações a partir de uma postura imparcial, para não comprometer o resultado de sua pesquisa. “A sua objetividade parece-se opor-se à intencionalidade do monumento” Le Goff (2003, p. 526-527) compara.

Le Goff nota que o ensino positivista é o responsável pelo declínio do monumento e pela ascensão do documento, movimentos que ocorreram simultaneamente. Declarava-se a subordinação da história aos documentos, dos historiadores aos registros. Em 1929, realça Le Goff, os fundadores da revista “Annales d’Histoire Économique et Sociale” decidem ampliar a noção de documento:

A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais. Logo, com palavras. Signos. Paisagens e telhas. Com as formas do campo e das ervas daninhas. Com os eclipses da lua e a atrelagem dos cavalos de tiro. Com os exames de pedras feitos pelos geólogos e com as análises de metais feitas pelos químicos. Numa palavra, com tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem [...]. (FEBVRE, 1949, ed. 1953, p. 428 apud LE GOFF, 2003, p. 530)

O documento passou a abranger qualquer objeto que consegue evocar o passado e servir para contar uma história. O alargamento do significado desse termo ocasionou uma revolução documental a partir dos anos 1960, onde a memória coletiva e a história passaram a se interessar pelo registro paroquial: registro de nascimentos, matrimônios, mortes, entre outros. Deu-se início à era da documentação em massa, que logo contou com a participação da revolução tecnológica.

A revolução documental mencionada por Le Goff pode ser associada à acelerada expansão da memória, abordada por Jöel Candau. O fenômeno é caracterizado pela obsessão da sociedade moderna em arquivar tudo o que é produzido, “[...] uma tentativa de decodificação total do mundo, cada instante se caracterizando por uma produção profusa de informações, traços, imagens” (CANDAU, 2011, p. 112).

A compulsão em tudo guardar pode ser sintoma de uma sociedade que se recusa a aceitar a perda. A quantidade de objetos expostos nos museus é reflexo dessa cultura. A falta de critérios para se preservar um artefato mostra que a modernidade é assolada pelo medo de fazer escolhas.

O mundo contemporâneo quer tudo conservar e armazenar, na mesma intensidade que produz novas informações e imagens (CANDAU, 2011). Essa tendência bombardeia uma sequência de mensagens em uma rapidez que pode causar confusão ao cérebro humano. “Em primeiro lugar, é importante não confundir a informação disponível e o conhecimento da mesma”, Candau (2011, p. 114) pontua.

Candau ressalta o alerta de vários pesquisadores: A exposição da mente a esse conteúdo exagerado pode sobrecarregar a memória longa e comprometer a qualidade da memória coletiva. São tantas informações transmitidas ao longo do dia, que o indivíduo que recebe não consegue atribuir sentido a elas, passando a ver a realidade como uma sequência de acontecimentos descontínuos.

À medida que o mundo moderno estoca sua memória nas bibliotecas, está povoado cada vez mais com amnésicos. A grande quantidade de informações disponíveis se trata de uma memória morta, que tira do ser humano o papel de ser o depositário vivo da memória. Portanto, a propagação indiscriminada de conteúdo estimula o esquecimento. Nem as máquinas conseguem formar uma ordem e sucessão dos eventos, visto que assim que uma imagem é gerada, logo é substituída por outra (CANDAU, 2011).

O termo iconorreia contemporânea é criado por Candau para se referir ao conjunto de efeitos que sobrecarregamento da memória propicia. A iconorreia é quando há tantas imagens e ícones, que o indivíduo não consegue mais interpretar o que aquela cena representa, o autor explica.

Por fim, Candau sugere que há possibilidade das sociedades modernas serem menos capazes de transmitir a memória do que os povos antigos. Talvez, mais importante do que difundir informação, seja se preocupar na maneira em como ela está sendo recebida. Visto que a expansão descontrolada da memória debilitou a comunicação entre o ser e o espaço, enfraqueceu também a ligação entre as lembranças pessoais e a memória coletiva.

### **3.5 Memória e História da Cidade**

Aldo Rossi, arquiteto e teórico italiano, retrata a arquitetura como um componente da cidade. O autor acredita que o momento principal do fato arquitetônico está na sua técnica, isto é, nos princípios aos quais se ele se funde e se transmite.

Rosi (2001) reconhece a arquitetura como um dos princípios da cidade, portanto, é impossível compreender a história e a memória de uma sem vincular à outra.

“A cidade é, por si mesma, depositária de história”, afirma Rosi (2001, P. 193). Para o autor, a cidade pode ser estudada a partir de pontos de vista: como fato material, onde o tempo conserva os vestígios do passado, ou como uma série de valores, analisando o fundamento dos fatos urbanos e da sua estrutura.

As cidades históricas italianas são analisadas por Rosi através da segunda perspectiva, pois suas características se manifestam através da imaginação coletiva. Para sustentar essa ideia, ele insere os escritos de Carlo Cattaneo, que compara a cidade de Milão na época posterior ao Império a outros centros lombardos. Cattaneo revela que a sua grandiosidade não se explicava pela demografia, nem pela riqueza nem dimensão do lugar, mas por uma preeminência inata à cidade (apud ROSI, 2001).

Segundo Rosi, Cattaneo constata que para a civilização, naquele período a cidade junto do território se formavam um corpo inseparável. Mesmo em situações difíceis como guerras e invasões, havia uma força extraordinária atuando: o território regenerava a cidade destruída. Em oposição, nos quatro séculos de domínio gótico e lombardo, as cidades eram vistas apenas como fortalezas (ROSI, 2001).

Para Aldo Rosi a cidade se trata de um grande artefato arquitetônico. O autor igualmente declara que as cidades se mostram através dos fatos urbanos, e estes fazem parte de sua memória. Ao falar de memória coletiva, Rosi se baseia no pensamento de Maurice Halbwachs, quando este explica que o meio em que um grupo está inserido manifesta as marcas daquele convívio. Dessa forma, Rosi (2001, p. 198) esclarece sua linha de raciocínio: “Ampliando a tese de Halbwachs, gostaria de dizer que a própria cidade é a memória coletiva dos povos; e como a memória está ligada a fatos e a lugares, a cidade é o “locus” da memória coletiva”.

A arquitetura, as permanências e a história servem para ajudar a sociedade a compreender os fatos urbanos (ROSI, 2001). Se esses fatos fazem parte da memória da cidade, Rosi entende que a memória coletiva é a própria evolução do espaço. O autor descreve a memória como o fio condutor que liga toda a estrutura urbana.

Os monumentos da arquitetura também podem ser interpretados como uma expressão de poder, podendo ser em nome do Estado ou em nome da religião. Esses marcos estão intimamente ligados à história da cidade, e são construídos no intuito de gerar memórias sociais em torno daquele objeto de prestígio. Desse modo,

o caráter das nações e civilizações fala através do conjunto de arquiteturas que possuem (ROSI, 2011).

Dentro da cidade situam-se as ações do indivíduo, logo, nem tudo é coletivo nos fatos urbanos. “A memória, no interior dessa estrutura, é a consciência da cidade; trata-se de uma ação em forma racional cujo desenvolvimento está em demonstrar com a máxima clareza, economia e harmonia, algo já aceito” (ROSI, 2001, p. 199). Portanto, Rosi enfatiza que a memória da cidade está concretizada tanto em seus monumentos quanto no imaterial.

### **3.6 Lugares de memória e lugares de esquecimento**

Sonia Schulz estuda as transformações do espaço urbano. A autora reconhece as cidades como o resultado do encontro entre as correntes artísticas, filosóficas e científicas. As estéticas urbanas expressam os valores e ideais de uma sociedade, e para Schulz (2008), a memória permite resgatá-los para ajudarem a construir um conceito de urbanidade.

A cidade de Roma passou por modificações radicais no final do século XVI. O projeto foi elaborado pelo papa Sixto V e o arquiteto Domenico Fontana, que pretendiam alterar o traçado medieval (Figura 6). As intervenções visavam colocar em primeiro plano as grandes obras arquitetônicas, destacadas através de vias retilíneas, e organizar os espaços públicos (SCHULZ, 2008).

As transformações na capital romana interligavam os monumentos nacionais através de percursos significativos e inaugurava um urbanismo decidido em conservar a imagem da cidade, repara Schulz. A existência desses marcos estimulava o indivíduo a desenvolver uma relação íntima com o espaço urbano, fortalecendo o sentimento de pertencimento e de unidade com a nação, como Schulz (2008, p. 87) explica: “Assim, o reconhecimento de uma rede de monumentos, organizados em uma hierarquia, também reconhecível, foi determinante para se criar a imagem, a identidade da cidade”.

Figura 6 - Afresco da Biblioteca Vaticana mostrando o plano de Sisto V e Domenico Fontana para Roma, 1587-1589.



Fonte: Insolera, 1981.

Roma foi transformada em um teatro da memória com as obras do século XVI. A memória urbana possibilitava que o indivíduo resgatasse o passado e visualizasse o presente como um espaço que expressa os princípios sociais, culturais e políticos da época (SCHULZ, 2008).

No plano do papa Sexto V e de Domenico Fontana, os monumentos eram lugares sem significado intrínseco, e por outro lado fortaleciam a memória coletiva. Schulz reflete que essa obra deveria servir de herança às próximas gerações, contudo só seria preservada enquanto o motivo de sua construção fosse lembrado pela sociedade.

Os monumentos estão submetidos aos valores de seus períodos históricos, Schulz reflete, e serão guardados na memória coletiva quando já estiverem desaparecidos. Dessa forma, os marcos da cidade sustentam a memória urbana mas produzem uma rede de lembranças fragmentadas e descontínuas do passado.

Ao referir-se do espaço desconexo criado pelos elementos da memória social, Sonia Schulz interpreta esse fenômeno como uma consequência da urbanidade moderna. Esta, somada ao ritmo frenético da metrópole, proporcionou ao indivíduo experiências deterioradas com o mundo externo. O fundamento da memória se tornou, em contradição, um esquecimento:

O deslocamento acelerado no tempo moderno também converteu a cidade em lugar da amnésia, da dissolução da lembrança em esquecimento. Os movimentos na cidade e na memória na cidade constituem um persistente deslocamento para nenhum lugar específico, induzindo à perpétua redescoberta de fragmentos urbanos. A perda parcial da memória condena o nômade urbano a visitar os mesmos espaços, a rever as mesmas paisagens, a reencontrar um passado dissimulado de presente. O antigo

aparece como novo exatamente porque os registros das imagens são, muitas vezes, apagados (SCHULZ, 2008, p. 156-157).

O pensamento de Schulz defende que a cidade moderna sobrecarrega seus habitantes com o excesso de informações e de estímulos diariamente. Para esclarecer o entrelaçamento entre a estrutura das lembranças e do espaço urbano, vale inserir a seguinte analogia: “A memória e a cidade são territórios labirínticos, traçados como uma rede infinita de percursos e nós, com centros e periferias mutáveis, referentes e limites fluidos, dimensões e posições instáveis” (SCHULZ, 2008, p. 156).

Visto que os lugares de memória marcavam um espaço com história, monumentos e símbolos, os lugares de esquecimento possuem elementos que quando inseridos no presente constituem um cenário incoerente. Se Roma foi um lugar projetado para ser lembrado, as capitais da modernidade são compostas de objetos fabricados para serem o quanto antes esquecidos.

Josep Maria Montaner discute, juntamente de Zaida Muxí, sobre memória e esquecimento urbano na obra *Arquitectura e Política* (2014). Para eles, a sociedade contemporânea vive em cidades que tiveram parte de sua memória apagada e substituída por uma artificial. Essa manipulação é uma ferramenta de viés político e pretende impor uma nova identidade coletiva, mas se apoia em propagandas voltadas aos investimentos e ao turismo para se justificar.

A destruição das lembranças de um espaço urbano pode ocorrer de maneira lenta e passiva, ou em um movimento brusco e traumático. As ditaduras históricas, que ocorreram na Alemanha, Itália e França, são exemplos do último caso, pois apagaram todo o seu passado com avenidas e monumentos totalitários. Em oposição, na democracia a cidade perde sua memória de forma discreta e aprovada pela cultura do consumo (MONTANER E MUXÍ, 2014).

Montaner e Muxí entendem que a partir da década de 1990, o conceito de memória coletiva participou ao mesmo tempo de duas correntes opostas: a substituição cada vez mais frequente da mesma, e o fortalecimento das minorias que se puseram a reivindicar o direito de manter a lembrança de seu passado. Apesar do cenário urbano contraditório, a cultura pós-moderna vive um processo composto pela eliminação da memória real e a invenção de memórias temáticas.

“Uma variante desse processo de distração da memória ocorre quando se produz a apropriação de um lugar mediante o esvaziamento de seu conteúdo

simbólico e a mudança de seu significado”, comentam Montaner e Muxí (2014, p. 161). É atribuído forçadamente um novo conceito àquele espaço, que passa a ser o único reconhecido e válido. Dentre os estudos de caso apresentados pelos autores, o de Nova Iorque espelha muito bem essa situação.

Na década de 1980, a Times Square era um lugar ocupado majoritariamente por teatros e sex shops. Anos mais tarde, o prefeito Rudy Giuliani idealizou transformá-la no espaço de consumo e de lazer da família norte-americana, contratando em 1993 a Disney Company para realizar o projeto. As intervenções serviram para tematizar a área e inserir uma memória falsa, transformando a imagem da Times Square em uma realidade cujo passado nunca existiu (MONTANER E MUXÍ, 2014).

Montaner e Muxí levantam críticas à remodelação desse espaço (Figura 7). De acordo com os autores, a publicidade presente nas fachadas sugere ao indivíduo inúmeras possibilidades. Entretanto, ao passo em que tudo é controlado e programado pela Disney, o sentimento de liberdade é uma grande ilusão. O lugar se tornou um imenso teatro ao ar livre, que recria uma memória enganosa baseada em uma idade de ouro mítica da década de 1920 a 1950 (MONTANER E MUXÍ, 2014).

Figura 7 - Times Square, em Nova Iorque.



Fonte: Mello, 2015.

Observa-se que a reurbanização da Times Square foi um processo que consistiu em converter uma área insegura e ilegítima de Nova Iorque, no ponto

turístico mais famoso da cidade e um dos mais visitados do mundo. Assim, quando a identidade criada de um lugar é facilmente aceita e incorporada, comprova-se que a memória falsa se sobressai como autêntica e descarta a original.

Por outro lado, Montaner e Muxí (2014) descrevem um caso emblemático em que a tentativa de apagar a memória urbana causou conflitos. Em Barcelona, a elite se uniu para a aprovação de um projeto no Poblenou, que pretendia remover a população modesta e substituí-la por moradores da classe média alta. A intenção era eliminar qualquer vestígio da luta de classes e dos conflitos sociais dos séculos XIX e XX, e a ideia ganhou o apoio de empresários, políticos e banqueiros.

Os interesses da burguesia local sempre prevaleceram na cidade. A preocupação em conservar a arquitetura dos palácios e edifícios do modernismo e de esquecer as memórias dos bairros industriais é um reflexo. Diante dessa situação, Montaner e Muxí (2014, p. 166) explicam: “Cada nova época procura se legitimar naquilo que enfatiza, exclui e oculta [...] Em Barcelona, a apologia do *modernisme*, levada a cabo pela burguesia local, esteve ligada ao apagamento das infraestruturas industriais que a nutriram”. Cenário injusto, afirmam os autores, pois os operários foram os atores na história que possibilitaram a Revolução Industrial e o enriquecimento das famílias poderosas da época.

Montaner e Muxí relatam sobre a intervenção do conjunto fabril de Can Ricart. A área, localizada no bairro Poblenou, funciona há mais de 150 anos estava em atividade até 2005, contando com 250 pessoas, entre pequenos empresários, artesãos e operários. Todos foram desalojados e tiveram suas oficinas destruídas para que fossem construídos laboratórios de arquitetura genética. Can Ricart era um dos únicos conjuntos industriais novecentistas restantes, logo, foi perdido um patrimônio de valor e memória singulares.

Felizmente, após manifestações e um longo período de resistência, os moradores conseguiram impedir a derrubada de uma parte do conjunto (Figura 8). Como solução, estes propuseram um projeto alternativo que daria continuidade à morfologia original de Can Ricart. A ideia se baseava em manter a antiga estrutura industrial e executar no resto do território a nova estrutura moderna e flexível, portanto, foi apresentada uma opção que não prejudicou inteiramente nenhum dos lados (MONTANER E MUXÍ, 2014).

Figura 8 - Protesto dos moradores com cartaz “Salvem Can Ricart”.



Fonte: Bou, 2009.

Figura 9 - O contraste do velho com o novo no Poblenou.



Fonte: Corduente, 2011

As intervenções no bairro Poblenou não ocorreram de forma tão pacífica como na Times Square, onde a memória falsa foi aceita sem relutância. Os moradores do conjunto fabril de Can Ricart reivindicaram o direito à memória no momento em que sentiram sua identidade ameaçada. Por fim, cabe inserir a indagação que autores trazem sobre quem tem o direito de recordar. A partir dos exemplos apresentados,

nota-se que a classe dominante sempre teve o poder de escolha. A destruição do patrimônio histórico e cultural sob a justificativa da renovação é um processo comum nas cidades contemporâneas e democráticas, mas que disfarçam os resquícios de um espírito fascista que impõe quem deve lembrar e quem deve esquecer.

Entendido que a memória coletiva é onde as lembranças individuais se apoiam, ela é essencial para que o indivíduo se sinta parte de um grupo, seja uma nação, uma cidade ou um bairro. A memória, múltipla e profunda, se diverge da história, única e rasa. A história de um povo é contada através dos monumentos e dos documentos, no entanto, a documentação em massa é um fenômeno da sociedade moderna obcecada em guardar tudo. Esse ato ocasiona um excesso de informações no espaço, no qual a mente não tem capacidade absorver e visualiza todo o conteúdo fragmentado. A própria cidade é percebida de forma descontínua, criando espaços para serem esquecidos invés de lugares a serem lembrados.

## 4 A FUNDAÇÃO DE SÃO LUÍS E A FORMAÇÃO DO NÚCLEO URBANO DO SÉCULO XVII

A ilha de São Luís foi habitada inicialmente pelos índios tupinambás, mas a sua localização geográfica interessava aos europeus como uma porta de entrada das américas. Ribeiro Júnior (2001) conta que a primeira visita do homem branco foi em 1513, pela expedição do português Diogo Ribeiro, em tarefa de reconhecimento. Na fase de exploração, houve uma tentativa fracassada em 1535, na qual os barcos portugueses naufragaram<sup>5</sup>. O relato do historiador da época, João de Barros (apud ANDRES, 2014), afirma que os sobreviventes da tragédia alcançaram terras próximas à ilha e fundaram a vila de Nazaré.

Em 26 de julho de 1612, uma expedição francesa composta por três navios e quinhentos homens, sob o comando do tenente-general Daniel de la Touche, o Sieur de La Ravardière, e outros, desembarca no porto Jevirée (ponta de São Francisco), com o intuito de fundar uma colônia em São Luís.

A ocupação inicial estabeleceu-se em torno do Forte de Saint Louis, nome em homenagem ao Rei-Menino Luís XIII (LOPES, 2008). Próximo ao Forte foram construídas cabanas de madeira para os novos visitantes se instalarem (MEIRELES, 1982 apud RIBEIRO JÚNIOR, 2001). Forma-se um pequeno povoado, Araújo (2016, p. 76) descreve, “[...] cujos gestores e mercadores eram soldados, religiosos, mestres de ofício e gentil-homens”.

O abandono da costa do Norte do país pela Coroa portuguesa permitiu que os franceses invadissem a capitania (ANDRES, 1998 apud ARAUJO, 2016). A falta de conhecimento de navegação e as perigosas correntes do golfo foram empecilhos para que os portugueses cuidassem de suas terras herdadas no acordo com a Espanha. Somente dois anos depois, Portugal se preocupa com a presença francesa e envia uma missão sob comando do capitão-mor Jerônimo de Albuquerque e do sargento mor Diogo de Campos.

Segundo Lopes (2008 p. 13), na Batalha de Guaxenduba em 1615, a Coroa Ibérica venceu: “Vitoriosos, os portugueses mantiveram o nome de São Luís para o

---

<sup>5</sup> A missão foi comandada pelos donatários da Capitania do Maranhão (dividida pelo sistema de Capitânicas Hereditárias), os senhores João de Barros e Fernão Álvares de Andrade. Estes se juntaram a Aires da Cunha e partiram de Portugal com uma frota de dez navios (ZENKNER, 2002).

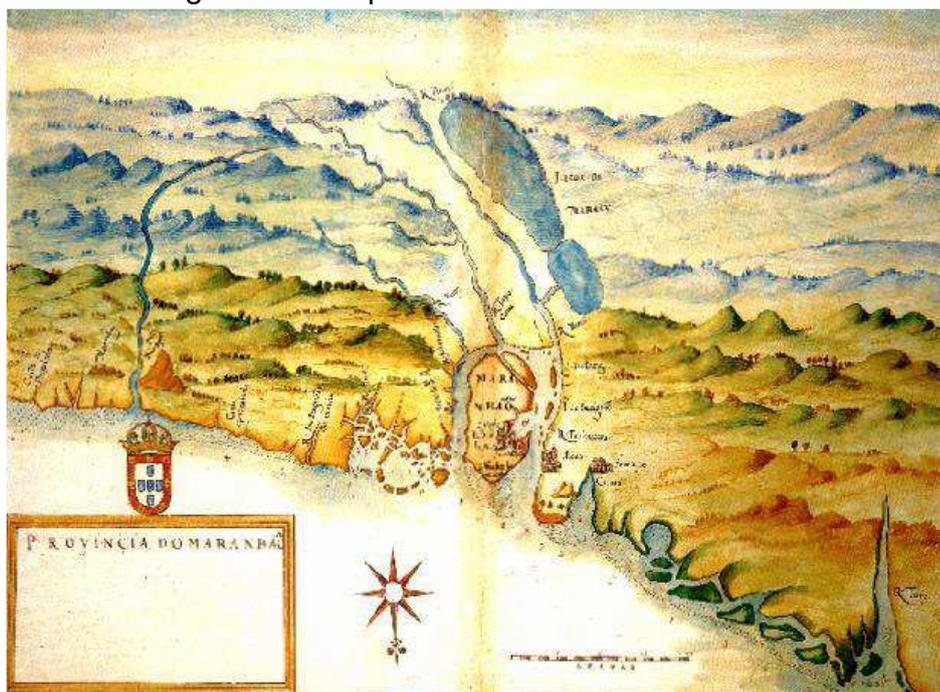
núcleo urbano e rebatizaram o Forte de São Felipe, em homenagem ao Rei de Espanha e Portugal, Felipe IV”.

Bernardo Pereira Berredo, historiador colonial, relata que a retirada dos franceses ocorreu de forma pacífica. Como justificativa desse fato, Zenkner (2002) menciona que no mesmo ano da expulsão, houve uma aliança entre França e Espanha, por meio do casamento do rei francês Luís XIII com a filha do monarca espanhol Felipe III. Dessa forma, La Ravardiére teria um motivo para ter entregue sua fortificação aos portugueses.

A curta duração da França Equinocial não foi suficiente para configurar a cidade, afirma Araújo (2016). O autor comenta que a população francesa não passava de centenas e não foi possível a solidificação de uma estrutura urbana.

Logo a fase colonizadora de Portugal se manifesta, inicialmente em estratégias militares e de povoamento. Identifica-se dois processos simultâneos: a criação de núcleos familiares e a instalação dos habitantes ao redor de pólos urbanos, como fontes de água e os conventos (MOTA; MANTOVANI, 1998 apud BURNETT, 2008). Para reafirmar a sua dominação dessas terras, a Coroa cria no ano de 1621, o estado do Maranhão, sediado em São Luís e separado do Estado do Brasil (ANDRES, 2014). A razão da divisão era concentrar e fortalecer um ponto de apoio e partida para a colonização no norte e nordeste do grande território brasileiro

Figura 10 - Mapa da Província do Maranhão.



Fonte: Albarnaz, 1615.

A economia maranhense era uma das mais rudimentares, voltada para a produção de subsistência e marcada por lentos progressos (ZENKNER, 2002). Em 1641, os holandeses invadem a ilha com dezoito embarcações e mil militares, com o objetivo de explorar as riquezas da colônia e retomar sua antiga hegemonia de distribuidor de açúcar na Europa, explica Lopes (2008). Expulsos três anos depois, o resultado da ocupação holandesa foi deixar a cidade quase deserta, e abalar ainda mais a situação econômica local.

Burnett defende que o crescimento da cidade em cem anos de poder lusitano deu-se em ritmo extremamente lento, e a população era composta majoritariamente por militares e religiosos, “confirmando o caráter da cidade como acampamento militar e concentração de ordens religiosas” (2008, p. 113). Embora São Luís não fosse próspera como Recife e Salvador, durante o século seiscentos e setecentos a ilha disputava com Belém o posto de ponto principal da região Norte do Brasil (RIBEIRO JÚNIOR, 2001).

#### **4.1 O traçado: da cidade fortaleza à cidade geométrica regular**

Para o assentamento da colônia foi escolhida uma área sobre o extremo de uma elevação entre vinte e trinta metros de altura em relação ao nível do mar, formando uma península entre os Rios Anil e Bacanga, que banham a cidade. O sítio está localizado entre as baías de São Marcos e a de São José, no ponto de encontro dos rios Pindaré, Mearim e Itapecuru, grandes vias fluviais (LOPES, 2008).

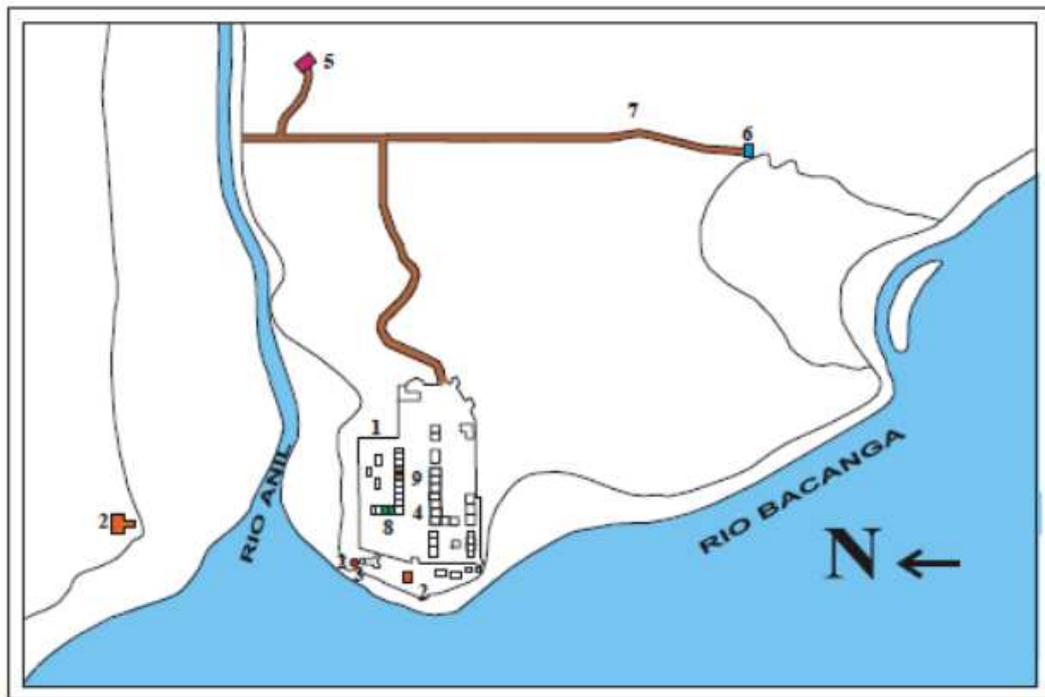
O local foi escolhido a critério dos franceses, mas agradou igualmente a Coroa de Portugal. Zenkner destaca que nesse período a colônia era vinculada à metrópole mediante as trocas de mercadorias, e por esse motivo os colonizadores priorizavam uma posição geográfica que facilitasse o contato com a metrópole através das vias marítimas ou fluviais.

Jerônimo de Albuquerque foi o primeiro governador do Maranhão, encarregado da organização administrativa de São Luís, e o engenheiro Francisco Frias de Mesquita foi o responsável por articular a distribuição espacial da cidade. Lopes (2008, p. 14) descreve os planos de Frias: “Da colônia francesa os portugueses conservaram o agenciamento espacial do núcleo primitivo da cidade, em torno do Forte Saint Louis, e o próprio uso do Forte, além de manterem a localização dos edifícios religiosos construídos pelos gauleses [...]”.

O novo desenho consistia em adaptar o núcleo urbano já existente, absorver a fortificação francesa e adequar fatores morfológicos como o traçado e a largura das ruas à topografia acidentada da região (SILVA FILHO, 1986 apud BURNETT, 2008). A participação de engenheiros militares no traçado das colônias, nota Andrés (2014), é um episódio comum nas fundações das cidades brasileiras, assim como o vínculo entre a fortaleza e o núcleo de habitação inicial.

A forma urbana da cidade durante o século XVII pode ser estudada em três momentos, propõe Zenkner (2002). O primeiro foi a “cidade fortaleza”, que durou de 1612 a 1626 (Figura 11). Neste ano, Zenkner revela que a Fortaleza foi reedificada em pedra e cal e tinha cerca de 200 metros de largura por 300 metros de comprimento

Figura 11 - Mapa da “cidade fortaleza” e seus elementos urbanos.



LEGENDA:			
EDIFICAÇÃO	Nº	DATAS	ELEMENTO URBANÍSTICO
	1	1612	Grande Fortaleza de São Luis-Ma
	2	1612-1615	Forte Artilhado
	3	1612	Antigo Posto da Cidade – Cais da Sagração
	4	1612	Praça Constituída pelo grande espaço vazio
	5	1613	Convento de São Francisco (Atual Santo Antonio)
	6	1615	Fonte das Pedras
	7	1612-1615	Primeiros caminhos (forma linear)
	8	1616	Palácio
	9	1619	Câmara

Fonte: Zenkner, 2002.

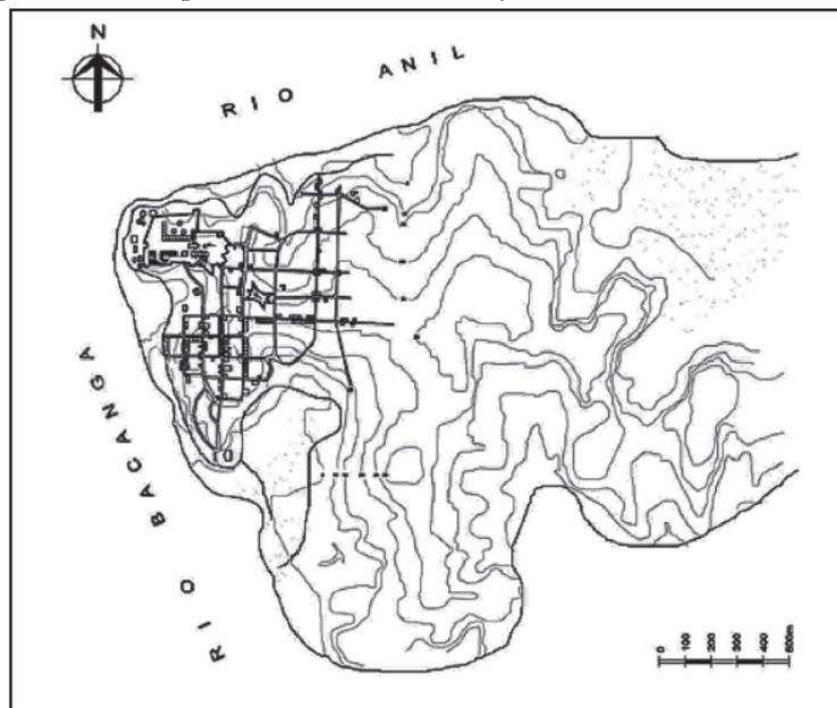
Através da representação da “cidade fortaleza” por Zenkner, observa-se que o Forte só tinha um acesso, que o conectava aos espaços públicos fora do muro: o Convento de São Francisco e a Fonte das Pedras. No seu interior existia um grande espaço vazio, contornado por edifícios de um ou dos pavimentos, e um armazém.

Até esse momento, não existia malha característica da cidade, pois os caminhos eram tortuosos e de largura inconstante, de inclinações descendentes ou ascendentes, que seguiam o relevo do sítio (ZENKNER, 2002).

Os muros da fortaleza contornavam todo o sítio, assim São Luís crescia à sombra do Forte. A delimitação só começa a ser rompida em 1627, quando começa o momento da “cidade em damero”, sugerido por Zenkner. (2002). Nessa época, o núcleo urbano passa a expandir para o leste e a fortaleza divide sua importância com o damero proposto por Frias, que determina o sentido de crescimento da cidade.

De acordo com Burnett (2008), o traçado aplicado regia às leis do Urbanismo de Felipe II (Figura 12). Como Portugal na época estava sob o domínio da Espanha, através da União Ibérica, foi desconsiderada a malha concêntrica tradicional da colonização lusitana. “Frias de Mesquita adotou na traça de São Luís as Ordenanzas de Descubrimiento, Nueva Población y Pacificación de las Indias, de 1573, incluídas nas Ordenações (ou Instruções) Filipinas” (ARAÚJO, 2016. p. 77).

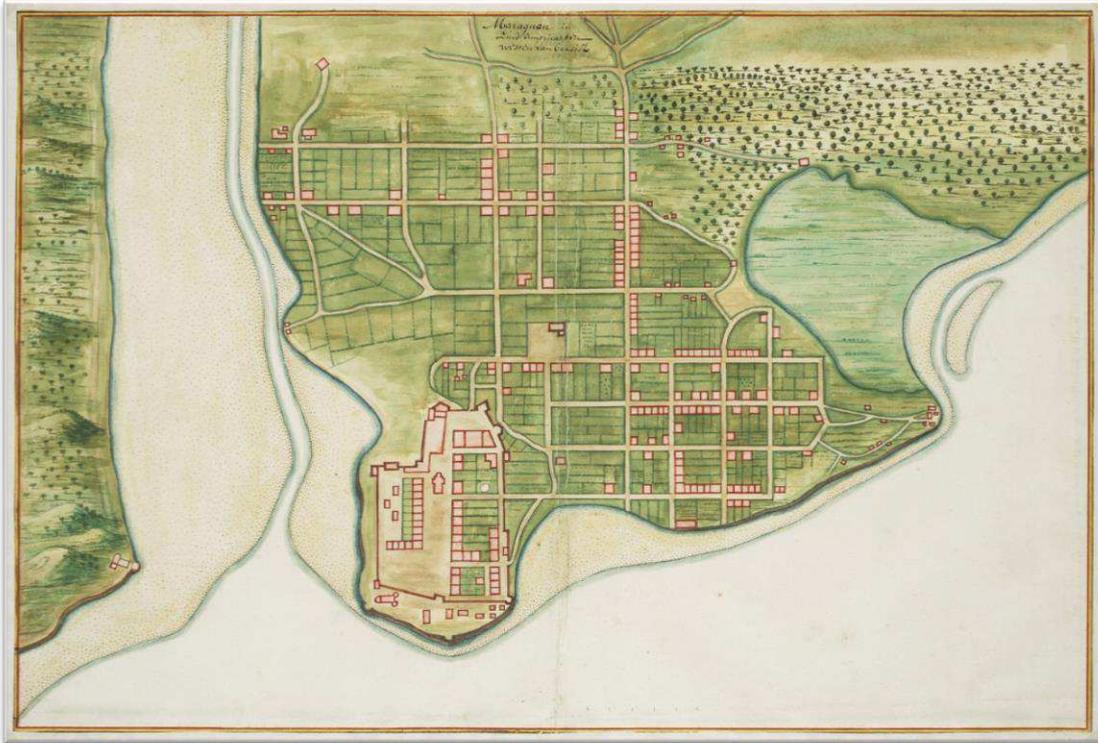
Figura 12 - Traçado de Frias de Mesquita na cidade de São Luís.



Fonte: Burnett, 2008.

As colônias filipinas seguiam normas de regularidade formal e ficavam semelhante a um tabuleiro de xadrez, visíveis nas cidades de São Luís e de João Pessoa (REIS FILHO, 2001 apud BURNETT, 2008). Não se sabe ao certo quando o traçado de Frias começou a ser aplicado, mas já estava presente nos mapas feitos durante a invasão holandesa na metade do século XVII (Figura 13).

Figura 13 - Mapa de São Luís em 1640.



Fonte: Vingboons, 1640.

O período de domínio holandês, por mais que tenha sido prejudicial à província, deixou um rico acervo iconográfico, publicadas no livro *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil* (1647), de Gaspar Barléu.

. A gravura da vista de São Luís traz ao centro a cidade assentada sobre uma colina de 15 metros de altura, dominando o porto (Figura 14). Ao redor, os navios holandeses disparam canhões contra o núcleo urbano, indicando uma representação da conquista do local, no ano de 1641. No fundo é visível as muralhas da Fortaleza, assim como casas e igrejas no seu interior e algumas fora de seus muros. À esquerda do desenho há dois montes, com capelas no topo.

Figura 14 - Vista de São Luís em 1641.



Fonte: Barlaeus, 1647.

A partir dos mapas percebe-se que a colônia estava estruturada em uma quadrícula perfeita, desenvolvida a partir do Forte São Luís:

Nesse período, o sítio além da colina onde está assentado o forte São Luís abrange também o atual bairro da Praia Grande e o núcleo do Carmo. O sítio da cidade, nesse momento, engloba três núcleos com diferentes topografias. O primeiro, na região do forte como já foi colocado é a mais alta com mais ou menos 15 metros de altura; o segundo, abrange a expansão da cidade para a região da Praia Grande, lá está desenhado a malha do Frias e se trata de um terreno plano e com uma topografia mais baixa do que o terreno onde está assentada a fortaleza; O terceiro núcleo que compõe o sítio nesse momento, é o Largo do Carmo, o qual também está implantado numa colina (colina de Santa Bárbara) praticamente no mesmo nível da colina do forte e se liga com a Praia Grande por meio de ladeiras e escadarias (ZENKNER, 2002, p. 73).

As ruas projetadas por Francisco Frias de Mesquita, presentes na “cidade em damero”, eram retas e de largura constante. As quadras apresentavam medidas de 80x80 metros, mas com o crescimento da cidade para o núcleo do Carmo, algumas desenvolviam tamanhos maiores, de formato retangular (ZENKNER, 2002).

Zenkner caracteriza os lotes como simétricos e de dimensões pouco variadas, mas existiam apenas na área externa ao Forte São Luís. A autora esclarece que a estrutura continuava a cumprir seu papel militar, civil e religioso, “sendo que as funções residenciais e comerciais se estendem para o Bairro da Praia Grande, local da malha em xadrez feita por Frias e também o bairro de Santo Antônio, de caráter residencial” (2002, p. 76)

“A cidade em damero” termina quando há a consolidação de três núcleos: o forte, o damero de Frias e o núcleo das Mercês. O terceiro momento é denominado “cidade geométrica regular”, de 1645 a 1700. O marco do seu início foi a inauguração das Mercês, edifício que incentivou o crescimento urbano no sentido Carmo-Desterro, bairros de carácter residencial. Durante esse período, ocorre outro movimento: o surgimento de quadras dentro do Forte, de dimensões próximas às projetadas por Frias. Ao mesmo tempo, começam a ser construídas quadras entre o damero e a Fortaleza, preenchendo o vazio no território (ZENKNER, 2002).

Na “cidade geométrica regular”, a cidade continua dividida em três núcleos, Zenkner revela, mas a Fortaleza se mantém como elemento de destaque e passa a ter quatro acessos. Este fato, somado à criação de quadras no sentido do Forte, ajudou no processo de incorporação de suas muralhas pela cidadela ao longo dos anos.

Dessa forma, compreendido o processo de formação do núcleo fundacional, percebe-se que a fortificação na cidade portuguesa foi um elemento marcante no período colonial. Ela possuía estreita relação com a estrutura da cidadela, e assumia funções militares e urbanas. O Forte São Luís, construído em 1612 pelos franceses, foi o marco zero da cidade e a sua posição geográfica foi aproveitada pelos portugueses.

A Coroa de Portugal logo se preocupou em providenciar o desenho que ordenaria a expansão do território. O traçado, projetado pelo engenheiro Francisco Frias de Mesquita, obedeceu às leis filipinas e não aplicou a malha concêntrica tradicional da colonização lusitana. O resultado foi a aplicação de uma quadrícula perfeita, estabelecida desde a metade do século XVII e que revela o atual desenho urbano do centro de São Luís.

## 5 A HISTÓRIA DO FORTE SÃO LUÍS

O Padre Claude d'Abbeville foi enviado, junto da missão francesa que fundaria São Luís, para catequizar os tupinambás. Os relatos da viagem ocorrida foram publicados na obra *História da Missão dos Padres Capuchinhos* em 1614. Abbeville conta que a expedição era comandada pelo Sr. de la Ravardiere e o Sr. de Rasily, e antes de chegar ao seu destino foi atracada na “Ilha pequena”. Os franceses se preocuparam em mandar primeiramente apenas o Sr. Des-Vaux à “Ilha-Grande do Maranhão”, para prevenir os índios de sua chegada, não os ofender e evitar conflitos.

O Sr. Des-Vaux assim que chegou se reuniu com os “Principais e velhos”<sup>6</sup>, e estes declararam que queriam conhecer seu Deus e abraçar a religião cristã. Em resposta, o Rei da França pediu que a eles fossem assegurados de que seriam considerados seus amigos fieis e que sempre os defenderia de seus inimigos, por isso mandava soldados na missão (ABBEVILLE, 1674).

Abbeville descreve que o Rei, já pensando no batismo dos índios, “lhes mandava quatro *Payété*, isto é, quatro grandes Prophetas, com o fim de instruí-los e catequisal-los, em companhia de um grande *Buruichdue* (assim chamam elles o Rei e seos Loco-tenentes) [...]” (1674, p. 58). Ao receber a mensagem, os tupinambás deixaram claro que pretendiam recebê-los com bondade e obedecer suas ordens.

Resolvida a negociação de forma pacífica, a expedição seguiria à “Ilha-Grande”. Durante o tempo em que ficaram na “Ilha pequena”, foi ordenada a construção de uma Cruz, e no dia que ficou pronta todos saíram em procissão até onde deveria ser plantada. Quando chegaram no local escolhido, benzeram a Cruz e a ilha, a qual o sr de Rasily deu o nome de “Ilha de Santa Anna” (ABBEVILLE, 1674).

A missão partiu na manhã de 5 de agosto da “Ilha de Santa Anna” e no dia seguinte chegou no porto de “Jevirée”, onde o Sr. de Manóir estaria os esperando, na “Ilha-Grande do Maranhão”, que Abbeville (1864, p. 62) descreve ser “habitada por Indios e Selvagens *Tupinambás*, thesouros e pedras preciosas, que procurámos em tão longa viagem e através de tantos perigos”. O padre relata que foram recebidos com alegria e contentamento pelos selvagens. Estes estavam tão ansiosos que não esperaram o desembarque dos franceses e foram conhecê-los de suas canoas.

---

<sup>6</sup> Abbeville (1674) referia-se aos indígenas que representavam as aldeias e falavam em nome do seu povo.

Ao colocarem os pés em terra, Abbeville narra que saíram todos em procissão. Ele comenta que nesse momento os colonizadores encontravam-se em lágrimas, emocionados com a conquista e com a oportunidade de ensinar a doutrina de Deus aos rebeldes

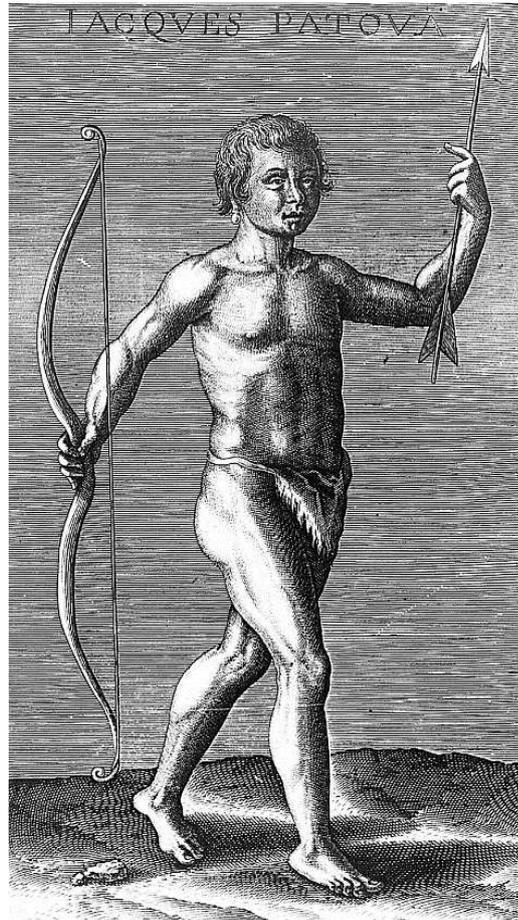
No dia seguinte à chegada da expedição os indígenas começaram a fazer palhoças e choupanas como moradia temporária para os colonos. Conforme Abbeville (1674), enquanto estiveram nesses lugares, abrigados debaixo de árvores, recebiam toda manhã visitas dos selvagens, junto de suas mulheres e filhos. Levavam peixes apanhados durante a noite e nunca deixavam faltar alimentos. A aparência dos tupinambás foi representada nas gravuras publicadas no livro de Abbeville, desenhadas por Leonard Gaultier (Figura 15 e Figura 16).

Figura 15 - "Indigène de l'île de Maragnan. nommé François Carypyra, de la tribu des Tabaiars. XVII<sup>e</sup> siècle".



Fonte: Gaultier, 1614.

Figura 16 - “Indigène de l'île de Maragnan, nommé Jacques Patova. XVII<sup>e</sup> siècle”.



Fonte: Gaultier, 1614.

O objetivo inicial para fundar a “Ilha-Grande” era determinar um local para a elevação de um Forte:

Desejando os Srs. de Rasily e la Ravardiere construir um Forte para segurança dos Francezes e conservação do paiz, escolheram uma bonita praça para esse fim, muito própria por ser n’uma alta montanha, e na ponta de um rochedo inacessível, superior a todos os outros e d’onde se descobre terreno a perder de vista, e embora separada da terra firme, é inconquistavel e muito forte por estar cercada de dois rios profundos e largos, que desembocam no mar ao pé do dito rochedo, onde é o único porto da Ilha do Maranhão, e n’elle podem fundear com toda a segurança navios de mil a mil e duzentas toneladas (ABBEVILLE, 1674, p. 67).

Segundo Abbeville, foram montados no alto do Forte vinte canhões para sua defesa. A construção da Fortaleza contou com a ajuda dos tupinambás, que usavam pequenas árvores e as prendiam com cordas para fazer casas para os franceses. Abbeville (1674) descreve que por cima da estrutura se estendiam ripas, cobertas com folhas de palmeira, ou *pindóba*, na linguagem indígena. Tal técnica impedia a chuva penetrar, “[...] e vista de dentro notava-se curiosa disposição ou

arranjo” (ABBEVILLE, 1674, p. 68). As casas ficaram prontas rapidamente e possuíam um ou dois andares.

“Junto a este Forte ha uma praça commoda e bonita: n’ella se encontram muito boas fontes e regatos, que são a alma de uma cidade, e ahi existem todas as commodidades desejadas, como sejam paus, pedras, barro, e outros materiais [...]” (ABBEVILLE, 1674, p. 68). O padre descreve que à distância de mil passos, uma dessas fontes se destaca, por ter água limpa e clara que corre para o mar, e é cercada de árvores onde se veem macacos.

Um pouco acima da fonte, afirma Abbeville (1674), foram erguidas duas espaçosas casas, uma para os colonos morarem, e outra para a celebração do Santo Sacrifício da Missa, servindo de capela. A este lugar foi dado o nome de Convento de S. Francisco (ABBEVILLE, 1674). Todos os elementos mencionados faziam parte da Fortaleza: a fonte, a residência e a capela. Abbeville conta que os franceses que não queriam residir no Forte, podiam se hospedar com os índios (a convite dos mesmos) em suas aldeias.

No dia 8 de setembro foi celebrado o Santo Sacrifício da Missa na capela, e todos, selvagens e colonos, saíram em procissão até o Forte, onde seria plantada a Cruz. Ao chegarem lá, Abbeville aponta que houve um ritual que reconhecia e exaltava a conquista dos franceses:

Houve depois uma pratica, pela qual se demonstrou aos Franceses a gloria, a honra, e o mérito, que alcançavam perante Deos e o Mundo, sendo os primeiros Apostolos, que tinha tão gloriosamente arvorado esse santo madeiro em terra d’infieis, e offerecido a Deos Pae este sacrificio, a Elle tão agradável, do preciosíssimo Corpo, e do Sangue de seo único Filho, nosso Salvador, pela celebração da Santa Missa, pela primeira vez nestes lugares (ABBEVILLE, 1674, p. 94-95).

Em seguida, o padre relata que o Sr. Dex-Vaux explicou aos “Principais e velhos” dos indígenas o motivo da ereção da Cruz, que esta representava a aliança de sua nação com Deus. Segundo Abbeville (1674, p. 98): “Erguida a Cruz, como já contei, foi benzida a Ilha ao som de muitos tiros d’artilharia do Forte e de nossos navios, em signal de regozijo”. O Sr. de Rasily nomeou a Fortaleza como Forte de S. Luiz, em memória a Luiz XIII, Rei de França e de Navarra, e ao fundeadouro, junto ao Forte, de Porto de Santa Maria, em referência à Rainha do Céu, a Sagrada Virgem Maria (ABBEVILLE, 1674).

Figura 17 - “Élévation d'une croix pour la bénédiction de l'île de Maragnan. XVII<sup>e</sup> siècle”.



Fonte: Gaultier, 1614.

A obra *História da Missão dos Padres Capuchinhos* é o maior testemunho da fundação da França Equinocial. Abbeville resalta no livro a amizade franco-tupi que foi firmada, no intuito de incentivar novas expedições ou até uma provável emigração à ilha. De acordo com a Biblioteca Nacional Digital (BNDigital, 2019), o padre retornou do Maranhão acompanhado do Senhor de Razilly e de seis embaixadores tupinambá.

De postura passiva e atenciosa, os povos indígenas tornaram possível a realização do sonho francês de ter uma colônia nas Américas. Ajudaram a construir a fortaleza que defenderia o novo território, as casas para os colonos e uma capela para a celebração da missa. Dessa forma, os tupinambás foram importantes atores na missão francesa de 1612, e estão presentes na ilustração da capa do livro do padre Claude d'Abbeville, publicado pela primeira vez em 1614.

Figura 18 - Frontispício da obra A História da Missão dos Padres Capuchinhos (1614), de Claude d'Abbeville.



Source gallica.bnf.fr / Bibliothèque nationale de France

Fonte: Gaultier, 1614.

A simbologia da gravura é interpretada por Franz Obermeier (2005):

O frontispício é típico para a época: uma arquitectura simbólica, com uma alegoria da Gallia ecclesiae primogenita” (“a França, a primeira filha da Igreja”), a igreja católica francesa, no alto. Ela é apresentada como Nossa Senhora que abre o seu casaco, um tipo da arte medieval (em alemão “Schutzmantelmadonna”). Há duas estátuas ao lado: São Francisco e São Pedro, ambas com selvagens que rezam. Em relevos são mostrados selvagens, que comem pedaços humanos moqueados, motivo que já conhecemos da tradição. No relevo à direita, há um Capuchinho com um índio sendo batizado. No alto, uma inscrição simbólica: “Indis Sol splendet, splendescunt Lilia Gallis” (“O sol das Índias brilha, os lírios francesas brilham”) e dois escudos de armas, os lírios da França e o Sol como símbolo do Maranhão francês. O imaginário da gravura é evidente (OBERMEIER, 2005, p. 221)

A propaganda da obra missionária capuchinha deixou a França em euforia. Abbeville alertava que era urgente a partida de uma segunda companhia para o Maranhão, consideradas as necessidades materiais e humanas das terras equinociais naquele momento (BNDIGITAL, 2019). Porém, os franceses não imaginavam que poucos anos depois precisariam se render aos portugueses, que invadiram a ilha.

Conforme a BNDigital (2019), em 1615 foi publicado o segundo relato da missão, por Yves d'Evreux. Os exemplares foram todos destruídos, mas o Sr. de Rasily conseguiu salvar uma cópia mutilada, a qual ele enviou para o rei Luís XIII junto de uma carta. Rasily escreve que a “facção espanhola” estava pressionando os franceses para que saíssem da colônia. Nessa época, convém mencionar que as monarquias de Portugal e Espanha se aliaram através da União Ibérica, sob controle da dinastia Filipina.

Previamente, em 1494, os países ibéricos haviam dividido as terras descobertas nas américas, por meio do Tratado de Tordesilhas (ZENKNER, 2002). Esse acordo determinou que a Capitania do Maranhão era posse de Portugal, mas a nação só foi reivindicá-la em 1615. Nesse momento, estava sendo negociado o casamento entre o jovem Luís XIII e Ana d'Áustria (Infanta de Portugal e Espanha). A Coroa Francesa, que não queria comprometer seus interesses políticos, se viu obrigada a entregar o Forte São Luís às tropas portuguesas.

O estudo da tomada da ilha pelos portugueses tem como fonte principal o historiador e político do século XVIII, Bernardo Pereira de Berredo. As escrituras são dedicadas ao monarca de Portugal da época, João V. Berredo foi Governador do Estado do Maranhão de 1718 a 1722, e conta a partir de arquivos de domínio público a história completa da conquista portuguesa.

De acordo com Berredo (1749), Alexandre de Moura sai de Pernambuco em 1615 com uma Armada para a Conquista do Maranhão. O General ao chegar em São Luís faz a seguinte declaração aos franceses: “Que me ha de entregar o Senhor de la Ravardiere a Fortaleza em nome de Sua Magestade, com toda a artilharia, munições, e petrechos de guerras, que nella habitão [...]” (BERREDO, 1749, p. 173).

Conquistado o Forte, o General Alexandre de Moura se recolhe para Pernambuco com o Senhor de la Ravardiere. Mas antes, o General nomeia Jeronymo de Albuquerque a Capitão-mor da Conquista do Maranhão e o incube da tarefa de fundar uma cidade naquele sítio. Berredo relata que tal obra se achava encarregada das ordens da Corte de Madrid e o projeto deveria ser executado sem demora.

Jeronymo de Albuquerque batiza a colônia de São Luís, e Berredo (1749, p. 178) justifica a decisão: “[...] lhe declarou a invocação de S. Luiz; ou fosse porque estando tão conhecida já aquella Ilha pela natural participação da sua Fortaleza, se não atreueo a confundir-lhe o nome com a mudança delle; ou porque quiz na conservação desta mesma memora [...]”. Ao Forte, foi dado o nome de São Filippe, em homenagem à Majestade de Filippe III. de Castella, a quem estão obedecia a Monarquia de Portugal.

O Forte São Filippe foi erguido pelos franceses e pelos índios através da primitiva técnica de faxina de taipa. Ainda que cumprisse o seu papel de boa defesa, o governador Francisco Coelho ordena em 1626 a reconstrução em pedra e cal de sua estrutura (BERREDO, 1789).

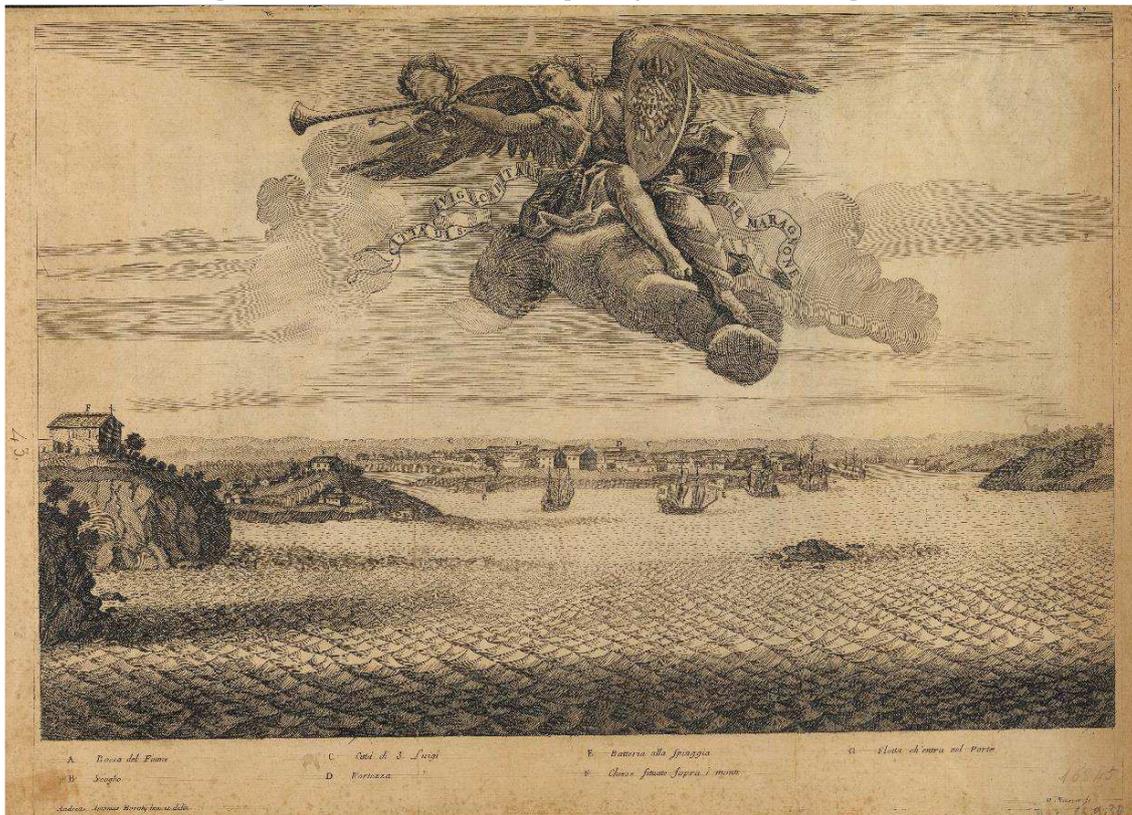
Berredo narra que um ano após o início da obra, a construção da nova Fortaleza estava em intensa atividade. Francisco Coelho, animado com a situação, acha o Forte não só em estado de perfeição para a regularidade da defesa, como a acomodação ideal para servir de residência dos Generais do Estado.

Em 1641 os holandeses invadem a ilha de São Luís. A Armada Holandesa, comandada por João Cornelles, saqueia a cidade com a prisão do Governador Bento Maciel na Fortaleza de São Filippe. Berredo descreve que as tropas inimigas ocuparam a colônia com tirania e violência, causando “lastimoso estrago da Povoação de S. Luiz” (1749, p. 337).

O momento em que Bento Maciel entrega as chaves do Forte à João Cornelles, simboliza a vitória holandesa. O comandante logo abate todas as bandeiras portuguesas e iça as da Holanda. Somente em 1644, quatro anos depois de uma longa batalha, os holandeses são expulsos e é retomada a capitania do Maranhão sob governo de Antonio Teixeira (BERREDO, 1749).

A gravura de Andrea Orazi, que integra o volume de *Mappas do Reino de Portugal e suas conquistas*, representa o momento da reconquista da ilha por Portugal (Figura 19). O desenho é uma resposta às imagens publicadas no livro de Gaspar Barleu, que retratam o período de dominação holandesa.

Figura 19 – “Cittá di S. Luigi Capitale del Maragnone”.



Fonte: Orazi, 1698

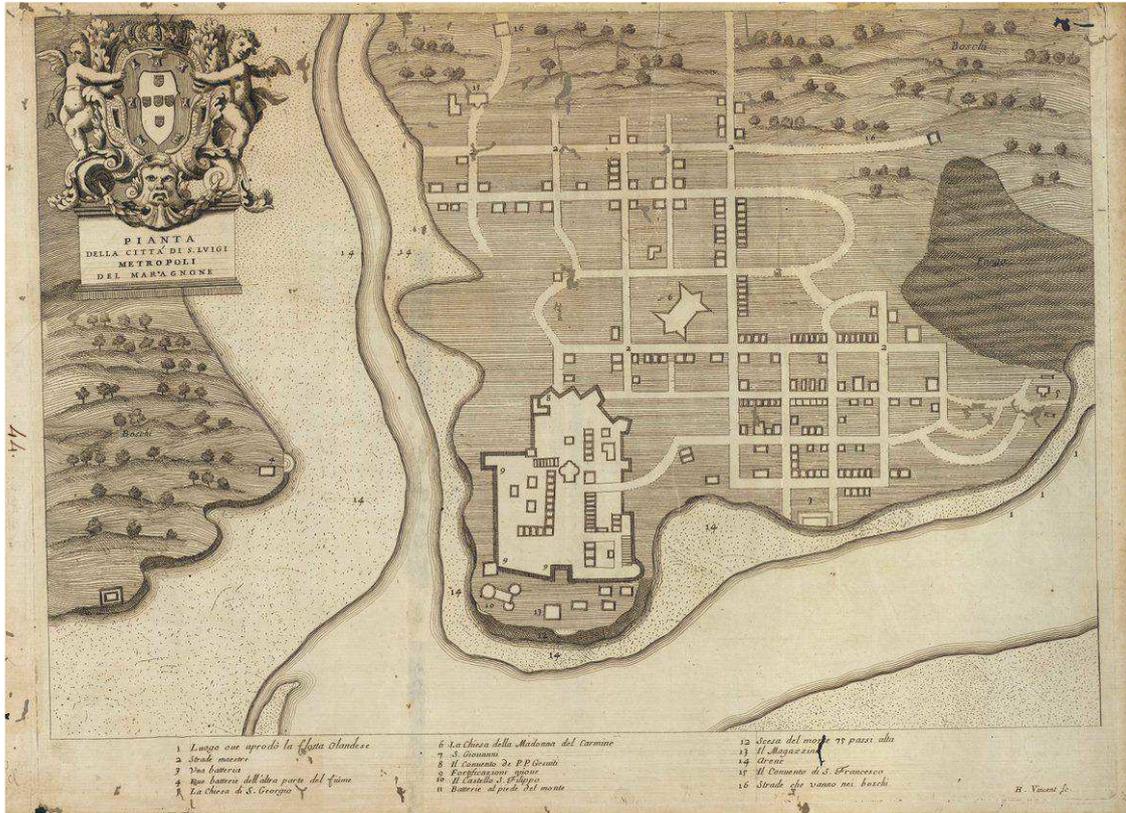
O crescimento da capital foi orientado pelo Forte São Filipe, o marco zero da cidade. Por isso, Zenkner (2002, p. 70) defende que “São Luís surge como cidade-fortaleza e cresce à sombra do Forte desempenhando uma importante função complementar de defesa do território, sendo ela mesma parte integrante do sistema de fortificação”. As fortalezas possuíam íntima relação com a estrutura das colônias portuguesas, pois atuavam como elementos tanto militares quanto urbanos.

Zenkner infere que a capital era dividida em “cidade alta”, administrativa, militar e religiosa, e “cidade baixa”, marinheira e portuária. No mapa de Orazi é visível essa distribuição espacial: a “cidade fortaleza” no ponto mais elevado, e o tecido urbano se desenvolvendo para o leste sob o traçado de Frias (Figura 20). Além da grande Fortaleza, outras fortificações menores foram construídas. Aponta-se o Forte de Santo Antônio da Barra, que complementava o sistema de defesa.

De início, os muros que contornavam o centro fundacional se confundiam com as muralhas do Forte São Filipe. No entanto, aos poucos eles são absorvidos pelo território e o Forte no final do século XVIII encontrava-se na seguinte composição: “que esta cortina fica na ponta em que está fundada esta cidade, com os dois baluartes de São Cosme e São Damião e tem mais duas cortinas que se fizeram para vencer a

altura da dita terra, em que pode laborar muita artilharia” (MELLO, 1777 apud MARQUES 2008, p. 482).

Figura 20 – “Pianta della Città di S. Luigi Metropoli del Maragnone”.



Fonte: Orazi, 1698.

No século XIX, a colônia já havia perdido completamente o seu caráter militar, devido ao fim das guerras de conquista da América. As fortificações estavam em decadência, como é denunciado no relatório enviado pelo governador ao Ministro Tomás Antônio, em 1819: “[...] afirmou o Governador Silveira que a Cidade não dispunha de segurança interna ou externa, sendo exóticas e muito defeituosas as fortificações, o que possibilitava a qualquer pequeno corsário vir insultá-la sem risco de livremente”. (MORAES, 1989, p. 84)

Os fortes não tinham mais papel tão importante para a cidade, mas ainda eram mantidos pela Província. O historiador César Marques descreve a configuração dos baluartes do Forte São Filipe e a artilharia que existia neles no século XIX:

Este Forte é de pedra e do país lavrada, com uma casa para quartel, tendo 94 braças de frente N. a S. e 7 de fundo L a O, situado na confluência dos rios Bacanga e Anil, com a frente para O e os fundos para L.

O terraço compõe-se de dois baluartes de que acima falamos, semicirculares nas extremidades, com 157 palmos de diâmetro e 6 braças de comprimento, unidos por uma cortina de 700 palmos de extensão sobre 19 de altura de muralha magistral, além

do alicerce com 6 palmos de grossura, sem parapeito, jogando a artilharia à barbete, com 28 canhões e seus reparos.

Em 1829 tinha 28 canhões:

10 de calibre 32;

3 de calibre 18;

8 de calibre 12;

7 de calibre 9.

Em 1870 tinha 48 canhões:

10 de calibre 23;

14 de calibre 30;

3 de calibre 18;

9 de calibre 12;

12 de calibre 9.

Foi avaliado, no dia 26. Mar. 1829, em 40:804\$000 réis (MARQUES, 2008, p. 482).

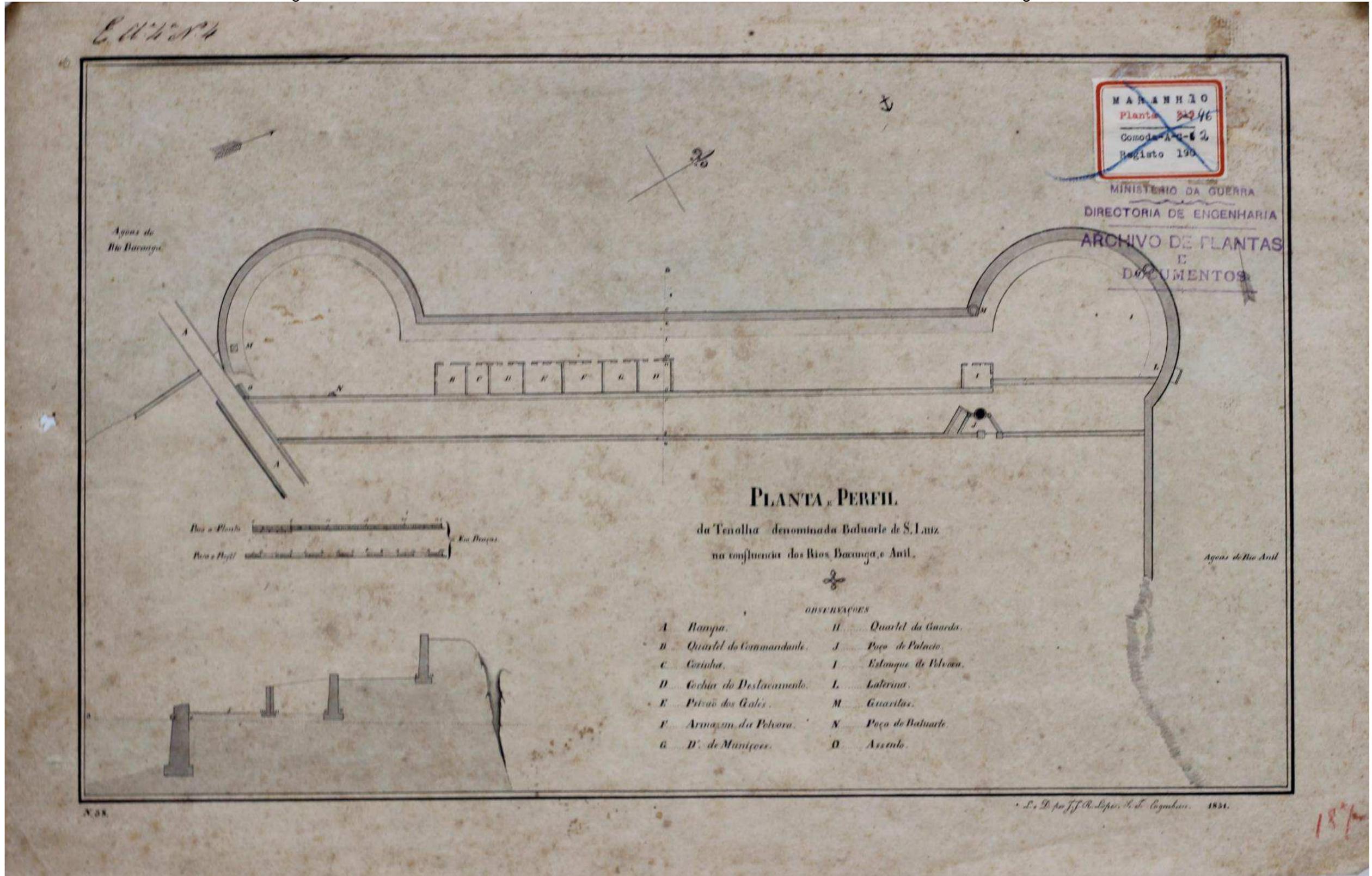
Segundo Conjunto... (2004), a estrutura do Forte foi a primeira do país a ser construída em “barbete”. O conceito, desenvolvido pelos italianos na Renascença, se caracteriza pelo parapeito sem ameias (abertura por onde os defensores visavam o inimigo), diferente das fortificações da Idade Média. A arquitetura do Forte São Filipe favorecia o deslocamento do armamento pesado pela cortina, e assim facilitava as ordens do comandante.

Lacroix (2004) afirma que a construção inicial, de autoria dos franceses e dos índios tupinambás, era de madeira, terra e palha. Os gauleses, em seus três anos de ocupação, não tiveram tempo para executar uma estrutura mais sólida, como a que foi feita pelos lusitanos, de pedra e cal.

As duas cortinas erguidas posteriormente possuíam características italianas, holandesas e portuguesas. Os ângulos salientes e convergentes nas muralhas indicam traços da fortificação moderna no Brasil, tornando a obra um conjunto peculiar. O arqueólogo Pedro Tadeu de Sousa Albuquerque explica que a técnica de construção empregada consistia na colocação de grandes peras que eram unidas por argamassa a outras menores. Esse método unido à inclinação das muralhas tornava elas mais resistentes a possíveis ataques de invasores (CONJUNTO..., 2004)

A planta de 1831 representa as cortinas do Forte e os seus compartimentos internos (Figura 21). O baluarte de São Cosme está localizado à direita, e o baluarte de São Damião no outro canto. Ao lado esquerdo desta estrutura, ficava a Rampa do Palácio, utilizada para embarque e desembarque dos passageiros das navegações que atracavam no porto da cidade.

Figura 21 – “Planta e Perfil da Tenalha denominada Baluarte de S. Luiz na confluência dos Rios Bacanga e Anil”.

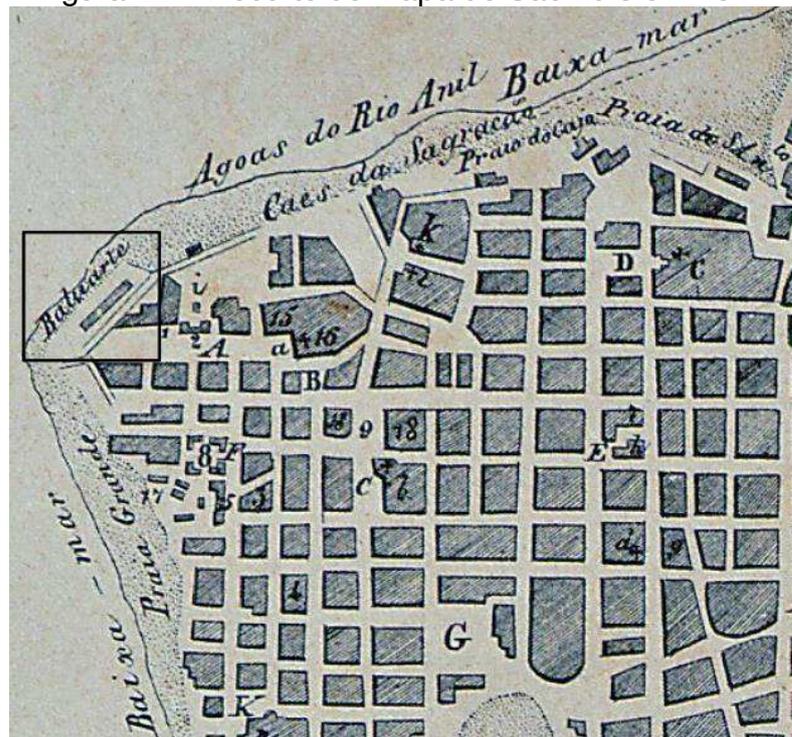


Fonte: Lopes, 1831.

Uma dessas acomodações servia para a prisão de réus militares, conforme Maranhão (1835). É importante ressaltar que a partir do século XIX, o nome Forte São Filipe entra em desuso. O Forte passa a ser designado por Baluarte ou Forte São Luís. Os discursos presidenciais antigos mostram essa variabilidade, como quando João Antonio de Miranda fala sobre um cais que será executado na capital, e “se estende do Baluarte á ponta dos Remedios” (MIRANDA, 1841, p. 77). Enquanto o discurso de Jeronimo Martiniano Figueira de Mello, conta que a mesma intervenção “deve unir a ponta do Remedios ao Forte de S. Luiz” (MELLO, 1843, p. 33).

Por outro lado, no mapa de 1844, citado por Ferreira (1854), a Fortaleza é indicada como “Baluarte” (Figura 22). Assim, por meio da cartografia e dos discursos dos presidentes da Província, nota-se que o nome do elemento não carregava mais a memória de Filipe III, monarca espanhol homenageado em 1615 pelos portugueses.

Figura 22 – Recorte do Mapa de São Luís em 1844.



Fonte: Ferreira, 1854. Editado pela autora.

Visto que as fortificações da capital encontravam-se arruinadas, constantemente os comandantes do Forte São Luís, do Forte Santo Antônio da Barra e do Forte São Marcos solicitavam verbas para obras de reparos.

O cais, já referido e que começaria no Baluarte, seria construído para proteger do avanço do mar às muralhas da Fortaleza, que assentava no seu último

patamar a praça do Palácio do Governo. A obra foi intitulada de Cais da Sagração, em homenagem à coroação e sagração do Imperador Dom Pedro II em 1841, mesmo ano em que foi iniciada.

O Cais da Sagração melhoraria principalmente a salubridade da área, comprometida com o pântano que existia desde o Forte São Luís até o Largo dos Remédios, e contribuiria para o embelezamento da cidade. A intervenção serviria também como extensão do porto, e Araujo (2016, p. 110) acrescenta a função de “interligar as ruas que terminavam no mar ao centro do comércio, na época era a Praia Grande ou chamada também de Praça do comércio”.

A primeira pedra da obra foi lançada em 14 de setembro de 1841, mas de acordo com Marques (2008) desde os tempos coloniais havia sido projetada. Estava sendo construída com espessas muralhas em alvenaria de pedra e reboco (ARAUJO, 2016). Como marco comemorativo, foi encravada uma placa de mármore no muro da Fortaleza com as seguintes inscrições em letras romanas:

“Este cais foi começado em 14.set.1841 em que se festejou nesta Província a sagração do Sr. D. Pedro II.I.C. e D. P. do Brasil, sendo seu fundador o Exmo. Sr. Dr. João Antônio de Miranda, presidente da Província, e sob a direção do cap. do Imperial Corpo de Engenheiros José Joaquim Rodrigues Lopes” (MARQUES, 2008, p. 282).

Figura 23 - Placa de mármore encravada na muralha do Forte São Luís.



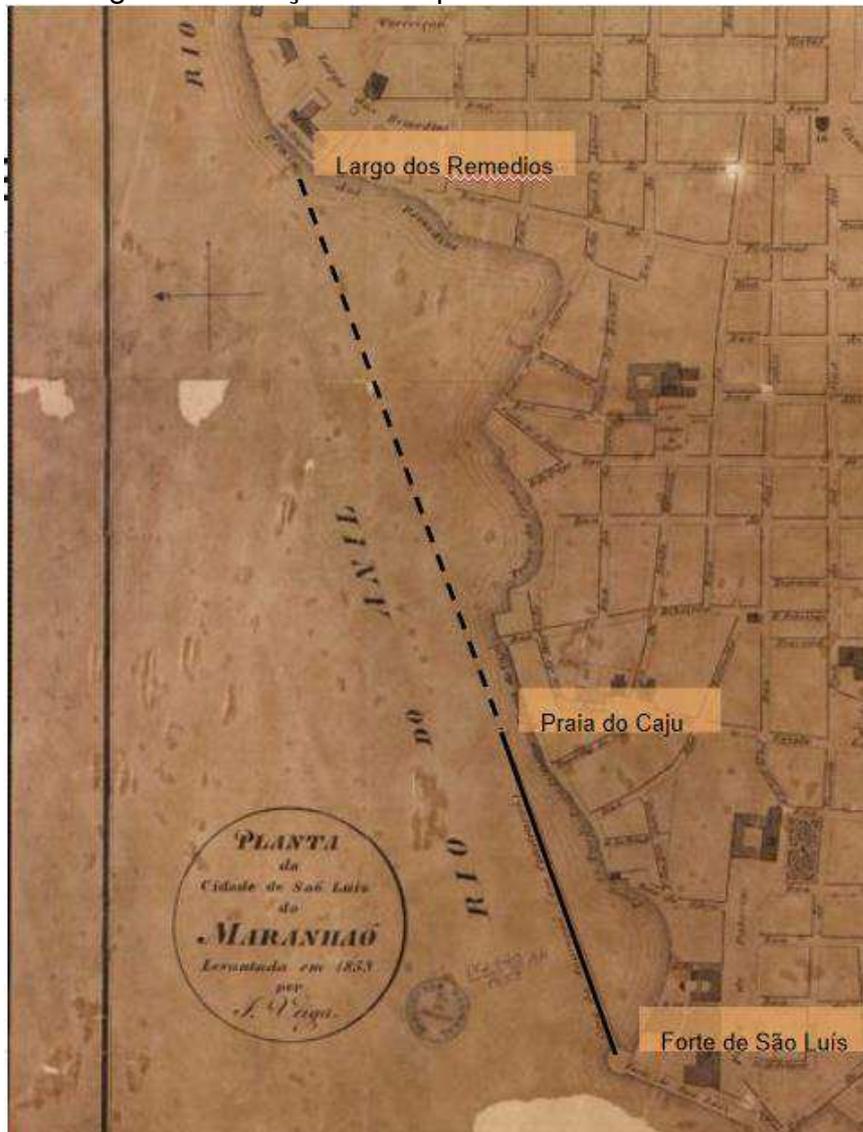
Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

Em 1856, a parte concluída da muralha do cais tinha 1.204 palmos de comprimento, 23 de altura e 13,5 de espessura. Até a data, Machado (1856) especula que havia sido executado cerca de um quarto do projeto. Dois anos depois foram

detectados pontos de ruína na muralha, paralisando a obra para reparos. Mas, nesse momento, as modificações na dinâmica da cidade já eram visíveis, pois o avanço da muralha fazia surgir novos espaços urbanos (ARAUJO, 2016).

Os problemas de ordem estrutural logo foram resolvidos e o trabalho foi retomado. A planta da ilha levantada em 1858 mostra o progresso do Cais da Sagração. A linha tracejada corresponde ao que faltava ser construído, e a contínua ao que já havia sido executado: do Forte São Luís até a praia do Caju, representando quase um terço da obra (Figura 24).

Figura 24 - Seção do mapa de São Luís em 1858.



Fonte: Veiga, 1858. Editado pela autora.

No relatório apresentado em 1863 pelo presidente Antonio Manoel de Campos Mello é descrito os seus planos para o Cais da Sagração e o Forte:

Era minha intenção proseguir com rapidez nos trabalhos da muralha externa, elevando-a á sua devida altura e tratar logo do competente aterro, afim de que se completasse a rua esse ponto – a rua do Ribeirão – até o baluarte e atravessando-o fosse pela rua do Trapiche até a praça do commercio e outras ruas adjacentes.

Para se realizar esta livre communicção do caes, era minha intenção ainda propor ao governo que se fechassem os dois baluartes de S. Luiz om um muro ou grade em continuidade da cortina o centro; que se collocassem 10 peças em cada um desses baluartes; que as peças da cortina do centro fossem assentadas na cortina superior; que fosse demolido o grande portão e a muralha de pedra do baluarte do Sul (MELLO, 1863, p. 19-20).

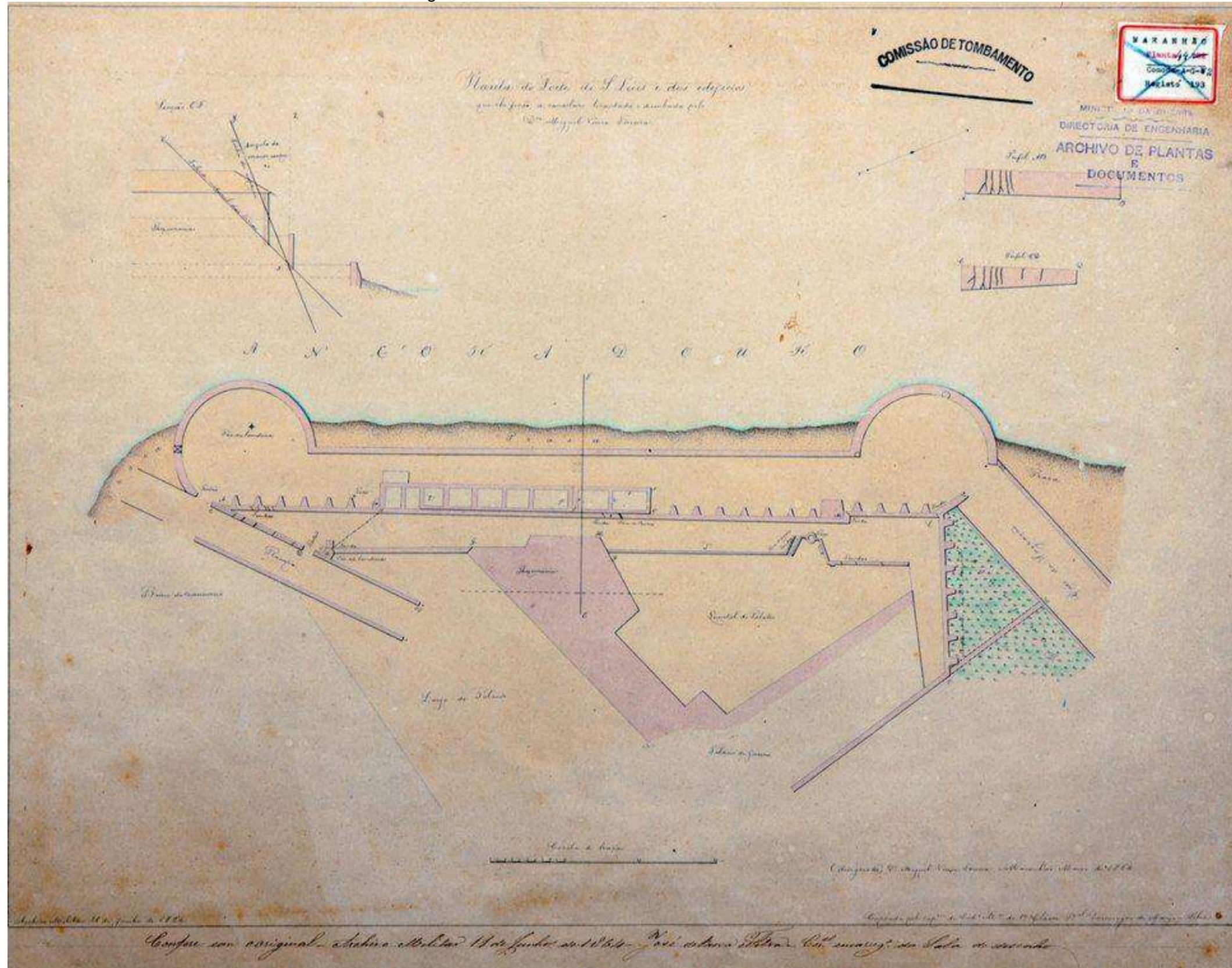
No mesmo documento, Mello (1863) conta que foram iniciadas escavações subterrâneas, evitando o desmoronamento de parte da muralha e o abalo do terraplano do cais. A obra gerava gastos estrondosos e o presidente Mello, embora tivesse muito zelo pela construção do cais, foi pressionado a pausar as atividades devido à falta de recurso. A receita insuficiente para os investimentos em obras públicas era uma reclamação constante dos governantes.

As verbas escassas da Província prejudicavam a manutenção do Forte São Luís. O diagnóstico do seu comandante, reportado ao vice-presidente, revelou que o muro existente na rampa do Palácio do Governo e o portão de acesso ao terraço acima da Fortaleza estavam arruinados. O engenheiro Dr. Miguel Vieira Ferreira foi convocado para elaborar o orçamento da obra e analisar os danos da estrutura:

Este engenheiro apresentou-me uma memoria, na qual descreve as causas das fendas, que se notão no paredão do baluarte, e uma planta, que levantou, comprehendendo toda a superficie do terreno, que se precisava conhecer para melhor elucidar a questão. Essas causas, expõe elle que.são provenientes do peso de dous terraplenos, o primeiro dos quaes sustenta o segundo e do edificio da thesouraria de fazenda construído sobre o ultimo, não tendo a muralha a solidez necessaria para supportal-o (NASCIMENTO, 1864, p. 41).

O engenheiro observou que o prédio da tesouraria estava com risco de desmoronamento, pois estava implantado em cima do aterro, e este exercia pressão no edifício (NASCIMENTO, 1864). No levantamento que fez, está desenhado no primeiro patamar o baluarte de São Cosme à direita e o baluarte de São Damião no lado oposto. No canto esquerdo é representada a rampa utilizada pelo porto, e que dava acesso ao “Largo do Palacio”, à “Thesouraria”, ao “Quintal do Palácio” e ao “Palacio do Governo” (Figura 25).

Figura 25 – “Planta do Forte de S. Luis e dos edificios”.



Fonte: Ferreira, 1864.

Em 1866, sob outro governo, a Fortaleza reaparece em más condições: “Representou-me o commandante do Forte S. Luiz, em officio de 17 de agosto, que a muralha do mesmo Forte, que confina o caes da sagração, estava em mau estado, e que os concertos de que precisava erão urgente” (FERREIRA, 1866, p. 6). Os reparos foram orçados e o valor não foi aprovado pelo presidente Manoel Jansen Ferreira, pela falta de crédito. Mas, devida à situação do muro, quase em ruínas, ele autorizou um orçamento reduzido feito pelo engenheiro Francisco Gomes de Souza, que considerava apenas as despesas absolutamente indispensáveis (FERREIRA, 1866).

O Forte encontra-se passando por concertos novamente nos anos de 1867, 1870 e 1871. Segundo Castro (1871), nenhuma das fortificações da cidade de encontravam em condições de servir em defesa do território. Ele afirma que o estado dos edifícios, mantidos da forma como receberam dos colonizadores, apenas serviam para comprovar o atraso da província e causar despesas inúteis, por isso propõe que sejam atribuídas outras funções aos fortes:

O de S. Luiz nem se quer merece a denominação de forte, que ainda conserva. É um caes mal construido, e já profundamente fendido em varias partes, guarnecido de peças de fraco calibre e de systema ha muito condemnado. Não serve senão para dar salvas nos dias de festividade nacional, e de impedir o transito publico pelo caes da sagração, que ha de ligar o bairro dos Remedios ao da Praia Grande.

Removida a artilharia, que nelle existe, podiam os edificios ser aproveitados pelo ministerio da fazenda para quartel da guardamoria da alfandega, e pelo da justiça para residencia do official externo da policia e dos marinheiros do escaler de visita, oposto de guarda e prisões nocturnas, evitando se assim a despeza, que actualmente se faz com aquelle serviço, e melhor organisando-se este. (CASTRO, 1871, p. 31)

Em 8 de janeiro de 1872, o presidente Silvino Elvidio Carneiro da Cunha ordena o concerto das arandelas e bicos do candeeiro da iluminação da Fortaleza, e no ano seguinte, melhoramentos na rampa do Baluarte.

Cunha (1873, p. 17) reconhecia que as fortificações da cidade não asseguravam nenhuma defesa, mas apoiava a manutenção das mesmas: “Em todo caso são trez baluartes de defeza, com que conta esta cidade, e não podem ser abandonados por um governo, que compreenda os seus elevados deveres e grande responsabilidade”.

O Cais da Sagração, paralisado desde 1865, é retomado em 1873 por ordem de Cunha, que classificava a intervenção como urgente para a capital. O engenheiro André Rebouças, mencionado por Marques (2008), critica a morosidade das obras públicas da província, mas em especial o cais, que 24 anos após iniciado,

apresentava somente uma muralha e uma rampa, ambas rachadas e abatidas. Ao menos, assim que as atividades retornaram, a construção seguiu com grande desenvoltura até 1879, quando foi paralisada mais uma vez (ARAUJO, 2016).

Os cofres provinciais, que já eram enxutos, se esvaziavam com os custos do Cais da Sagração. Esse fator influenciava no cuidado com o Forte São Luís, que mesmo após relatado os problemas estruturais em suas muralhas, na década de 1870 continua submetido a reparos sutis. Foram arrumadas a casa de residência do comandante e o armazém de pólvora (CUNHA, 1874).

O Comandante do Forte São Luís, o senhor Miguel Gomes de Azevedo, requere em 1876 à administração verba para melhorias no Forte (ABRANCHES, 1876). Os locais mais necessitados de concertos eram as suas muralhas e a rampa do Palácio. Felizmente, a quantia foi concedida e a obra foi encarregada pelo engenheiro militar Francisco Gomes.

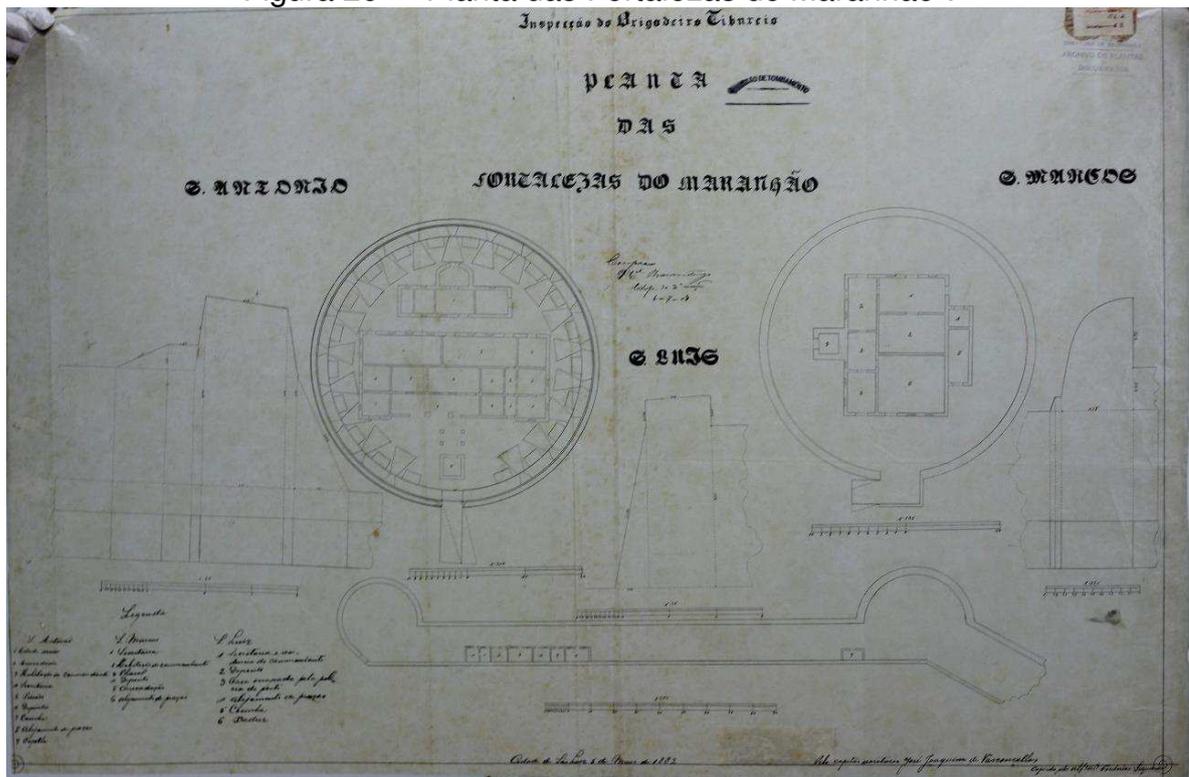
O relatório de Benevides chama atenção por abordar sobre o fechamento de uma parte do Forte: “Reconhecendo que não convem ao serviço publico e à disciplina militar que permaneça aberto pelo lado de léste o forte de S. Luiz, servindo de rua, tomei a deliberação de mandar orçar em 23 de fevereiro as obras alli precisas [...]”.(BENEVIDES, 1877, p. 64)

Benevides (1877) defendia o fechamento do lado leste da Fortaleza, pois acreditava que seria mais útil se transformado em uma via pública. Após orçar o valor de sua proposta, aguardava a autorização do governo imperial para que fosse executada a obra. Contudo, a ideia de Benevides foi recusada.

Foi reportado a Vaz Junior que a cortina do baluarte sul, ou baluarte de São Damião, precisava de reparos urgentemente. Também foi pedido ao presidente a construção de um muro no Forte, e o mesmo esperava a aprovação das obras pelo Tesouro Provincial (VAZ JUNIOR, 1879).

O estado de ruína e sob ameaça de desabamento era a realidade dos três fortes da província naquela época: O Forte São Luís, Forte Santo Antonio da Barra e Forte São Marcos, representados na planta de Vasconcellos (Figura 26). O uso das fortificações havia sido reduzido aos serviços de sinais e faróis, e os mesmos não asseguravam mais a defesa da cidade. Portanto, Vasconcellos (1879) aconselhava que se reduzisse as despesas com concertos e com funcionários nos edifícios, pois tal medida não traria nenhum inconveniente do ponto de vista estratégico.

Figura 26 – “Planta das Fortalezas do Maranhão”.



Fonte: Vasconcellos, 1882.

Conforme Governo... (1882), naquele momento o Forte ainda acomodava a prisão de réus militares. As outras funções, de acordo com a fala de Silva, eram: “Além das salvas alli em dias de nacionaes, são feitas tambem os signaes das embarcações, que aqui aportam” (1881, p. 35). Visto que o edifício não tinha utilidades relevantes, os administradores da província se viam desanimados em mantê-lo, por causa das despesas com reparos e funcionários.

O Forte São Luís, arruinado, não mais possuía as características de uma fortificação:

O Forte de São Luiz que desempenhou na historia patria um papel importante, só servia actualmente para nos envergonhar e sujeitar a cidade, que parecia defender, ao bombardeamento e ao saque visto ser ella, em face do direito da guerra, uma praça forte.

Em todos os nossos relatorios temos pedido o seu desarmamento, já pela consideração acima referida, já pela tactica e estrategia, já pela de conveniencia publica e já pela de bom senso, porque não pode ter o nome de – forte – uma praça, que tem suas baterias sob o dominio das granadas de mão e cousa admiravel, a ter fora de combate o pessoal de sua guarnição por ferimentos de pedras que possam ser atiradas do terreno que lhe fica á cavalleiro (ARAÚJO, 1887, p. 26)

O pedido dos presidentes é atendido quando o Ministério da Guerra ordena em 24 de dezembro de 1883 o desarmamento do Forte para ser entregue à Marinha

(ANDRADE, 1885). Ali seriam alojadas a Companhia de Aprendizes Marinheiros e a Capitania do Porto, e deveria ser reservado um compartimento para ser depositada toda a artilharia existente na Fortaleza.

O estado da Fortaleza há muito estava sendo condenado pelos presidentes, que constantemente alertavam sobre a decadência de sua estrutura e os prejuízos que causava, agravando as condições financeiras da Província. Logo, a desativação do Forte São Luís foi vista como uma questão de bom senso e de conveniência pública, gerando satisfação aos governantes. É encerrada a sua função como um lugar de defesa, a qual atuou durante 271 anos.

No ano de 1886, o Forte de Santo Antônio da Barra era a única fortificação ativa da capital. O Forte de São Marcos havia sido desarmado e convertido em um posto de sinais telegráficos, e o Forte São Luís residiria a Capitania do Porto e a Escola de Aprendizes Marinheiros. Entretanto, conforme Araujo (1887), a Fortaleza estava acomodando somente a Capitania e os presos de justiça ao serviço do Ministério da Guerra.

O Ministério da Guerra também havia pedido que fosse guardado em um depósito toda a artilharia existente na Fortaleza. Porém, Mello (1886) revela que encontrava-se em péssimas condições: “As 32 peças existentes, e que são muito velhas, acham-se na sua maior parte desmontadas, por estarem estragados os respectivos reparos”, em exceção os canhões de bronze alma lisa modelo francês, mencionados por Araujo (1887).

Visto que a artilharia não tinha mais utilidade, os governantes não apoiavam que fosse estocada no edifício. Vasconcellos (1885, p. A-40) era contra o uso da estrutura para qualquer tipo de acomodação, “[...] porque esse local só poderá servir para uma rua e nunca para alojamento de crianças que pede mais atenções do que o para homens”.

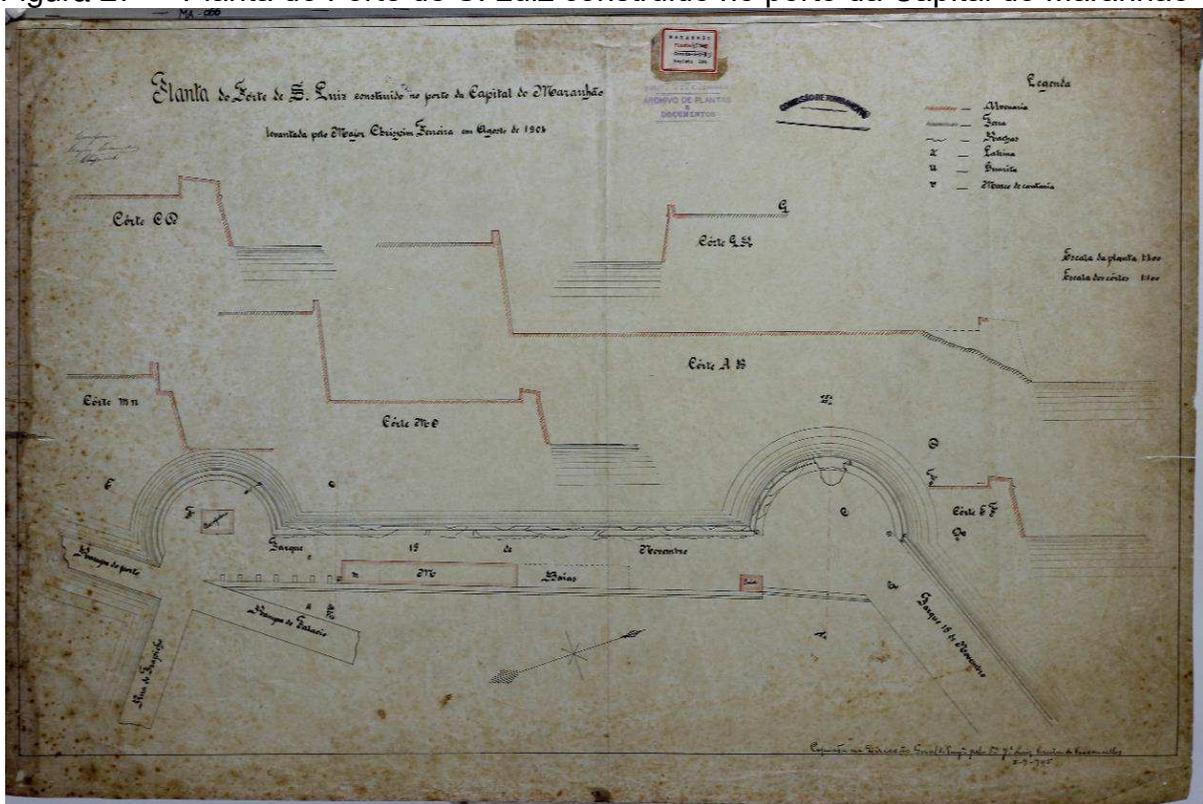
Sabendo-se que o Forte São Luís estava inserido ao Cais da Sagração, a ideia de Vasconcellos (1885) de transformá-lo em rua já era sugerida há décadas pelos presidentes. Dessa maneira, Mello manda demolir o portão de ferro limítrofe com a Rua do Trapiche para abrir passagem aos carros e pedestres:

Sendo considerado desarmado este forte, situado no fim da rua do Trapiche e actualmente ligado ao Caes da Sagração, que segundo o plano das obras do porto deverá estender-se até os Remedios resolvi mandar demolir o portão de ferro que ali havia e os lados adjacentes da muralha afim de construir uma só rua de modo a dar transito não só as pessoas, como a vehiculos. E neste sentido officiei à camara municipal, em 1º de dezembro ultimo, para que

ordenasse o rebaixamento da parte superior da rampa do palacio, que estabelece comunicação entre a referida rua do Trapiche e o Caes da Sagração (MELLO, 1886, p. 16).

Com a demolição do portão do Forte São Luís, os baluartes São Cosme e São Damião passam a fazer parte do cais. A planta de Ferreira representa a estrutura nesse momento, quando já servia de via pública (Figura 27). A intervenção foi vantajosa para o trânsito do capital e para os cofres públicos, que não teriam mais despesas para manter a Fortaleza em funcionamento.

Figura 27 – “Planta do Forte de S. Luiz construido no porto da Capital do Maranhão”.



Fonte: Ferreira, 1904.

O Cais da Sagração teve sua última pedra colocada em 24 de dezembro de 1909 (REIS, 1910). A obra, iniciada em 1841 e concluída 68 anos depois, é considerada uma das mais longas do período imperial.

Entretanto, os periódicos da década de 1910 revelam que o cais encontrava-se incompleto, e que suas muralhas achavam-se em estado de ruína:

[...] A velha muralha, sempre batida pelas ondas inclementes, foi cedendo á fúria do ataque diario e, em grande extensão, em diversos e arruinados pontos, começou a fender-se.

Nunca ninguém se lembrou de reparar esse dano, e ele mais se agravava, até que, agora, a ameaça do desmoronamento está iminente.

Qualquer breve dia, todo aquele longo e paciente serviço, de tantos anos e de tanto dinheiro, ruirá desoladoramente, atestando a nossa incuria, o nosso descazo pelas cousas publicas, a nossa incriminoza indiferença por esta terra para a qual deveríamos ter o melhor dos nossos carinhos.  
O Cais da Sagração tende a desaparecer, tragado pelo mar....  
(COUZAS..., 1918, p. 1).

O abandono do Cais da Sagração é constantemente denunciado nos periódicos. A publicação de O Jornal afirma que se nenhuma providencia fosse tomada, o sonho da futura Avenida beira-mar, que embelezaria aquele trecho da capital, se transformaria novamente em pântano. Por isso, declara o seu apelo: “O Jornal dá hoje o grito de alerta; brada o seu protesto; invoca o apoio dos colegas; desperta o patriotismo dos maranhenses, para que todos nós, assim unidos, clamemos da União por providencias ingentes, que ela não póde, que ela não deve nos recuzar” (O CAIS, 1918, p.1).

Em comparação, as muralhas do Forte São Luís resistiam, [...] com mais valentia do que o cais da avenida á Beira mar, na Capital Federal, aos assaltos das ondas furibundas [...]” (UM PRECURSOR..., 1913, p. 1).

Figura 28 - Muralha do Cais da Sagração em 1908.



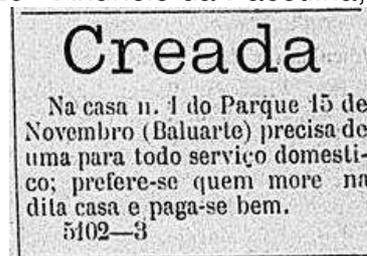
Fonte: Cunha, 1908.

A situação do cais, obra de grandioso investimento, gerava indignação na com os governantes. O cáis (1918) relata que a passagem na região era perigosa, e em alguns trechos o transito era impossível, além do risco de desmoronamento e queda dos andantes na água ou no lameiro. Outra crítica se dirigia à decisão de trocar

o nome Cais da Sagração para Parque 15 de Novembro<sup>7</sup>: “Constrange-se-nos o coração, todas as vezes que o percorremos o vetusto cáis da Sagração, que desejo sôfrego de trocar nomes crismou em parque 15 de Novembro, sem sequer se atender á cacofonia dêste rótulo” (O CÁIS, 1918, p. 1).

O Forte São Luís ou Baluarte, virou parte do Cais da Sagração ao ser convertido em rua. Assim, por vezes também era convocado por Parque 15 de Novembro, como mostra o anúncio (Figura 29).

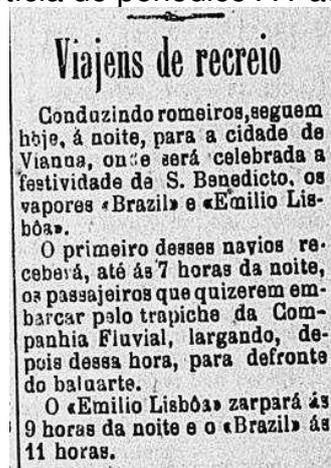
Figura 29 - Anúncio da Pacotilha, de 1910.



Fonte: Creada, 1910.

A rampa do Palácio, acesso que fazia parte do porto de São Luís e era usado para embarque e desembarque, ficava ao lado do baluarte de São Damião. Depois de derrubado o portão da antiga Fortaleza, o elemento passou a ser utilizado como local de espera dos passageiros que aguardavam os vapores, como informa a notícia da Pacotilha: “[...] até às 7 horas da noite, os passageiros que quiserem embarcar pelo trapiche da Companhia Fluvial, largando, depois dessa hora, para defronte do baluarte” (VIAJENS..., 1910, p. 1).

Figura 30 - Notícia do periódico A Pacotilha, de 1910

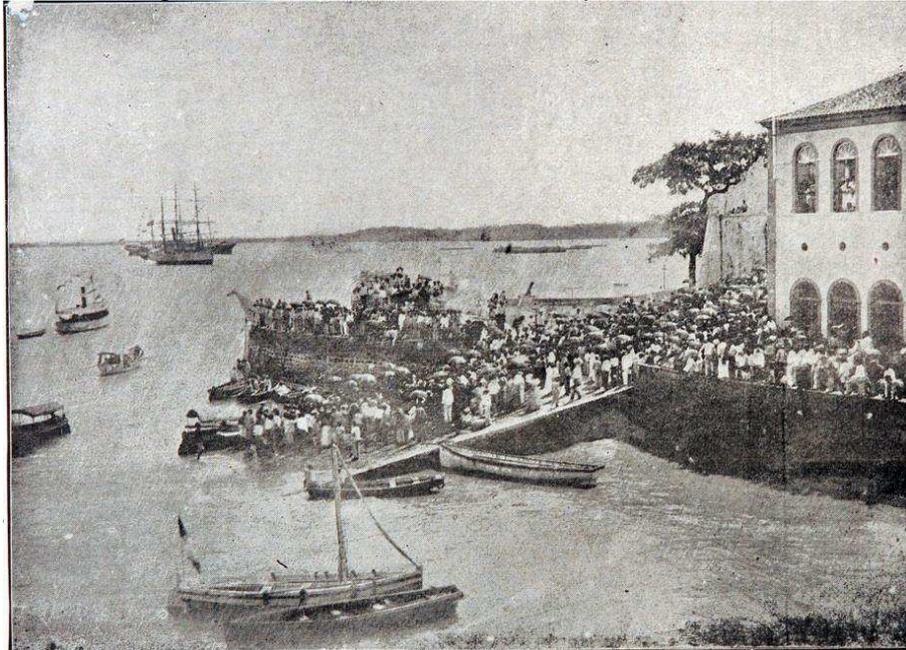


Fonte: Viajens..., 1910.

<sup>7</sup> Homenagem ao dia da Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889.

As imagens de A Revista do Norte mostram passageiros na rampa que dava acesso ao largo do Palácio ou Avenida Maranhense, hoje Avenida Dom Pedro II (Figuras 31 e 32). À direita da Figura 31 é visível a muralha do Forte São Luís e a população observando a chegada dos barcos no porto da cidade.

Figura 31 - Movimento na Rampa do Palácio.



Fonte: O mez, 1906.

Figura 32 - Passageiros subindo para a Avenida Maranhense pela rampa do Palácio.



Fonte: O mez, 1906.

Gaudêncio Cunha, fotógrafo paraense, registra São Luís no início do século XX. A sua coletânea mostra o Cais da Sagração, antigo porto da capital, e os vapores atracando na rampa do Palácio (Figura 33 e Figura 34).

Figura 33 - Embarcações atracando no Porto de São Luís.



Porto do Maranhão  
Fonte: Cunha, 1908.

Figura 34 - Embarcações atracando na rampa do Palácio.



Fonte: Cunha, 1908.

Outra imagem reveladora do álbum de Gaudêncio Cunha é a que mostra o baluarte de São Damião (Figura 35). No chão da estrutura é visível canhões espalhados, que pertenciam à artilharia do Forte São Luís.

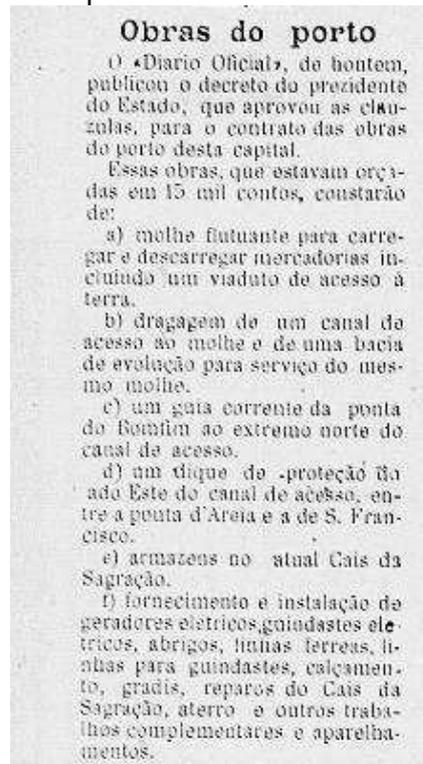
Figura 35 - Vapores atracando próximo ao baluarte de São Damião.



Fonte: Cunha, 1908.

Nesse período, o Porto de São Luís sofre uma série de intervenções. O canal que dava acesso ao ancoradouro estava comprometido e atrapalhando o movimento das embarcações, por isso foi necessário o uso de dragas para desobstruir a passagem. Além destas medidas, outros melhoramentos estavam previstos, como usar o Cais da Sagração como armazém, e realizar reparos, aterros, e outros trabalhos complementares em sua estrutura (OBRAS..., 1920).

Figura 36 - Recorte da matéria que descreve as obras a serem realizadas no porto.



Fonte: Obras..., 1920.

Segundo a publicação de O Jornal de 1922, as obras do porto nunca haviam começado e ele se encontrava em estado preocupante. O canal onde os transatlânticos ancoraram não permitia mais entrarem, e as embarcações ficavam cada vez mais longes. O uso das dragas era urgente para salvar o movimento comercial da cidade, e impedir que ficasse em um ancoradouro. A Associação Comercial, portanto, pedia que enviassem uma draga, e especifica: “Certamente, uma draga que fosse em melhores condições do que aquela que, ha tempos, faz guarda no cais da Sagração” (O PROBLEMA..., 1922, p.1).

No ano seguinte, os trabalhos no porto haviam sido iniciados, mas ocorriam de forma morosa, assim como todas as obras públicas na Província do Maranhão. A matéria da Pacotilha expressa a frustração do povo com os diversos investimentos feitos pelos governantes, que em nada melhoravam a infraestrutura da capital ou a vida de seus cidadãos:

[...] O Maranhão tem uma companhia de vapores e não temos vapores – estão ali no cais da Sagração, no seu leito de morte; o Maranhão tem obras do pôrto e é justamente o que não há no seu pôrto são obras; o Maranhão tem draga e ela faz tudo. – É até depósito actual de “turú”, mas, dragar, duvido; o Maranhão tem uma rampa de desembaque e não tem onde se desembarcar; [...] enfim, graças a Deus, temos tudo de mais, entretanto, a urucubaca é tamanha, que chegamos a tristíssima evidência de nada termos [...]. (SCENAS..., 1922, p. 1)

De acordo com *O porto...* (1923), o interminável cais apresentava defeitos inerentes a uma obra com frequentes interrupções, sob a direção de inúmeros engenheiros que passaram pelo porto nos últimos oitenta e um anos. Dessa forma, mais uma vez o Cais da Sagração passa por reparos. O Engenheiro Chefe do 3º Distrito de Portos, Rios e Canais conta que em 1947 foram reconstruídos totalmente vários trechos, restaurados outros e reajustados centenas de metros quadrados do parâmetro externo da muralha (AS REALISAÇÕES..., 1948).

Na metade do século XX, inicia-se no estado uma política que incentivava a modernização e a expansão do território urbano. A construção de um novo porto na capital era consequência dessas diretrizes, acentuando a decadência do Cais da Sagração.

Em 1976, conforme a Empresa Maranhense de Administração Portuária (EMAP, 2019), foram inaugurados os primeiros trechos do Porto do Itaqui, localizado do outro lado da cidade. Esse momento marca o declínio do cais como referência econômica e portuária de São Luís.

Figura 37 - Porto do Itaqui na década de 1970.



Fonte: EMAP, 2019.

Embora desativado, o antigo porto da capital teve sua memória eternizada no romance *Cais da sagração*, do escritor maranhense Josué Montello. O livro foi publicado em 1971 e retrata a vida do pescador Mestre Severino, que sonha em ter um herdeiro a quem possa ensinar todos os segredos do mar. Severino trabalhara no Cais da Sagração a vida toda, e por ser um homem conservador, possuía muito apego ao seu passado. Por isso, ao apresentar o cais decadente ao neto, fala em um tom nostálgico sobre o que aquele lugar já havia sido:

Quando eu tinha a tua idade, este Cais da Sagração era bem diferente. Tinha outra vida, outro movimento. Do meu tempo, a bem dizer, o que sobrou foi

esta muralha, o mar, aqueles sobradinhos, o muro do Baluarte. Acabaram com o mercado e com as barracas de pescadores, ali adiante, na velha praia do Caju. Foi pena. Agora, a vida é aquela ponte com os carros passando, sem a animação de antigamente. (MONTELLO, 1971, p. 233)

O neto, Pedro, ao ver a ilha pela primeira vez, repara primeiramente na rampa do Palácio e nas muralhas imponentes da antiga Fortaleza:

Sempre na ponta da proa, Pedro viu o barco tomar a bombordo, seguindo a linha do cais, docemente, suavemente, e passar em frente ao Baluarte, como se fosse entrar pelas águas do rio Anil. E ele ainda olhava o Baluarte, admirando a parede que o obrigava a erguer a cabeça para ver-lhe o topo, quando que o obrigava a erguer a cabeça para ver-lhe o topo [...] (MONTELLO, 1971, p. 229).

Severino acusa o novo porto de tirar a vida do Cais da Sagração, mas diz que esse será o porto de Pedro, enquanto o seu sempre será o velho cais:

Antes de alcançar a rampa para descer ao barco, anteviu a morte do Cais da Sagração – prolongamento natural do silêncio da Praia Grande. Certo, sobreviveriam as casas, o passeio, as árvores da avenida, a muralha de cimento e pedra rente ao mar; mas os barcos que vêm de longe não ancorariam mais naquela enseada. [...] E como já fazia muito tempo que não se dragava o porto, as croas de areia, à hora da maré vazante, davam a impressão de que terminariam de aterr-lo dentro de pouco tempo. Assim, o cais de Pedro seria no Itaqui, do outro lado de São Luís, enquanto o dele, Mestre Severino continuaria sendo aquele, sobre as águas do rio Anil. Praticamente já quase não existia o Cais da Sagração [...] (MONTELLO, 1971, p. 262).

A construção do Porto do Itaqui trouxe impactos para a capital e a Prefeitura começou a se preocupar em organizar o espaço urbano. O território de São Luís estava crescendo e foram executadas diversas intervenções na segunda metade do século XX que simbolizava a modernidade chegando na ilha. Em 1980 foi inaugurado o Anel Viário, um contorno no centro de 8 km de extensão.

De acordo com Fonseca Neto (2002), o Anel Viário era necessário para o descongestionamento de trânsito, proteção e revitalização do Centro Histórico, criando vias expressas, áreas de lazer, viadutos e pontes, além de ligar o bairro a outras regiões da cidade. Ressalta-se que a obra também foi essencial para consolidar as atividades portuárias no Itaqui.

O perímetro do Anel Viário passa pelo Forte São Luís, que hoje faz parte da Avenida Beira Mar, antigo Cais da Sagração ou Parque 15 de Novembro. No mapa atual de São Luís está destacada a via que contorna o centro e está inserido um marcador na localização do Forte, passagem desse percurso (Figura 38).

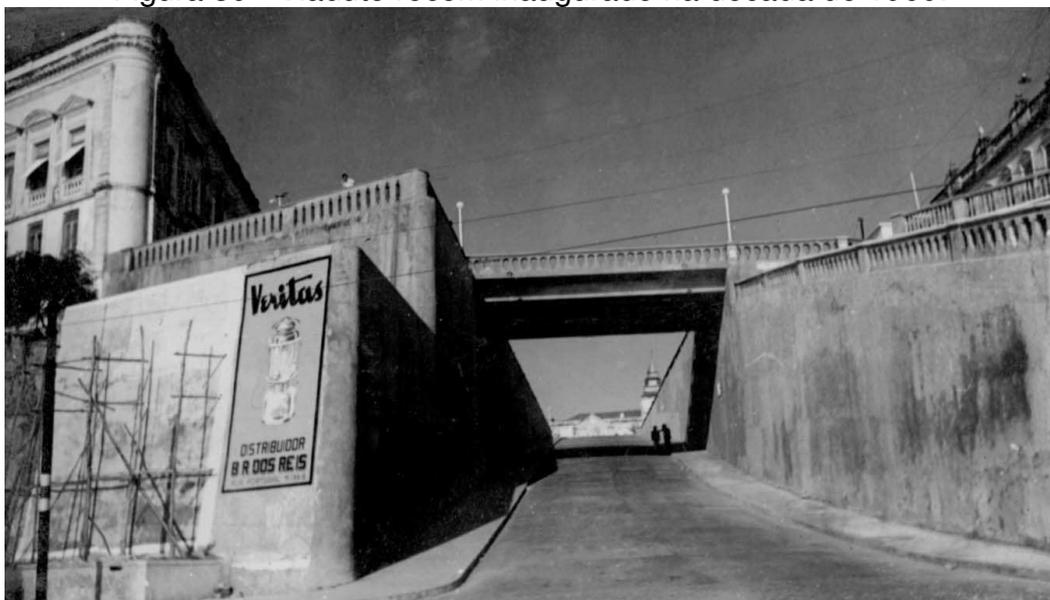
Figura 38 - Extensão do Anel Viário e localização do Forte São Luís.



Fonte: Google Maps, 2019.

Outra intervenção no centro da cidade foi a ligação da Avenida Beira Mar à Avenida Dom Pedro II, antigo largo do Palácio. A conexão foi feita por meio de um viaduto e a muralha do Forte foi seccionada (Figura 39). A obra ocorreu nos anos 40 e descaracterizou a Fortaleza, contudo, esclarece o arqueólogo Pedro Tadeu de Souza Albuquerque: “Apesar de todo o tempo que se perdeu, o conjunto ainda está muito bem preservado. Como não houve combates neste setor da Fortaleza, a muralha está intacta” (CONJUNTO..., 2004).

Figura 39 - Viaduto recém inaugurado na década de 1960.



Fonte: IBGE, 2019.

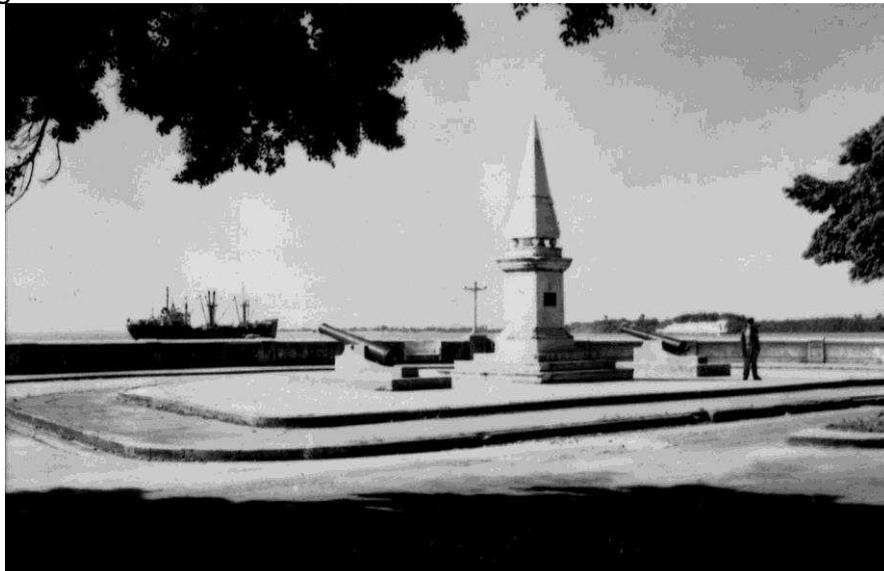
Quanto à primeira cortina, no baluarte de São Damião foi construído um coreto e o baluarte de São Cosme recebeu um canhão e a Pedra da Memória. Este monumento pertencia ao quartel do Campo de Ourique, localizado na praça Deodoro, e precisou ser relocado quando o quartel foi demolido na década de 1950 (CONJUNTO..., 2004). Posteriormente, a peça posicionada em memória à Fortaleza foi retirada e apenas a Pedra da Memória permaneceu. A despeito dessas mudanças, os baluartes hoje se apresentam em sua forma original e servem de mirantes da Avenida Beira-Mar.

Figura 40 - Baluarte de São Damião em 1957.



Fonte: IBGE, 2019.

Figura 41 - Pedra da Memória no baluarte de São Cosme em 1957.



Fonte: IBGE, 2019.

Figura 42 - Canhão posicionado no baluarte de São Cosme na década de 60.



Fonte: IBGE, 2019.

O Palácio do Governo ou Palácio dos Leões, assentado sobre as muralhas do Forte São Luís, foi restaurado em 2000. O edifício estava fechado há sete anos, corroído por cupins e abandonado. Além de serviços em sua estrutura, foi feita uma nova fachada para o Palácio, que recuperou detalhes construtivos originais e eliminou excessos das reformas anteriores. Na área interna foram posicionados alguns dos canhões que faziam parte da artilharia da antiga Fortaleza, em sua memória (REFORMA..., 2000).

Figuras 43 e 44 - Canhões no pátio interno do Palácio dos Leões.



Fonte: Reforma..., 2000.

Em 2004, foi resgatada uma peça que estava no baluarte de São Damião (Figura 45), conforme Conjunto... (2004). Outro canhão foi encontrado em 2007, no canteiro que protege o muro do Palácio dos Leões (Figura 46). Até essa data, informa Bois (2007), que haviam sido encontrados 10 canhões de pequeno e grande porte, dos 32 que protegiam o Forte.

Figura 44 – Canhão encontrado no baluarte de São Damião.



Fonte: Conjunto..., 2004.

As peças, do século XVII e XVIII, foram descobertas pela Petra Engenharia, que estava sendo responsável pelos reparos na muralha. A empresa também havia achado, no ano anterior, duas balas de canhão durante as escavações. Há indícios de que mais peças estivessem enterradas na parte do muro que não havia sido mexido até a data (BOIS, 2007).

Júlio Meireles, arqueólogo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) afirma que uma norma das forças armadas exige que armas antigas sejam jogadas no mar ou enterradas, e que essa lei vigora desde o período colonial. O arqueólogo acredita que os canhões foram jogados ao lado da muralha e em cima deles, construíram o canteiro para proteger sua base (BOIS, 2007).

Atualmente, os canhões são peças da união, explica Meireles. O IPHAN foi encarregado de fazer o laudo das peças encontradas e repassar ao governo, órgão responsável por protegê-las e restaurá-las. Atualmente, a artilharia está guardada em uma das salas do Palácio do Leões, pois são elementos que comprovam uma parte da história do Maranhão

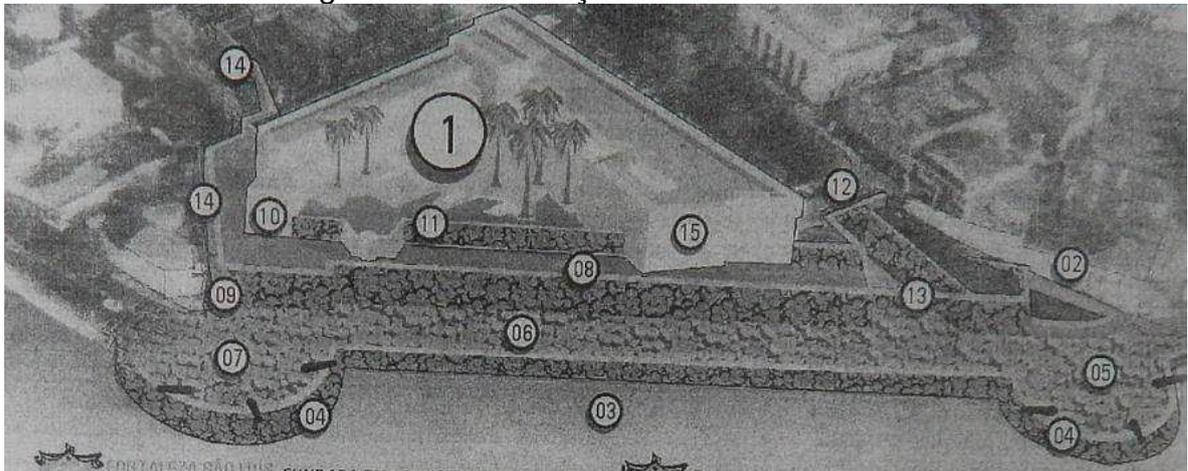
Figura 45 - Canhão encontrado na base do muro do Palácio dos Leões.



Fonte: Bois, 2007.

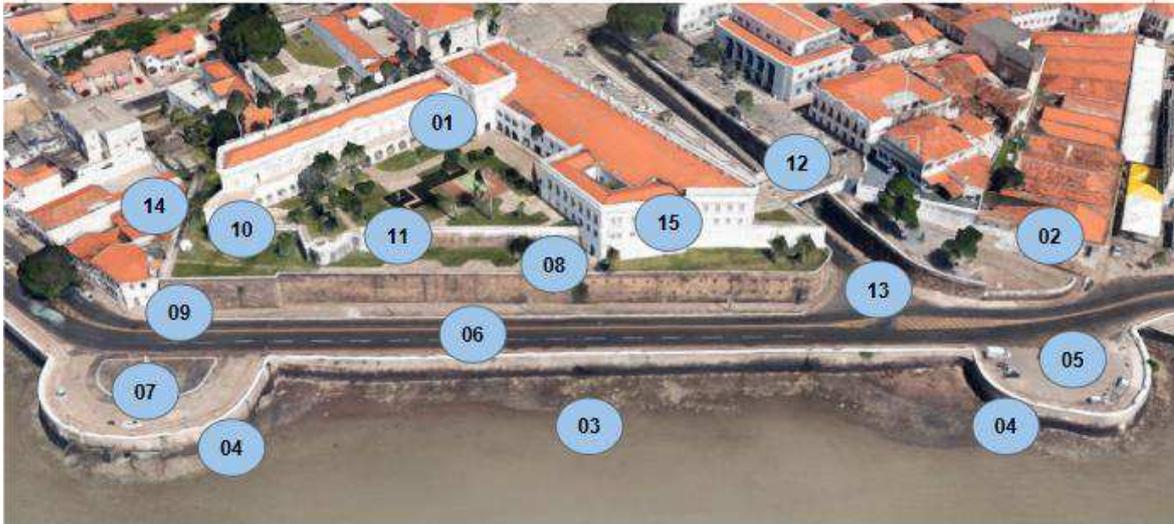
A matéria do jornal O Estado do Maranhão faz uma setorização, a fins didáticos, do Forte São Luís, e conta a história de seus elementos (Figura 47). A imagem retrata o lugar algumas décadas atrás, e por isso a Figura 48 foi inserida para identificar os mesmos componentes nos dias de hoje.

Figura 46 - Setorização do Forte São Luís.



Fonte: Restauração..., 2004.

Figura 47 - Atualização da Figura 47, exibida no jornal O Estado do Maranhão.



Fonte: Google Earth, 2019. Editado pela autora<sup>8</sup>

**01 FORTALEZA SÃO LUÍS:** Fundada em 1612 pelos franceses e concluída na década seguinte pelos portugueses;

**02 RAMPA DE ACESSO À FORTALEZA SÃO LUÍS:** Também chamada de Rampa do Palácio, ligava a cidadela ao porto da cidade.

**03 PRIMEIRO PATAMAR:** Construído originalmente pelos franceses em 1612, constitui-se de faxina de taipa e pedra. É a construção mais antiga da cidade e o único vestígio arquitetônico da presença francesa no Maranhão.

**04 OS CANHÕES DA FORTIFICAÇÃO:** Eram de vários calibres e alcance máximo de 200 metros, o fogo da artilharia era planejado de modo a poder se cruzar;

**05 BALUARTE DE SÃO DAMIÃO:** Faz parte da construção original da muralha feita pelos franceses em 1612. Nos dias de hoje a estrutura serve de mirante da Avenida Beira Mar, e abriga um coreto;

<sup>8</sup> Todos os itens desta página que referenciam as Figuras 47 e 48, foram retirados da matéria Restauração da Fortaleza São Luís, publicada no jornal O Estado do Maranhão em 02 de maio de 2004. Conteúdo reeditado pela autora.

**06 CORTINA DO PRIMEIRO PATAMAR:** Usada para ajudar no deslocamento das peças de artilharia e munições entre os dois baluartes da fortificação. Podia ser usado por atiradores que não estivessem operando em canhões;

**07 BALUARTE DE SÃO COSME:** Também faz parte da fortificação original, tinha a mesma função do baluarte de São Damião e serviu de canteiro de obras durante a restauração da fortaleza. O lugar recebeu a Pedra da Memória nos anos 50 e também funciona como mirante da Avenida Beira Mar.

**08 SEGUNDO PATAMAR:** Erguido por ordem do engenheiro-mor Frias de Mesquita depois da expulsão dos franceses. A muralha, também conhecida como muro do Palácio, data de 1626 e foi construída em cal e pedra;

**09 PLAÇA DE LIÓS:** Comemorativa da inauguração da obra realizada pelo governador Bernardo Pinto da Silveira, em 1820. Foi descoberta durante os primeiros trabalhos de pesquisa;

**10 A TORRE DE OBSERVAÇÃO:** Hoje abriga a capela do Palácio dos Leões;

**11 TERCEIRO PATAMAR:** Construído por portugueses e reforçado pelos holandeses entre 1635 e 1640. Foi seccionado para a construção da parte da ala residencial do Palácio dos Leões;

**12 O VIADUTO DA AVENIDA PEDRO II:** Foi escavado no muro original da fortaleza São Luís na década de 40, por ordem do prefeito Costa Rodrigues, para interligar aquela via à Avenida Beira Mar;

**13 PONTE SOBRE O VÃO DO VIADUTO:** Projetada pelo arquiteto Acácio Gil Borsoi, autor do plano de arquitetura da restauração da Fortaleza com o objetivo de dar a impressão de continuidade da fortificação;

**14** Indícios dos muros originais da cidadela da Fortaleza foram encontrados pelo arqueólogo Pedro Tadeu de Sousa Albuquerque no início dos trabalhos de levantamento. As muralhas seguem até a Rua do Egito, sobem em direção ao Largo

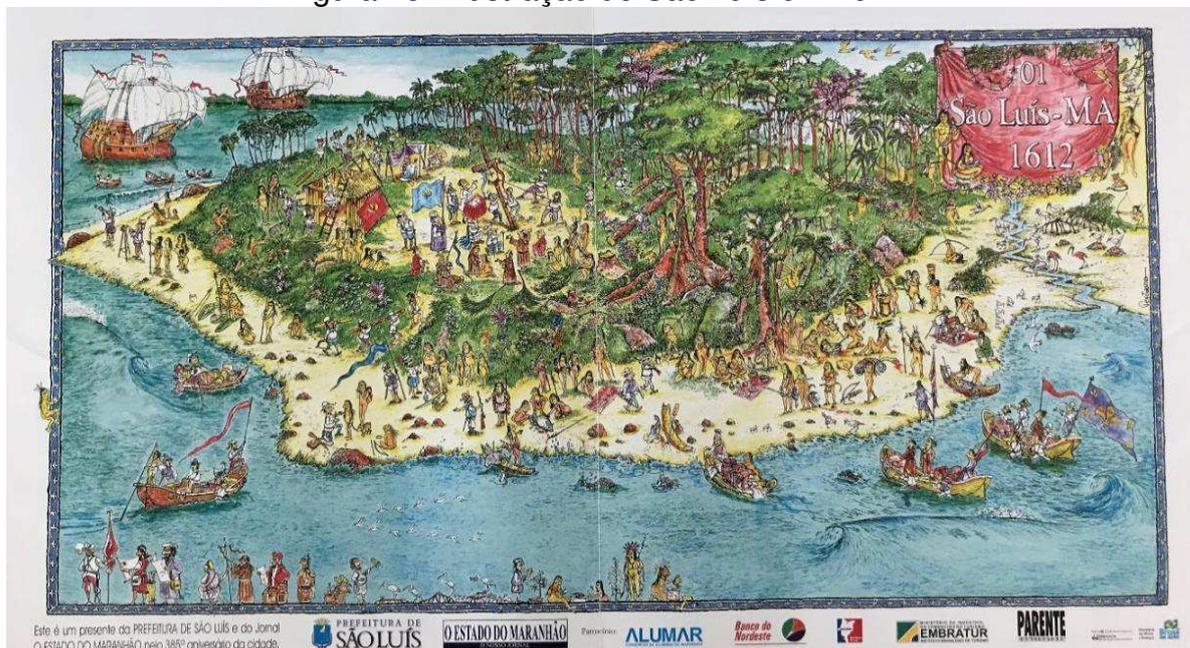
do Carmo e descem pela rua de Nazaré até se fechar à altura da Capitania dos Portos do Maranhão.

**15** O Palácio dos Leões começou a ser construído pelo engenheiro-mor Frias de Mesquita, em 1624. A construção só tomou forma definitiva nos séculos XIX.

A matéria do O Estado do Maranhão fez uma retrospectiva da história do Forte de acordo com sua configuração atual. No álbum ilustrado publicado pela Prefeitura, o elemento é representado em diversas fases, desde a sua construção até os dias de hoje. A partir das imagens, é possível acompanhar a evolução do núcleo fundacional da cidade, que cresceu em torno do Forte São Luís.

O desenho referente ao ano de 1612 mostra o momento da fundação da França Equinocial, pela expedição do Sr. Razilly e do Sr. La Ravardiére, quando foi elevada a cruz. Também são representados os índios tupinambás, ajudando a erigir o Forte, a capela e casas para seus colonizadores (Figura 49).

Figura 48 - Ilustração de São Luís em 1612.



Fonte: Prefeitura de São Luís, 1997.

Em 1641, os portugueses já haviam expulsados os franceses e estavam fixados no Maranhão. Na Figura 50 é visível a construção das muralhas da “cidade fortaleza”, simbolizando as estratégias militares e de povoamento da colonização lusitana. Quanto ao Forte São Luís, nota-se que a primeira cortina, formada pelos

baluartes, já desempenhava o papel de defesa do território, com vários canhões posicionados.

Outro marco da ilustração é a bandeira da Holanda içada, devido à invasão pelas tropas de Maurício de Nassau. Os moradores não aceitaram os novos colonos, gerando um período de guerrilhas e destruição na ilha. Por fim, após três anos de ocupação, os holandeses foram expulsos em 1644.

Figura 49 - Ilustração de São Luís em 1641.

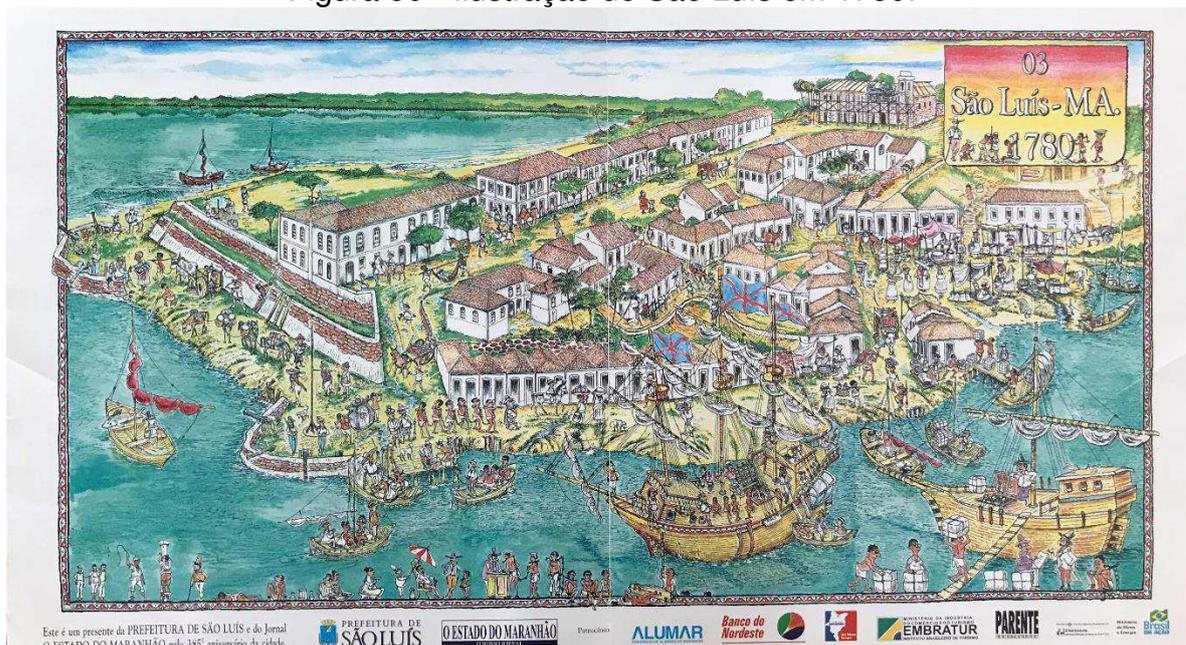


Fonte: Prefeitura de São Luís, 1997.

Nesse momento, em 1780, havia grande circulação de riquezas na cidade, pois o estado crescia economicamente. Era utilizada a mão-de-obra africana nas lavouras, o que justifica o movimento no Porto da capital, que recebia navios negreiros (Figura 51). De acordo com a Prefeitura de São Luís (1997), entre 1757 e 1777, entraram 12.587 escravos na colônia.

No desenho é perceptível o desenvolvimento do tecido urbano, além da presença de edificações imponentes, na maioria de carácter privado, pertencente à nova elite local. No âmbito público, o Palácio do Governo foi a construção mais importante da época. Ele foi assentado sob a Fortaleza e se conectava a ela pela rampa do Palácio, a mesma via de acesso do porto à cidadela.

Figura 50 - Ilustração de São Luís em 1780.



Fonte: Prefeitura de São Luís, 1997.

No século XIX a colônia já havia perdido completamente o seu caráter militar. Para expor essa transformação, na Figura 52 a cortina dos baluartes do Forte São Luís foi representada sem nenhuma artilharia. O ritmo de expansão da cidade da se manteve, garantido em suas funções portuárias e de comércio. Houve um investimento acentuado em obras públicas, com destaque ao Cais da Sagração, iniciado em 1841.

Figura 51 - Ilustração de São Luís em 1841.

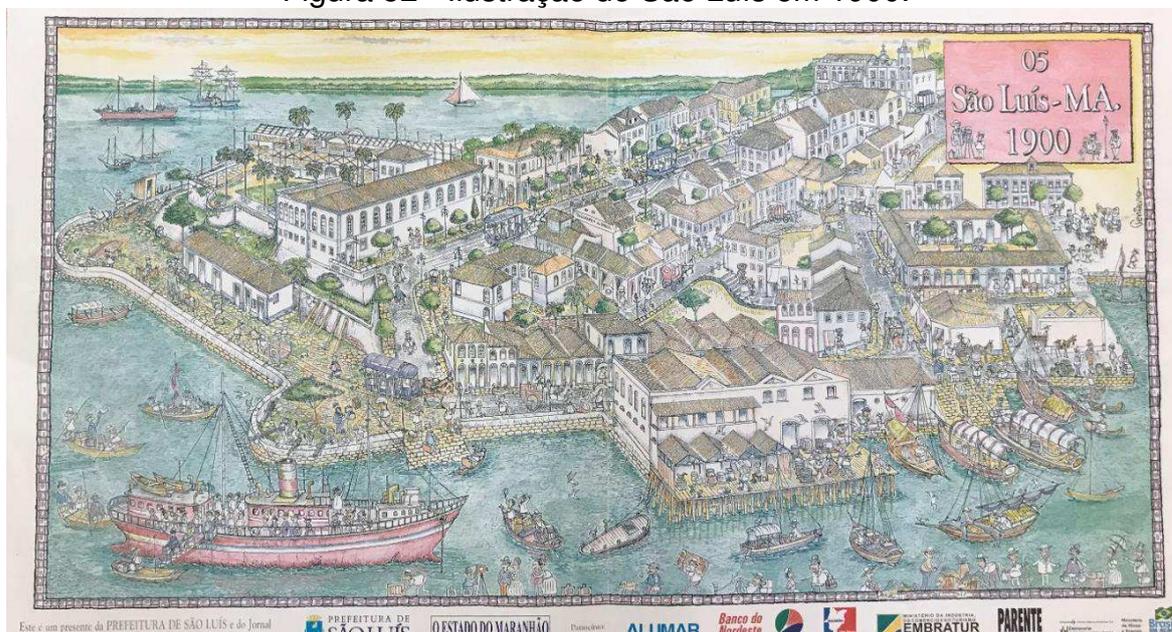


Fonte: Prefeitura de São Luís, 1997.

Em 1883 o Forte São Luís foi desarmado, e em 1886 seu portão foi derrubado para abrir passagem aos veículos e aos pedestres. A ilustração referente ao ano de 1900 exibe a antiga Fortaleza já convertida em rua (Figura 53).

O movimento do comércio da capital, sediado na Praia Grande continuava intenso, porém adequava-se a alterações no sistema político e econômico. Com o declínio da atividade agro-exportadora, o capital da elite foi reinvestido em atividades urbanas, como a construção de edifícios e infra-estrutura de comunicação, transporte e saneamento (PREFEITURA DE SÃO LUÍS, 1997).

Figura 52 - Ilustração de São Luís em 1900.

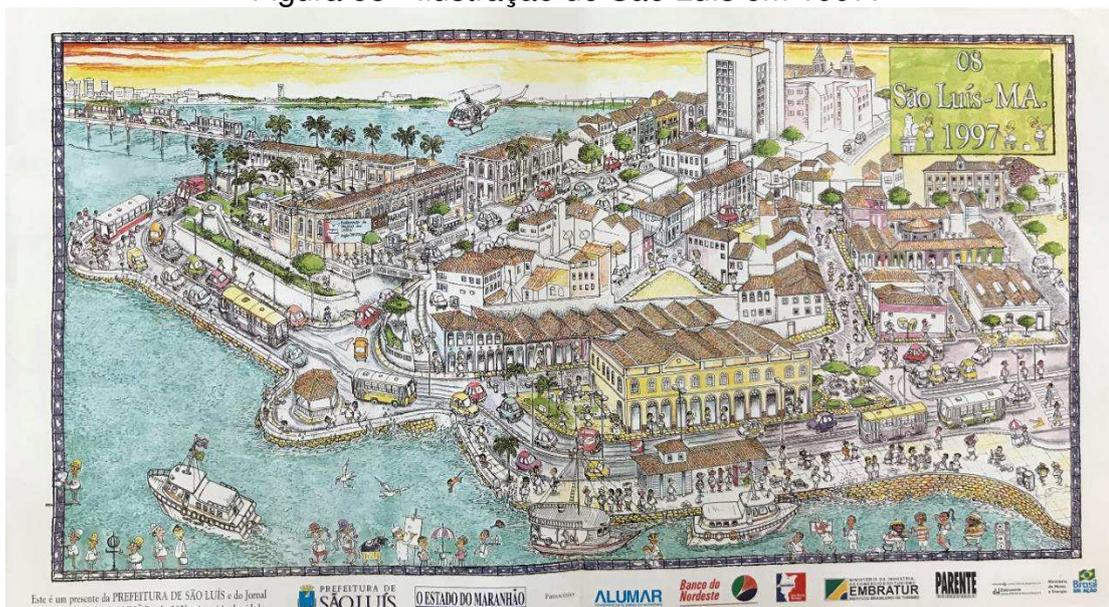


Fonte: Prefeitura de São Luís, 1997.

Na gravura mais recente, de São Luís 22 anos atrás, o Forte já estava completamente descaracterizado, por causa da secção na muralha para a construção do viaduto (Figura 54). A obra do Anel Viário gerou outros impactos, quando tornou a antiga rua em um trecho da Avenida Beira Mar, via de tráfego intenso.

O desenho também contém intervenções responsáveis por direcionarem o desenvolvimento do território, como a ponte José Sarney ou ponte do São Francisco. O comércio da Praia Grande, em declínio desde a década de 1960, perdeu sua relevância portuária oficialmente em 1976, quando foi inaugurado o Porto do Itaqui.

Figura 53 - Ilustração de São Luís em 1997.



Fonte: Prefeitura de São Luís, 1997.

A colonização lusitana deixou à São Luís um acervo de arquitetura única que garantiu o seu tombamento em 1974 pelo IPHAN, e o título de Patrimônio Cultural da Humanidade em 1997 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). São cerca de quatro mil imóveis conservados no centro histórico. O recorte do mapa do Departamento do Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico do Maranhão (DPHAP/MA) mostra que o Forte São Luís está inserido tanto no perímetro de tombamento federal (linha laranja), quanto no conjunto protegido pela UNESCO (linha verde).

Figura 54 - Mapa do Centro histórico e limites de tombamento.



Fonte: DPHAP-MA, 2010. Editado pela autora.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: O FORTE SÃO LUÍS NA ATUALIDADE

O Forte São Luís passa por um processo de descaracterização desde o século XIX. O desarmamento em 1883 marcou o fim de sua função como lugar de defesa, e desencadeou a derrubada do portão de ferro limítrofe com a Rua do Trapiche e os lados adjacentes da muralha para liberar a passagem de carros e pedestres. Na metade do século XX, as muralhas foram novamente seccionadas para a edificação de um viaduto. Posteriormente, o que era rua foi transformada em uma via de intensa circulação de veículos.

Face as diversas alterações ocorridas durante o tempo, a configuração da primeira cortina composta pelos baluartes foi mantida e a maior parte da muralha está intacta. A estrutura segue com todas as características tipológicas de uma fortificação, porém, os cidadãos não têm o conhecimento de que ali existia o valoroso Forte São Luís. Para confirmar esta afirmação foi realizada uma entrevista in loco com os transeuntes. O teor da pesquisa por amostra era levantar questionamentos sobre os semicírculos e as muralhas pelas quais estavam passando e como chamavam aquele trecho. A maioria respondeu que a única informação que tinham era de que aquele lugar era histórico. Um arriscou dizer que ali servia de porto, pois era onde os barcos de fora, dos franceses e dos portugueses, eram recebidos. Quanto à localização de onde estavam, se referiam como Avenida Beira Mar ou Praia Grande.

Dois oficiais que trabalham no Posto da Polícia de frente para o baluarte de São Cosme também foram interrogados. Um deles afirmou ter conhecimento de que as muralhas foram construídas pelos franceses, no entanto, se lamenta por não saber muito sobre o passado de sua própria cidade: “A própria Pedra da Memória, a qual trabalho em frente, desconheço do que se trata aquele objeto”. A respeito de como ele se dirigia àquela parte do centro, revelou chamar apenas de Beira Mar, assim como o outro oficial.

Por último, as perguntas foram direcionadas aos alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo da UEMA e alguns membros da secretaria. Um estudante disse ter aprendido que aquela área é histórica e era a parte de comando da colônia. Outra se assegurou de que os muros foram erguidos para proteger o Palácio dos Leões. Uma das funcionárias questionadas acredita que as muralhas tinham a função de defender o território por causa das guerras, e que a elevada altitude daquele ponto

facilitava a visão dos navios chegando. Em relação ao nome daquele trecho, os entrevistados relataram convocá-lo por Avenida Beira Mar.

O resultado do questionário expressa que algumas pessoas associam os muros à defesa, e os baluartes ao porto da capital. Percebe-se também que essa extensão é mais conhecida por Avenida Beira Mar. Dessa forma, é comprovado de que o Forte está sendo esquecido da história urbana de São Luís.

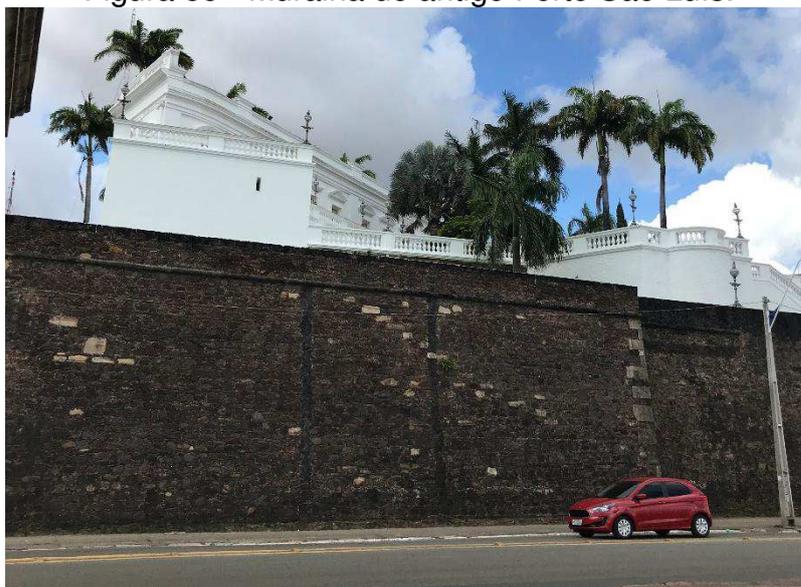
Conforme os conceitos discutidos nesta pesquisa, lugar é um ponto no espaço capaz de despertar sensações. Nele existe uma aura que evoca imagens na mente de seus usuários. O lugar é o espaço do convívio, da interação e do encontro, e as experiências que nele ocorreram passam a fazer parte da identidade do indivíduo.

A percepção do lugar pode ser influenciada pela sociedade e sua noção de tempo e espaço. Na atualidade, vive-se a Modernidade Fluida, uma realidade em que emerge a individualidade e a efemeridade das relações. No mundo líquido nada é feito para durar e os espaços devem ser superados na menor quantidade de tempo. Esse cenário, onde tudo é instantâneo, enfraquece o contato do sujeito com o exterior. A modernidade impede que se vivencie os lugares, ao mesmo tempo que produz os não lugares.

Enquanto o lugar é identitário e simbólico, o não lugar é impessoal e comum. É um espaço visto apenas na sua forma física para a realização de um fim: são as estradas, as estações de metrô, os aeroportos, as grandes cadeias de hotéis, os supermercados, etc. Durante o período de estadia nesses espaços não há interação, apenas relações contratuais, pois os usuários são passageiros, hóspedes ou clientes. Neles o tempo é cronometrado para que qualquer percurso seja realizado o mais rápido possível. A Modernidade Fluida, ou a sobremodernidade, criou um território cheio de espaços a serem percorridos.

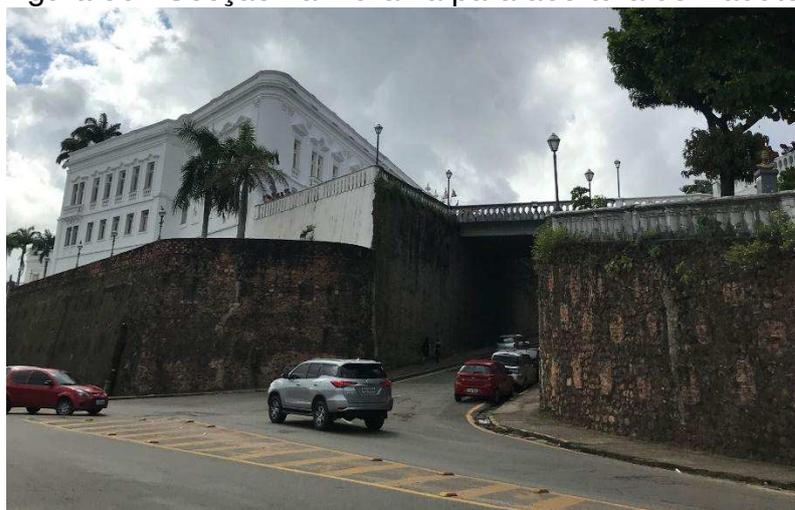
O Forte São Luís, que atuou como um lugar de defesa por 271 anos, nos dias atuais podemos afirmar que é um não lugar. Composto atualmente por uma muralha, por elementos sobrepostos como calçadas de pedestres, duas vias de tráfego para veículos e nos dois antigos baluartes estão contidos um coreto e no outro a Pedra da Memória. O propósito destes últimos eram para serem locais de contemplação, mas infelizmente não são utilizados para este fim. A dita área tem intenso fluxo de pessoas diariamente, entretanto, o questionário feito com os habitantes prova que a estrutura passa despercebida. Ela é vista como uma passagem necessária para chegarem ao seu destino, e não como um lugar.

Figura 55 - Muralha do antigo Forte São Luís.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

Figura 56 - Secção na muralha para abertura do viaduto.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

Figura 57 - Pedra da Memória no Baluarte de São Cosme.



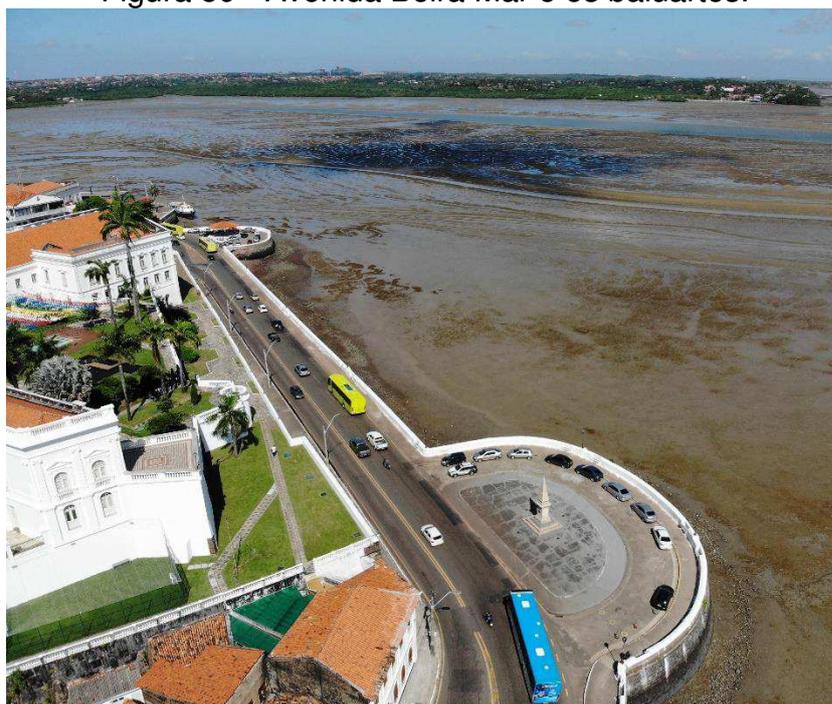
Fonte: CASA 472, 2019

Figura 58 - Coreto no Baluarte de São Damião.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

Figura 59 - Avenida Beira Mar e os baluartes.



Fonte: CASA 472, 2019<sup>9</sup>

Se a Fortaleza se tornou para os cidadãos apenas um espaço a ser percorrido, a lembrança do que ela já foi está comprometida. As discussões acerca da memória coletiva a definiram como uma rede de memórias individuais que se sustenta por causa de acontecimentos em comum. Esses eventos marcantes são

---

<sup>9</sup> CASA 472 é o núcleo de pesquisa pertencente a Universidade Estadual do Maranhão. Tem como propósito abordar linhas temáticas relevantes a Computação Gráfica e Historiografia.

essenciais para unir os grupos sociais e é por meio deles que são construídos o sentimento de pertencimento a um lugar e a identidade nacional.

Os objetos históricos são importantes para que os momentos de glória sejam lembrados. As civilizações sempre usaram vestígios do passado para reafirmarem a sua imagem, contudo, esse pensamento acabou virando uma obsessão na sociedade atual em guardar tudo o que é produzido.

O mundo moderno quer armazenar tudo na mesma velocidade que cria novos conteúdos. A mente humana é bombardeada com tantas mensagens diariamente que é sobrecarregada. O indivíduo não consegue atribuir sentido a todas elas e passa a ver a realidade de forma descontínua. Essa problemática afeta principalmente os moradores das grandes cidades, que não conseguem absorver a quantidade de informação no espaço.

A propagação exagerada de imagens estimula o esquecimento, por isso ocorre a amnésia urbana. Esse fenômeno é a consequência do ritmo frenético da cidade contemporânea, que proporciona experiências deterioradas do indivíduo com o espaço. O olhar do homem não consegue acompanhar o movimento e capturar a paisagem. O cidadão enxerga um território fragmentado e desconexo, sem associar o cenário como um todo.

Dessa forma, os registros de um lugar são rapidamente apagados. A obsessão da sociedade em tudo armazenar transformou a cidade contemporânea no lugar da amnésia. A cultura da informação criou lugares para serem esquecidos, invés de lembrados. As muralhas e os baluartes do Forte São Luís, que um dia foram elementos imponentes e simbólicos, passam despercebidos nos tempos modernos.

As obras que estudam a história de São Luís contribuem para o apagamento de sua memória. No *Guia de Arquitetura e Paisagem de São Luís*, é narrado que para fundar a colônia os franceses construíram uma fortificação, e que a partir dela o núcleo embrionário se desenvolveu. Entretanto, na seção em que o livro discorre sobre cada edifício existente no centro histórico, a Fortaleza não foi inserida.

Para que o Forte São Luís não caia de vez no esquecimento, é preciso reviver a sua lembrança. A memória coletiva de um povo está materializada na cidade. A arquitetura de uma época revela quais eram valores e ideais da sociedade, e quais correntes científicas, artísticas e filosóficas o homem vivia. Valorizar os monumentos e os grandes feitos do passado do passado é essencial para a construção de uma cultura em comum.

A Fortaleza, que faz parte do acervo considerado Patrimônio Histórico da Humanidade, deveria ser exaltada, do mesmo modo que outros locais do centro histórico. Na atualidade há diversos pontos turísticos no bairro que atraem público: a Praça Dom Pedro II, a Praça Benedito Leite, A Praça Nauro Machado, A Casa das Tulhas, O Palácio do Governo, Igreja da Sé, Teatro Arthur Azevedo e dentre muitos que fazem parte do patrimônio edificado da cidade.

É importante pontuar que o Forte São Luís, marco zero da capital, também merece um lugar na memória e identidade do cidadão ludovicense. A inclusão nos passeios turísticos e folder promocionais a respeito da fortificação ampliaria o conhecimento dos cidadãos sobre ela.

Quando a memória é perdida, é dever da história resgatá-la. Portanto, esse trabalho faz um apelo para que o Forte São Luís seja lembrado, estudado e vivenciado. Este marco da arquitetura militar, rico em simbolismo deve ser mais valorizado em nossa literatura, através dele encontramos relações e vestígios das origens de um povo no tocante a forma que pensavam e articulavam suas conquistas e a forma que iniciavam as cidades.

## REFERÊNCIAS

ABBEVILLE, Claude d'. **História da missão dos padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas**. Maranhão: Typ. do Frias, 1674.

ABRANCHES. **Relatorio que o Exm. Sr. Presidente Dr. Frederico José Cardoso de Araújo Abranches apresentou ao Exm. Sr. 1º vice-presidente Senador Luiz Antonio Vieira da Silva, ao passar-lhe a administração da Província no dia 17 de janeiro de 1876**. Maranhão: Typ. do Paiz, 1876. Disponível em:

<[http://ddsnext.crl.edu/titles/169?terms=1876&item\\_id=3570#?h=1876&c=4&m=87&s=0&cv=1&r=0&xywh=520%2C1752%2C909%2C1367](http://ddsnext.crl.edu/titles/169?terms=1876&item_id=3570#?h=1876&c=4&m=87&s=0&cv=1&r=0&xywh=520%2C1752%2C909%2C1367)>. Acesso em 07 jun. 2019.

ALBERNAZ, João Teixeira. **Mapa da província do Maranhão**. 1 mapa. Incluído no manuscrito do “Livro de Razão do Estado do Brasil” de Diogo de Campos Moreno, 1615. Disponível em:

<[http://www.funceb.org.br/images/revista/26\\_REV\\_FUNCEB\\_0a7e0f.pdf](http://www.funceb.org.br/images/revista/26_REV_FUNCEB_0a7e0f.pdf)>. Acesso em 26 maio 2019.

ANDERSON, David S., New Data Reveals The Human Ingenuity That Built Stonehenge. **Forbes**, 19 fev. 2019. Disponível em:

<<https://www.forbes.com/sites/davidanderson/2019/02/19/new-data-reveals-the-human-ingenuity-that-built-stonehenge/#d83b4592b6fb>>. Acesso em 17 abr. 2019.

ANDRADE, Ovidio João Paulo de Andrade. **Falla que o Exm. Snr. Ovidio João Paulo de Andrade, dirigio a Assembléa Legislativa Provincial do Maranhão na 1a sessão da 25a legislatura**. Maranhão: Typ. a vapor da Pacotilha, 1884. Disponível em:

<[http://ddsnext.crl.edu/titles/169?terms=1884&item\\_id=3515#?h=1884&c=4&m=108&s=0&cv=1&r=0&xywh=435%2C79%2C2165%2C1527](http://ddsnext.crl.edu/titles/169?terms=1884&item_id=3515#?h=1884&c=4&m=108&s=0&cv=1&r=0&xywh=435%2C79%2C2165%2C1527)> . Acesso em 31 maio 2019.

ANDRÉS, Luiz Phelipe de Carvalho Castro. A Fundação de São Luís do Maranhão. **Revista da Cultura**, ano XIII, n. 23, p. 41-50, 2014.

ARAUJO, Érico Peixoto. **Aparato burocrático e obras públicas no ordenamento urbano de São Luís**. 2016. 341 f. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

ARAUJO, José Bento de. **Falla que o Exm. Sr. Dr. José Bento de Araujo dirigiu a Assembléa Legislativa Provincial do Maranhão em 18 de março de 1887, por ocasião da instalação da 2.a sessão da 26.a legislatura**. Maranhão: Typ. do Paiz, 1887. Disponível em:

<[http://ddsnext.crl.edu/titles/169?terms=1887&item\\_id=3518#?h=1887&c=4&m=117&s=0&cv=1&r=0&xywh=785%2C158%2C3344%2C3157](http://ddsnext.crl.edu/titles/169?terms=1887&item_id=3518#?h=1887&c=4&m=117&s=0&cv=1&r=0&xywh=785%2C158%2C3344%2C3157)>. Acesso em 08 jun. 2019.

AS REALISAÇÕES do Distrito de Portos, Rios e Canais: Uma palestra com o seu director, dr. Lourival Castro – Plano de trabalho para 1948. **Diario de S. Luiz**, São Luís, ano IV, n. 946, 24 fev. 1948.

AUGÈ, Marc. **Não lugares**: introdução a uma antropologia da sobremodernidade. 1ª edição francesa. Lisboa: 90 Graus, 1992.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BARLAEUS, Caspar. **Maragnon**. 1647. 1 gravura. Exemplar pertencente à Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. Estampa nº 51. Disponível em: <<http://www.sudoestesp.com.br/file/colecao-imagens-periodo-colonial-maranhao/675/>>. Acesso em 15 maio 2019.

BENEVIDES, Francisco Maria Correia de Sá e. **Relatorio com que S. Exc. O Sr. Dr. Francisco Maria Correia de Sá e Benevides no dia 18 de outubro de 1877 apresentou á Assembléa Legislativa Provincial por ocasião da instalação de sua sessão ordinaria**. Maranhão: Typ. do Paiz, 1877. Disponível em: <[http://ddsnext.crl.edu/titles/169?terms=1877&item\\_id=3507#?h=1877&c=4&m=90&s=0&cv=1&r=0&xywh=149%2C1348%2C1801%2C1700](http://ddsnext.crl.edu/titles/169?terms=1877&item_id=3507#?h=1877&c=4&m=90&s=0&cv=1&r=0&xywh=149%2C1348%2C1801%2C1700)>. Acesso em 29 maio 2019.

BERREDO, Bernardo Pereira. **Annaes historicos do estado do Maranhão**. Lisboa: Off. de Francisco Luis Ameno, 1749.

BNDigital (Biblioteca Nacional Digital). A França Equinocial. **BNDigital**. Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/dossies/dossie-antigo/logicas-coloniais/ancoragens/a-franca-equinocial/>>. Acesso em 23 maio 2019.

BOIS, Henrique. Mais um canhão é localizado na base do muro do Palácio dos Leões. **O Imparcial**, São Luís, 15 fev. 2007.

BORGES, Rafaela. O que fazer em Belleville: Guia com passeios, bares e restaurantes. **Vem comigo**, 28 abr. 2017. Disponível em: <<https://www.vemcomigo.fr/passeios-em-paris/belleville/>>. Acesso em 02 jun. 2019.

BOU, Xavier. CAN RICART, la última batalla. **Geografía Fabril**, 19 ago. 2009. Disponível em: <<http://fabricasdelpoblenou.blit.com/2009/08/can-ricart-una-de-les-peces-de-major.html>>. Acesso em 08 maio 2019.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

BURNETT, Frederico Lago. **Urbanização e desenvolvimento sustentável: a sustentabilidade dos tipos de urbanização na cidade de São Luís do Maranhão**. São Luís: UEMA, 2008.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

CASTELLO, Lineu. **A percepção de lugar: repensando o conceito de lugar em arquitetura-urbanismo**. Porto Alegre: PROPAR-UFRGS, 2007.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Volume I. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CASTRO, Augusto Olympio Gomes de Castro. **Relatorio lido pelo Excellentissimo Senhor Presidente Dr. A. O. Gomes de Castro, por ocasião da instalação da**

**Assembléa Legislativa desta Província no dia 3 de maio de 1871.** San' Luiz: Typ. B. de Mattos, 1871. Disponível em: <[http://ddsnext.crl.edu/titles/169?terms=1871&item\\_id=3500#?h=1871&c=4&m=68&s=0&cv=1&r=0&xywh=-736%2C-1%2C2974%2C2808](http://ddsnext.crl.edu/titles/169?terms=1871&item_id=3500#?h=1871&c=4&m=68&s=0&cv=1&r=0&xywh=-736%2C-1%2C2974%2C2808)>. Acesso em 07 jun. 2019.

CONJUNTO descaracterizado por obras. **Estado do Maranhão**, São Luís, 14 mar. 2004.

CORDUENTE, Auróra Lopez. **22@Barcelona: 10 anys de renovació urbana.** Barcelona: Editorial Ajuntament de Barcelona, 2011.

COUZAS do Maranhão. **O Jornal**, Maranhão, ano IV, n. 1128, 1 ago. 1918.

CREADA. **Pacotilha**, Maranhão, ano XXX, n. 254, 25 out. 1910.

CUNHA, Gaudêncio. **Maranhão 1908:** Albúm fotográfico. 2. Ed. São Luís: Edições AML, 2008.

CUNHA, Silvidio Carneiro da Cunha. **Relatorio com que ao Excentissimo Senhor Presidente da Provincia Dr. Silvidio Carneiro da Cunha, Passou a administração desta Provincia o Exm. Snr. Vice-Presidente, desembargador José Pereira da Graça, no dia 4 de março de 1872.** Maranhão: Typ. do Frias, 1873. Disponível em: <[ddsnext.crl.edu/titles/169?terms=1872&item\\_id=3563#?h=1872&c=4&m=72&s=0&cv=0&r=0&xywh=-459%2C0%2C2612%2C2466](http://ddsnext.crl.edu/titles/169?terms=1872&item_id=3563#?h=1872&c=4&m=72&s=0&cv=0&r=0&xywh=-459%2C0%2C2612%2C2466)>. Acesso em 07 jun. 2019.

CUNHA, Silvidio Carneiro da Cunha. **Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Maranhão pelo Exm. Senn. Presidente da Provincia, Dr. Silvino Elvidio Carneiro da Cunha, por ocasião da abertura da mesma Assembléa no dia 17 de maio de 1873.** Maranhão: Typographia do Frias, 1873. Disponível em: <[ddsnext.crl.edu/titles/169?terms=1873&item\\_id=3502#?h=1873&c=4&m=74&s=0&cv=0](http://ddsnext.crl.edu/titles/169?terms=1873&item_id=3502#?h=1873&c=4&m=74&s=0&cv=0)>. Acesso em 07 jun. 2019.

CUNHA, Silvidio Carneiro da Cunha. **Relatorio com que o Exm. Sr. Dr. Silvino Elvidio Carneiro da Cunha passou a administração da Provincia no dia 4 de outubro de 1873. Ao Exm. Sr. Dr. Augusto Olympio Gomes de Castro.** Maranhão: Typ. do Paiz, 1874. Disponível em: <[http://ddsnext.crl.edu/titles/169?terms=1873&item\\_id=3566#?h=1873&c=4&m=76&s=0&cv=2&r=0&xywh=-16%2C1288%2C1767%2C1668](http://ddsnext.crl.edu/titles/169?terms=1873&item_id=3566#?h=1873&c=4&m=76&s=0&cv=2&r=0&xywh=-16%2C1288%2C1767%2C1668)>. Acesso em 26 maio 2019.

DANTAS, Fabiana Santos. A Deusa Memória. **Direto à memória**, 15 jan. 2011. Disponível em: <<http://direitoamemoria.blogspot.com/2011/01/deusa-memoria.html>>. Acesso em 13 maio 2019.

DOSSE, François. **História e ciências sociais.** Bauru: EDUSC, 2004.

DPHAP (Departamento do Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico do Maranhão). **Área Estadual Decreto 10089 de 6 de março de 1986.** 2010. 1 mapa, escala 1:2500.

EMAP (Empresa Maranhense de Administração Portuária). Histórico. **EMAP.** Disponível em: <<http://www.emap.ma.gov.br/porto-do-itaqui/historico>>. Acesso em 10 jul. 2019.

FERREIRA, Chrispim. **Planta do Forte de São Luiz construído no porto da Capital do Maranhão**. 1904. Levantada por Major Chrispim Ferreira em 1904, copiada na Direção Geral de Engenheiros por Luiz Pereira de Vasconcellos em 1905, colorido, nanquim, tinta colorida, aquarela, com legenda, seta Norte, papel tecido, bom estado, medindo 93x65 cm. Acervo do Ministério da Defesa, Exército Brasileiro, DEP – DAC, Arquivo Histórico do Exército, Divisão de História, Mapoteca II.

FERREIRA, Franklin Antonio da Costa. **Carta Geral da Provincia do Maranhão**. 1854. 1 Mapa. Desenho a nanquim. Escala 1:20. Acervo do Arquivo Nacional: 1:20.000.BR\_RJANRIO\_OG\_0\_MAP\_0031.tif.

FERREIRA, Manoel Jansen. **Relatorio com que o Exm. Sr. 1º vice-presidente Manoel Jansen Ferreira passou a administração da Provincia ao Exm. Sr. Presidente Dr. Antonio Alves de Souza Carvalho**. Maranhão: Typhografia de José Mathias, 1866. Disponível em:

<[http://ddsnxt.crl.edu/titles/169?terms=1866&item\\_id=3555#?h=1866&c=4&m=54&s=0&cv=1&r=0&xywh=26%2C1297%2C1680%2C1586](http://ddsnxt.crl.edu/titles/169?terms=1866&item_id=3555#?h=1866&c=4&m=54&s=0&cv=1&r=0&xywh=26%2C1297%2C1680%2C1586)>. Acesso em 26 maio 2019.

FERREIRA, Miguel Vieira. **Planta do Forte de São Luís e dos Edifícios. Maranhão**. 1864. Levantada e desenhada pelo doutor Miguel Vieira Ferreira e copiada pelo Cap. Domingos de Araújo e Silva, colorido, nanquim, tinta colorida, aquarela, com escala, com rosa dos ventos, papel canson telado, medindo 62,5 cm x 49 cm. Acervo do Ministério da Defesa, Exército Brasileiro, DEP – DAC, Arquivo Histórico do Exército, Divisão de História, Mapoteca II.

FONSECA NETO, Hermes da. **Potencial de integração de uma área periférica ao centro histórico: o caso do Aterro do Bacanga em São Luís-MA**. 2002. 162 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

GAULTIER, Léonard. **Illustrations de Histoire de la mission des Pères Capucins en l'Isle de Maragnan et terres circonvoisines**. 1614. 8 ilustrações, 17,5 X 29,5 cm. Domínio Público. Disponível em: <<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b2000037w/f3.item>>. Acesso em 26 maio 2019.

GOVERNO da Provincia. **Publicador Maranhense**, Maranhão, ano LXI, n. 221, 30 nov. 1882.

GRAJAHÚ, Barão de. **Relatorio com que o Exm. Snr. Barão de Grajuhú primeiro vice-presidente da Província passou a respectiva administração ao Exm. Sr. Dr. Antonio Tiburcio Figueira em 23 de Junho de 1885**. Maranhão: 1885. Disponível em:

<[http://ddsnxt.crl.edu/titles/169?terms=1885&item\\_id=3532#?h=1885&c=4&m=111&s=0&cv=17&r=0&xywh=-453%2C369%2C2623%2C1850](http://ddsnxt.crl.edu/titles/169?terms=1885&item_id=3532#?h=1885&c=4&m=111&s=0&cv=17&r=0&xywh=-453%2C369%2C2623%2C1850)>. Acesso em 08 jun. 2019.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/sao-luis/historico>>. Acesso em: 22 jun. 2019.

INSOLERA, Italo Roma. **Immagini e realtà dal X al XX secolo**. Roma-Bari: Laterza, 1981.

IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). São Luís (MA). **IPHAN**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/346/>>. Acesso em: 12 jul. 2019.

KURY, Mário da Gama. **Dicionário de Mitologia grega e romana**. 8 ed. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2009.

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. **O Fort Saint Louis**. Estado do Maranhão, São Luís, 2 maio 2004.

LE GOFF, Jaques. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LOPES, Luiz Gonzaga. Feira do Livro de Porto Alegre ocupará menos espaço da rua dos Andradas. **Correio do Povo**, 22 out. 2016. Disponível em: <<http://correiodopovo.com.br/ArteAgenda/FeiradoLivro/2016/10/601079/Feira-do-Livro-de-Porto-Alegre-ocupara-menos-espaco-da-rua-dos-Andradas>>. Acesso em 17 abr. 2019.

LOPES, J. J. Rodrigues. **Planta e Perfil da Tenalha demoninada Baluarte de São Luiz na Confluência dos Rios Baganca e Anil**. 1831. Levantado e desenhando por J. J. Rodrigues em 1831, colorido, nanquim, aquarela com escala, com legenda, com rosa dos ventos, papel canson, bom estado, medindo 46 x 31 cm. Acervo do Ministério da Defesa, Exército Brasileiro, DEP – DAC, Arquivo Histórico do Exército, Divisão de História, Mapoteca II.

LOPES, José Antonio Viana. **São Luís, Ilha do Maranhão e Alcântara: Guia de Arquitetura e Paisagem**. 1. ed. Sevilha: Consejería de Obras Públicas y Transportes, Dirección General de Arquitectura y Vivienda, 2008. v. 1. 448p.

MACHADO, Antonio Candido da Cruz Machado. **Relatorio que á Assembleia Legislativa Provincial do Maranhão apresentou na sessão ordinaria de 1856 o Exm. Presidente da Provincia, Antonio Candido da Cruz Machado**. Maranhão: Typographia Constitucional de I. J. Ferreira, 1856. Disponível em: <[http://ddsnxt.crl.edu/titles/169?terms=1856%20&item\\_id=3481#?h=1856&c=4&m=28&s=0&cv=2&r=0&xywh=256%2C1410%2C1415%2C1336](http://ddsnxt.crl.edu/titles/169?terms=1856%20&item_id=3481#?h=1856&c=4&m=28&s=0&cv=2&r=0&xywh=256%2C1410%2C1415%2C1336)>. Acesso em 07 jun. 2019.

MARANHÃO. **O Publicador Oficial**, Maranhão, ano 1835, n. 351, 25 mar. 1885.

MARQUES, César Augusto. **Dicionário histórico e geográfico da província do Maranhão**. 3. ed. São Luís: Edições AML, 2008.

MELLO, Antonio Manoel de Campos. **Relatorio que á Assembléa Legislativa Provincial do Maranhão apresentou o Conselheiro Presidente da Provincia, Antonio Manoel de Campos Mello, por ocasião da instalação da mesma no dia 3 de maio de 1863**. Maranhão: Typ. do Frias, 1863. Disponível em: <[http://ddsnxt.crl.edu/titles/169?terms=1863&item\\_id=3490#?h=1863&c=4&m=43&s=0&cv=1&r=0&xywh=52%2C1431%2C1509%2C1425](http://ddsnxt.crl.edu/titles/169?terms=1863&item_id=3490#?h=1863&c=4&m=43&s=0&cv=1&r=0&xywh=52%2C1431%2C1509%2C1425)>. Acesso em 26 maio 2019.

MELLO, Catarina. Times Square: todas as dicas que você precisa saber!. **Vai pra Nova York?**, 23 nov. 2015. Disponível em: <<http://vaiprany.com/o-que-fazer/pontos-turisticos/times-square/>>. Acesso em 08 maio 2019.

MELLO, Jeronimo Martiniano Figueira de. **Relatorio que á Assembléa Legislativa da provincia do Maranhão appresentou o Exm. Presidente da mesma Provincia Jeronimo Martiniano Figueira de Mello na sessão de 3 de maio de 1843.** Maranhão: Typographia de I. J. Ferreira. Disponível em:

<[http://ddsnext.crl.edu/titles/169?terms=1843&item\\_id=3468#?h=1843&c=4&m=6&s=0&cv=1&r=0&xywh=197%2C1161%2C1524%2C1439](http://ddsnext.crl.edu/titles/169?terms=1843&item_id=3468#?h=1843&c=4&m=6&s=0&cv=1&r=0&xywh=197%2C1161%2C1524%2C1439)>. Acesso em 24 maio 2019.

MELLO, João Capistrano Bandeira de Mello. **Falla com que o Exm. Sr. Conselheiro João Capistrano Bandeira de Mello abriu a 1ª sessão da 26ª legislatura da Assembléa Legislativa Provincial do Maranhão, em 13 de março de 1886.**

Maranhão: Typ. do Paiz, 1886. Disponível em:

<[http://ddsnext.crl.edu/titles/169?terms=mello&item\\_id=3517#?h=mello&c=4&m=115&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1542%2C-15%2C4859%2C3427](http://ddsnext.crl.edu/titles/169?terms=mello&item_id=3517#?h=mello&c=4&m=115&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1542%2C-15%2C4859%2C3427)>. Acesso em 08 jun. 2019.

MIRANDA, João Antonio. **Discurso recitado pelo Exm. Snr. Doutor João Antonio de Miranda, prezidente da provincia do Maranhão, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial, no dia 3 de julho de 1841.** Maranhão: Typografia Monarchica Const. De F. de S. Cascaes, 1841. Disponível em:

<[ddsnext.crl.edu/titles/169?terms=1841&item\\_id=3467#?h=1841&c=4&m=5&s=0&cv=0&r=0&xywh=-712%2C-134%2C2831%2C2673](http://ddsnext.crl.edu/titles/169?terms=1841&item_id=3467#?h=1841&c=4&m=5&s=0&cv=0&r=0&xywh=-712%2C-134%2C2831%2C2673)>. Acesso em 24 maio 2019.

MNEMOSINE e as Musas. **Mitologia grega**, 13 dez. 2010. Disponível em:

<<http://eventosmitologiagrega.blogspot.com/2010/12/mnemosine-e-as-musas.html>>. Acesso em 02 maio 2019.

MONTANER, Josep Maria; MUXÍ, Zaida. **Arquitetura e política: ensaios para mundos alternativos.** São Paulo: Gustavo Gili, 2014.

MONTELLLO, Josué. **Cais da sagração.** Rio de Janeiro: Editora Record, 1971.

MORAES, Jomar. **Guia de São Luís do Maranhão.** São Luís: Legenda, 1989.

NASCIMENTO, Miguel J. Ayres do. **Relatorio que á Assembleia Legislativa Provincial do Maranhão apresentou o 2.º vice-presidente da Província Desembargador Miguel J. Ayres do Nascimento, por ocasião da installação da mesma Assembléa no dia 3 de maio de 1864.** San-Luiz: Typ. Constitucional de P. J. Ferreira, 1864. Disponível em: <

[http://ddsnext.crl.edu/titles/169?terms=1864&item\\_id=3491#?h=1864&c=4&m=45&s=0&cv=1&r=0&xywh=136%2C721%2C1601%2C1512](http://ddsnext.crl.edu/titles/169?terms=1864&item_id=3491#?h=1864&c=4&m=45&s=0&cv=1&r=0&xywh=136%2C721%2C1601%2C1512)>. Acesso em 26 maio 2019.

OBERMEIER, Franz. **Documentos inéditos para a história do Maranhão e do Nordeste na obra do capuchinho francês Yves d'Évreux Suite de l'histoire (1615).** Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi, sér. Ciências Humanas, Belém, v. 1, n. 1, p. 195-251, jan-abr. 2005.

PREFEITURA DE SÃO LUÍS. **São Luís através dos tempos 1612/1997.** Álbum Ilustrado. São Luís: O Estado do Maranhão, 1997.

OBRAS do porto. **O Jornal**, Maranhão, ano VI, n. 1641, 6 abr. 1920.

O CAIS. **O Jornal**, Maranhão, ano IV, n. 1134, 8 ago. 1918.

O CÁIS. **Pacotilha**, Maranhão, ano XXXVIII, n. 176, 27 jul. 1918.

O MEZ: A viagem presidencial. **A Revista do Norte**, Maranhão, ano V, n. 11, jul. 1906.

O PROBLEMA do Porto de S. Luiz. **O Jornal**, Maranhão, ano VIII, n. 1383, 5 maio 1922.

ORAZI, Andrea Antonio. **Cittá di S. Luigi, capitale del Maragnone**. Roma, Itália: Nella Stamperia degl'Eredi del Corbelletti, 1698. 1 vista panorâmica, gravada em metal, 34 x 51 cm em f. 39 x 54 cm. Coleção Real Biblioteca. Disponível em: <[http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart1360019/cart1360019.jpg](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart1360019/cart1360019.jpg)>. Acesso em 07 jun. 2019.

ORAZI, Andrea Antonio. **Pianta della cittá di S. Luigi metropoli del Maragnone**. Roma, Itália: Nella Stamperia degl'Eredi del Corbelletti, 1698. 1 planta, gravada em metal, 34,5 x 50 cm em f. 40,5 x 54,5 cm. Coleção Real Biblioteca. Disponível em: <[http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart1360018/cart1360018.jpg](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart1360018/cart1360018.jpg)>. Acesso em 07 jun. 2019.

REIS, Americo Vespucio dos. **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Maranhão em 5 de fevereiro de 1910 pelo Exm. Snr. Americo Vespucio dos Reis, Presidente do Congresso no exercício do cargo de Governador**. Maranhão: Imprensa Oficial, 1910. Disponível em: <[http://ddsnxt.crl.edu/titles/169?terms=1910&item\\_id=3594#?h=1910&c=4&m=143&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1252%2C-1%2C4295%2C3030](http://ddsnxt.crl.edu/titles/169?terms=1910&item_id=3594#?h=1910&c=4&m=143&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1252%2C-1%2C4295%2C3030)>. Acesso em 11 jun. 2019.

REFORMA resgata história do palácio. **O Estado do Maranhão**, São Luís, 30 mar. 2000.

RESTAURAÇÃO da Fortaleza São Luís. **O Estado do Maranhão**, São Luís, 14 mar. 2004.

RIBEIRO JUNIOR, José Reinaldo Barros. **Formação do espaço urbano de São Luís: 1612/1991**. 2ªed. São Luís: Ed. Do Autor/FUNC, 2001.

ROSARIO, Cláudia Cerqueira do. O lugar mítico da memória. **Morpheus - Revista Eletrônica em Ciências Humanas**, Rio de Janeiro, Ano 01, número 01, 2002.

ROSI, Aldo. **A arquitetura da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

\_\_\_\_\_. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-científico-informacional**. São Paulo: HUCITEC, 1994.

SCENAS da vida. **Pacotilha**, Maranhão, ano XLI, n. 99, 29 abr. 1922.

SCHULZ, Sonia. **Estéticas urbanas: da pólis grega à metrópole contemporânea**. Rio de Janeiro: LTC, 2002.

SILVA, Cincinnato Pinto da Silva. **Relatorio com que o Exm. Senr. Dr. Cincinnato Pinto da Silva, Presidente da Provincia, passou a administração da mesma ao Exm.º Senr. Conselheiro João Paulo Monteiro de Andrade, 1º vice-presidente, no dia 17 de novembro de 1881.** Maranhão: Typ. do Paiz, 1881. Disponível em:

<[http://ddsnext.crl.edu/titles/169?terms=1881&item\\_id=3576#?h=1881&c=4&m=102&s=0&cv=1&r=0&xywh=-107%2C1184%2C1647%2C1555](http://ddsnext.crl.edu/titles/169?terms=1881&item_id=3576#?h=1881&c=4&m=102&s=0&cv=1&r=0&xywh=-107%2C1184%2C1647%2C1555)>. Acesso em 29 maio 2019.

SILVA, Olavo Pereira da. **Arquitetura Luso-Brasileira no Maranhão.** 2.ed. Belo Horizonte: Formato, 1998

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência.** São Paulo: DIFEL, 1983.

UM PRECURSOR do simbolismo. **Pacotilha**, Maranhão, ano XXXIII, n. 100, 30 abr.1913.

VASCONCELLOS, José Joaquim de. **Planta das Fortalezas do Maranhão.** 1882. Autor Capitão José Joaquim de Vasconcellos, copiado pelo Alferes Aluno Frederico de Siqueira, monocromático, nanquim, com legenda, escala 1:500, papel tecido, bom estado, medindo 102cm x 68cm. Acervo do Ministério da Defesa, Exército Brasileiro, DEP – DAC, Arquivo Histórico do Exército, Divisão de História, Mapoteca II.

VASCONCELLOS, Luiz de Oliveira Lins de. **Relatorio que o exm. snr. dr. Luiz de Oliveira Lins de Vasconcellos leu perante a Assembléa Legislativa Provincial, por ocasião de sua instalação no dia 22 de setembro de 1879; acompanhado do que lhe apresentou o Exm. Snr. Coronel José Caetano Vaz Junior á 24 de julho, ao passar-lhe a administração da Provincia, na qualidade de 3º vice-presidente.** Maranhão: Typ. Imperial de Ignacio José Ferreira, 1879. Disponível em:

<[http://ddsnext.crl.edu/titles/169?terms=vasconcellos&item\\_id=3509#?h=vasconcellos&c=4&m=96&s=0&cv=1&r=0&xywh=-44%2C715%2C1365%2C1289](http://ddsnext.crl.edu/titles/169?terms=vasconcellos&item_id=3509#?h=vasconcellos&c=4&m=96&s=0&cv=1&r=0&xywh=-44%2C715%2C1365%2C1289)>.

VAZ JUNIOR, José Caetano. **Relatorio com que o Exm. Snr. Coronel José Caetano Vaz Junior passou a administração da Provincia ao Exm. Snr. Dr. Luiz de Oliveira Lins de Vasconcellos no dia 24 de julho de 1879.** Maranhão: Typ. Imperial de Ignacio José Ferreira, 1879. Disponível em:

<[http://ddsnext.crl.edu/titles/169?terms=1879&item\\_id=3510#?h=1879&c=4&m=97&s=0&cv=1&r=0&xywh=-174%2C282%2C1890%2C1333](http://ddsnext.crl.edu/titles/169?terms=1879&item_id=3510#?h=1879&c=4&m=97&s=0&cv=1&r=0&xywh=-174%2C282%2C1890%2C1333)>. Acesso em 07 jun. 2019.

VEIGA, J. **Planta da Cidade de São Luís do Maranhão levantada em 1858.** 1 mapa. Nova Iorque, Estados Unidos: R. C. Root, Anthony & Co, 1858. Disponível em: <<http://ihgm1.blogspot.com/2017/12/desvendando-sao-luis-planta-da-cidade.html>>. Acesso em 07 jun. 2019.

VIAJENS de recreio. **Pacotilha**, Maranhão, ano XXX, n. 196, 19 ago.1910.

VINGBOONS, Johannes. **Maragnon in Zuid America van westen van Brasil.** 1 mapa. Original manuscrito que integra o atlas de J. Vingboons, existente no Algemeen Rijksarchief, Haia. Disponível em:

<<http://www.sudoestesp.com.br/file/colecao-imagens-periodo-colonial-maranhao/675/>>. Acesso em 15 maio 2019.

ZENKNER, Thaís Trovão dos Santos. **Legado renascentista e forma urbana: as cidades de São Luís e Belém no século XVII**. 2002. 150 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

## APÊNDICES

## **APÊNDICE A – Entrevistas a respeito do Forte São Luís**

### **QUESTIONÁRIO nº 1**

DATA: 11 de julho de 2019, às 9:25

ENTREVISTADO: Oficial do posto de Polícia localizado ao lado das muralhas da antiga Fortaleza.

1. Você já ouviu falar do Forte São Luís? Não.
2. Como você chama esta parte da cidade? Beira Mar.
3. Qual o significado dessas muralhas? Era um forte que foi construído pelos franceses.
4. Você sabe alguma história desse lugar? Não sei. A própria Pedra da Memória, a qual trabalho em frente, desconheço do que se trata aquele objeto.

### **QUESTIONÁRIO nº 2**

DATA: 11 de julho de 2019, às 9:35

ENTREVISTADO: Oficial do posto de Polícia localizado ao lado das muralhas da antiga Fortaleza.

1. Você já ouviu falar do Forte São Luís? Não.
2. Como você chama esta parte da cidade? Avenida Beira Mar ou Centro.
3. Qual o significado dessas muralhas? Não sei.
4. Você sabe alguma história desse lugar? Não sei.

**QUESTIONÁRIO nº 3**

DATA: 11 de julho de 2019, às 9:45

ENTREVISTADO: Transeunte nas proximidades das muralhas da antiga Fortaleza.

1. Você já ouviu falar do Forte São Luís? Não.
2. Como você chama esta parte da cidade? Beira Mar.
3. Qual o significado dessas muralhas? Não sei.
4. Você sabe alguma história desse lugar? Apenas associo o centro histórico à lenda da Ana Jansen.

**QUESTIONÁRIO nº 4**

DATA: 11 de julho de 2019, às 9:50

ENTREVISTADO: Transeunte nas proximidades das muralhas da antiga Fortaleza.

1. Você já ouviu falar do Forte São Luís? Não.
2. Como você chama esta parte da cidade? Avenida Beira Mar ou Centro.
3. Qual o significado dessas muralhas? Não sei.
4. Você sabe alguma história desse lugar? Não sei.

**QUESTIONÁRIO nº 5**

DATA: 11 de julho de 2019, às 9:53.

ENTREVISTADO: Vendedor de lanches no Centro, estava passando de bicicleta próximo às muralhas da antiga Fortaleza.

1. Você já ouviu falar do Forte São Luís? Não.
2. Como você chama esta parte da cidade? Praia Grande.
3. Qual o significado dessas muralhas? Acredito que os escravos construíram.
4. Você sabe alguma história desse lugar? Não sei.

**QUESTIONÁRIO nº 6**

DATA: 11 de julho de 2019, às 9:55

ENTREVISTADO: Transeunte nas proximidades das muralhas da antiga Fortaleza.

1. Você já ouviu falar do Forte São Luís? Não.
2. Como você chama esta parte da cidade? Praia Grande.
3. Qual o significado dessas muralhas? Só sei que foram construídas no século XVIII.
4. Você sabe alguma história desse lugar? Aqui era onde os franceses e portugueses eram recebidos, junto com os barcos de fora.

**QUESTIONÁRIO nº 7**

DATA: 11 de julho de 2019, às 10:00.

ENTREVISTADO: Transeunte nas proximidades das muralhas da antiga Fortaleza.

1. Você já ouviu falar do Forte São Luís? Não.
2. Como você chama esta parte da cidade? Beira Mar ou Praia Grande.
3. Qual o significado dessas muralhas? Acho que era da marinha.
4. Você sabe alguma história desse lugar? Sei que é histórico.

**QUESTIONÁRIO nº 8**

DATA: 11 de julho de 2019, às 10:05

ENTREVISTADO: Transeunte nas proximidades das muralhas da antiga Fortaleza.

1. Você já ouviu falar do Forte São Luís? Não.
2. Como você chama esta parte da cidade? Beira Mar.
3. Qual o significado dessas muralhas? Não sei.
4. Você sabe alguma história desse lugar? Lembro que tem relação com a lenda da serpente.

**QUESTIONÁRIO nº 9**

DATA: 11 de julho de 2019, às 10:35

ENTREVISTADO: Estudante de Arquitetura e Urbanismo.

1. Você já ouviu falar do Forte São Luís? Não.
2. Como você chama esta parte da cidade? Beira Mar.
3. Qual o significado dessas muralhas? Não sei. Só sei que hoje em dia são ruínas.
4. Você sabe alguma história desse lugar? Não.

**QUESTIONÁRIO nº 10**

DATA: 11 de julho de 2019, às 10:40

ENTREVISTADO: Estudante de Arquitetura e Urbanismo.

1. Você já ouviu falar do Forte São Luís? Sim, ali próximo ao Palácio.
2. Como você chama esta parte da cidade? Beira Mar.
3. Qual o significado dessas muralhas? Foram construídas para proteger o Palácio dos Leões.
4. Você sabe alguma história desse lugar? Não

**QUESTIONÁRIO nº 11**

DATA: 11 de julho de 2019, às 10:43

ENTREVISTADO: Estudante de Arquitetura e Urbanismo.

1. Você já ouviu falar do Forte São Luís? Não.
2. Como você chama esta parte da cidade? Centro.
3. Qual o significado dessas muralhas? Sei que são históricas e ali era a parte de comando da cidade.
4. Você sabe alguma história desse lugar? Sei que as origens são cidade são portuguesas e holandesas.

**QUESTIONÁRIO nº 12**

DATA: 11 de julho de 2019, às 10:45

ENTREVISTADO: Estudante de Arquitetura e Urbanismo.

1. Você já ouviu falar do Forte São Luís? Não.
2. Como você chama esta parte da cidade? Beira Mar.
3. Qual o significado dessas muralhas? Não sei.
4. Você sabe alguma história desse lugar? Sei que no Centro haviam túneis subterrâneos, que passavam por dentro das igrejas e iam até o Palácio.

**QUESTIONÁRIO nº 13**

DATA: 11 de julho de 2019, às 10:47

ENTREVISTADO: Funcionária da secretaria do curso de Arquitetura e Urbanismo.

1. Você já ouviu falar do Forte São Luís? Não.
2. Como você chama esta parte da cidade? Beira Mar
3. Qual o significado dessas muralhas? Não sei.
4. Você sabe alguma história desse lugar? Não sei.

**QUESTIONÁRIO nº 14**

DATA: 11 de julho de 2019, às 10:50

ENTREVISTADO: Funcionária da secretaria do curso de Arquitetura e Urbanismo.

1. Você já ouviu falar do Forte São Luís? Não.
2. Como você chama esta parte da cidade? Beira Mar.
3. Qual o significado dessas muralhas? Protegiam o território por causas das guerras.
4. Você sabe alguma história desse lugar? Sei que aquele local é alto e por isso nele era fácil de avistar os navios chegando.

**QUESTIONÁRIO nº 15**

DATA: 11 de julho de 2019, às 10:55

ENTREVISTADO: Graduada no curso de Turismo.

1. Você já ouviu falar do Forte São Luís? Sim. Mas não me recordo a história da criação.
  
2. Como você chama esta parte da cidade? Avenida Beira Mar.
  
3. Qual o significado dessas muralhas? Não sei.
  
4. Você sabe alguma história desse lugar? Não sei.